



Defender a Paz!

REFORMA AGRÁRIA

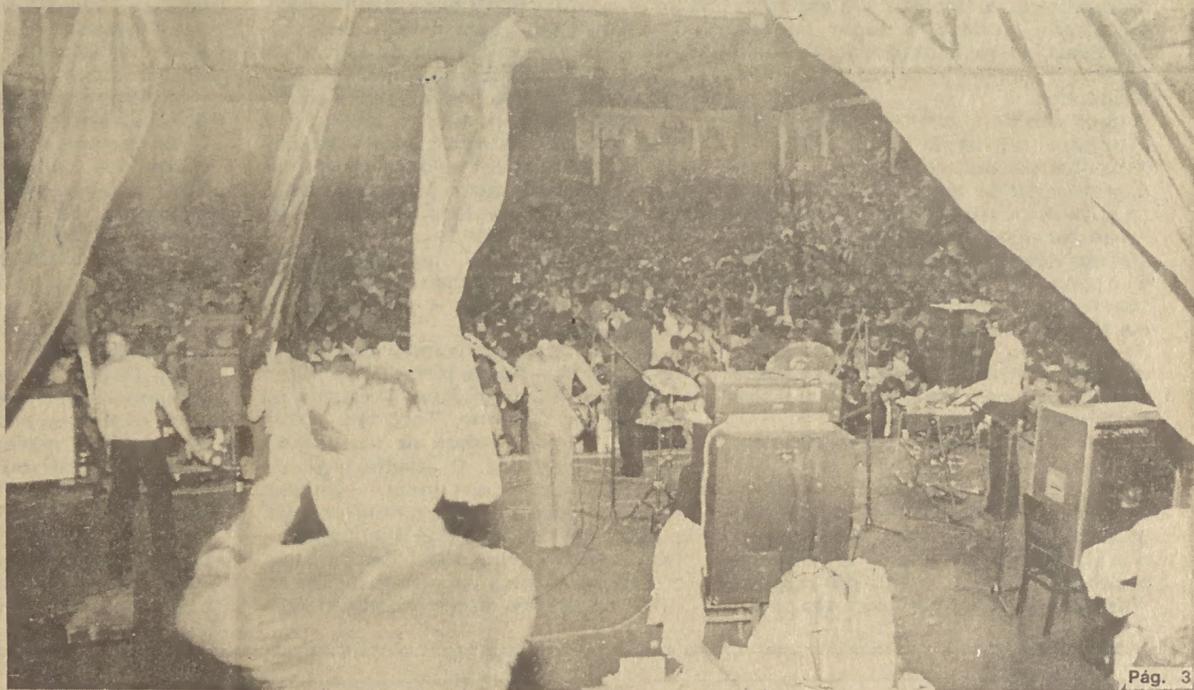
Foram duros os doze meses do ano que findou para os trabalhadores da Reforma Agrária. Mas a mais bela conquista de Abril resistiu e os seus obreiros afirmam a vontade e a certeza de que novas e cada vez mais belas searas crescerão no Alentejo e Ribatejo

Pág. 8

AÇORES

O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou ao fim da tarde de ontem um comunicado, que publicamos na pág. 10, sobre o abalo sísmico que provocou dezenas de vítimas e milhares de contos de prejuízos no arquipélago dos Açores. Entretanto, o «Avante!» publica igualmente neste número algumas reportagens do seu enviado especial que visitou os Açores recentemente. As condições de vida da população daquela Região Autónoma não são naturalmente alheias às trágicas consequências do tremor de terra: a incúria do governo PPD de Mota Amaral na resolução dos problemas de habitação, de comunicações e transportes conduziram a que, fatalmente, tenham sido as camadas mais pobres da população a sofrer mais duramente a catástrofe.

Pág. 10



No Pavilhão dos Desportos de Lisboa, como em dezenas de outras festas, 1980 foi recebido pelos comunistas com alegria e confiança

Pág. 3

ANO NOVO, UNIDADE E CONFIANÇA



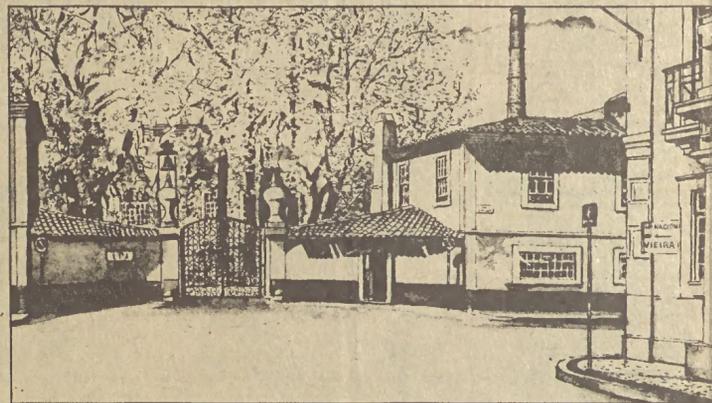
Afganistão

Afganistão: uma nova democracia geograficamente situada numa região alvo das provocações desesperadas do imperialismo americano

Pág. 11

- CGTP / IN: as conclusões do último plenário
- O que espera a UGT do novo Governo
- Que se passa com o cumprimento da Lei da Amnistia na RDP e na RTP
- Comissões de Trabalhadores: a unidade soma vitórias

Pág. 5



Marinha Grande: o velho bastião operário arranca para o futuro com o seu município

CÂMARAS DO POVO

Entrevistas com os novos presidentes dos municípios da Marinha Grande, Vila Real de Santo António e Castro Verde

págs.centrais

Editorial

1980 E A DEFESA DA DEMOCRACIA

Dentro de dias tomará posse o primeiro governo dos partidos reaccionários que Portugal conhece depois do 25 de Abril.

Com carácter precário embora, o próximo governo e a sua previsível acção comporta perigos para a democracia portuguesa. A defesa do 25 de Abril, das liberdades democráticas, das conquistas da Revolução - Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário - são tarefas que se colocarão a todo o povo nos próximos meses.

Com que forças conta a defesa da democracia portuguesa?

☆☆☆

Se há análise que a experiência da vida e da luta tem demonstrado ser inteiramente verdadeira, essa é sem dúvida a de que em Portugal as liberdades democráticas não podem ser dissociadas das conquistas económicas e sociais da revolução, da liquidação do poder económico dos monopólios e latifundiários, da definição e prática de uma política de independência nacional.

A liquidação do poder económico dos sustentáculos do regime fascista desalojados do poder político em 25 de Abril de 1974 foi uma necessidade imperiosa colocada pela própria defesa da liberdade então conquistada, foi a resposta necessária ao esforço que, na base da sabotagem económica, da desestabilização financeira e produtiva, da provocação e do roubo, os antigos senhores do País fizeram para liquidar à nascença a democracia.

Ao longo destes cinco anos, o facto de as grandes alavancas económicas do País terem passado para o controlo do Estado e terem assim deixado de ser elementos de domínio por uma minoria de exploradores impediu que as forças da direita pudessem jogar na sua estratégia de restauração do domínio político a antiga força do seu poder económico.

Sem dúvida que as vicissitudes do processo português, as hesitações e tibezes de sectores políticos - com destaque para os dirigentes do PS e para os governos em que tiveram hegemonia - não permitiu que dessas conquistas a Revolução portuguesa ganhasse todo o alento e robustez que elas consentiriam. Contudo, resistindo aos sucessivos ataques que visam a sua destruição, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário constituem uma determinante trincheira de defesa da democracia.

Tal como não haverá democracia em Portugal sem a liquidação do poder económico dos monopólios e latifúndios, o poder e a política da direita não poderão exercer-se integralmente sem que o grande capital retome as rédeas da economia. Para a direita portuguesa, o assalto ao poder político é um passo

para a restauração do seu poder económico e a destruição das conquistas económicas e sociais do 25 de Abril uma condição para retomar o poder político que lhe permita restabelecer a desenfreada exploração do trabalho com métodos repressivos e o saque do País em seu benefício.

O ano de 1980 inicia-se com um precário governo da direita no poder: mas o edifício constitucionalmente definido das liberdades e direitos dos cidadãos e das outras conquistas da Revolução mantém-se de pé, vivo na sua realidade concreta, nas transformações que já introduziu no País e na determinação popular de o defender.

A democracia portuguesa conta com um país novo.

☆☆☆

Desmentindo os que duvidavam da capacidade do Povo português de erguer, viver e consolidar a liberdade e a democracia, o regime saído do 25 de Abril tem dado provas de solidez, consistência e implantação.

A democracia portuguesa deixou de ser um sonho, um objectivo ou um projecto, para ser uma realidade viva na sua definição constitucional e jurídica, na participação popular, nas transformações sociais verificadas em todo o País.

O regime democrático não se exaure nos actos eleitorais, realiza-se e concretiza-se - e defende-se - na prática quotidiana das liberdades, na determinação e consciência da sua prática. A democracia portuguesa não surgiu no papel nem existe exclusivamente no papel: foi criada e é consolidada quotidianamente na rede imensa de consciências e práticas que ao longo dos anos lhe têm dado corpo.

Lado a lado com o texto constitucional, com a existência de órgãos de poder democráticos, Portugal tem hoje - limitada embora aqui e ali pela sobrevivência de dominações caciquais e reaccionárias, de práticas atentatórias da democracia - uma vivência democrática de que o povo claramente se apropriou da forma mais sólida e consequente: criando-a.

O respeito pela Constituição e pelo regime é um imperativo para todos os órgãos de soberania e para todos os portugueses.

O edifício constitucional dos órgãos de soberania - Assembleia da República, Presidente da República, Conselho da Revolução, Governo, Tribunais - tem condições para defesa da democracia e da Constituição. O quadro legal do exercício do poder local - Lei das Finanças Locais, lei das atribuições das autarquias - ao lado dos últimos resultados eleitorais cria condições para que a democracia seja também realidade ao nível dos órgãos de administração mais

em contacto com os interesses das populações.

É lícito ao Povo português esperar que as Forças Armadas, que há cinco anos, derrubando a ditadura fascista, assumiram a missão histórica de criar as condições para um Portugal livre, democrático e independente, prossigam a sua missão constitucional de garantem da democracia, da liberdade e da independência nacional.

A democracia conta com um regime.

☆☆☆

Nas eleições de Dezembro, a maioria do Povo português votou pela democracia. Votou na democracia votando nas forças democráticas, votou na democracia reforçando as posições das mais consequentes, votou na democracia ainda mesmo quando, condicionado ou iludido, deu um voto a partidos cuja política não é final a sua.

Um povo não é contudo apenas uma soma de votos.

Que mais diz e faz o Povo português face à democracia?

Os trabalhadores portugueses não se limitaram a dar esmagadoras maiorias às forças democráticas nas eleições passadas. Ao longo destes anos escreveram e escrevem uma das mais belas páginas da história do movimento operário ao alargarem, consolidarem e defenderem um poderoso movimento sindical unitário. De pouco tem valido à direita os seus esforços para dividir e enfraquecer a CGTP/Intersindical Nacional: os subsídios monstruosos do imperialismo, o uso e abuso do poder político - do Ministério do Trabalho a todos os outros sectores da governação - a repressão patronal, a calúnia têm defrontado a inquebrantável consciência de classe, a profunda e enraizada vontade de unidade, a combatividade serena e confiante dos trabalhadores portugueses.

A democracia conta com os trabalhadores e a sua organização.

Os camponeses, e todos os trabalhadores dos campos de Norte a Sul, libertam-se dia-a-dia de cadeias seculares, de domínios e obscurantismos. Nos campos da Reforma Agrária continua-se a trabalhar e a lutar; por toda a parte, cooperativas, ligas, organizações de rendeiros, de camponeses pobres levam o 25 de Abril aos campos.

A democracia conta com os camponeses e o movimento camponês.

A consciência democrática e antifascista dos intelectuais portugueses não se encerrou nas páginas da resistência ao salazarismo. O que de mais válido existe em Portugal no campo das letras, das artes, das ciências, da pintura ou da música, da poesia ou do teatro, da matemática ou da medicina, da economia ou da história sai do labor e da

inteligência de homens e mulheres que decididamente se assumem no campo da democracia, da liberdade, do 25 de Abril.

A democracia portuguesa conta com os intelectuais portugueses, a sua obra e o seu trabalho.

As mulheres portuguesas avançam em largos passos na sua afirmação social. A sua crescente integração na produção não é o único elemento de uma realidade nova: esta nasce de uma tomada de consciência e de uma combatividade que se expressa na presença da mulher na luta e na organização, na participação pelos interesses gerais da mulher como cidadã, como mãe, como trabalhadora. Os jovens - trabalhadores e estudantes - defrontam a dura ofensiva da direita, dos inestimáveis apoios da ofensiva ideológica do imperialismo, a par e passo com situações cruciais como o desemprego juvenil e a degradação pedagógica. As organizações juvenis são uma realidade actuante. Reformados, deficientes organizam-se, lutam pelos seus interesses, encontram-se. Comissões de moradores, cooperativas de produção e de consumo, colectividades as mais variadas trabalham e reforçam um tecido social concreto e activamente democrático.

A democracia conta com o movimento operário e popular. A democracia conta com o Povo português.

☆☆☆

Cimentado em quase 60 anos de luta e trabalho, o Partido Comunista Português é o maior partido de Portugal. As suas fileiras não cessam de se alargar, a sua influência traduz-se em todas as manifestações na vida nacional.

O PCP é a única força política cujo crescimento tem sido uma constante. Crescimento que nasce da consequente política de defesa do 25 de Abril e dos interesses dos trabalhadores e de todas as camadas não monopolistas do nosso povo, crescimento que é simultaneamente uma prova dos sentimentos antifascistas do Povo português e um poderoso elemento de defesa e construção de um Portugal novo.

O PCP é uma força indispensável à construção do Portugal democrático não apenas pela sua influência, pela sua capacidade de organização e realização, pela sua implantação nacional, mas também porque é indiscutivelmente o partido dos trabalhadores, das massas populares e uma força inabalavelmente com a liberdade, com a independência da Pátria, com o 25 de Abril.

A democracia conta com o grande partido da verdade, da esperança e do futuro - o Partido Comunista Português.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 766345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 7769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769757/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779626/779625.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v - 1000 Lisboa. Tel. 769705. Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 186, Pedruha - 3000 Coimbra. Tel. 31296.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcanova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779626.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro: 73 362



NA LINHA DOS DOSSIERS HUMBERTO DELGADO E 25 DE ABRIL RESPOSTA IT, A EDITORIAL AVANTE!



BLOCO MILITAR AGRESSIVO, BASTIÃO DA GUERRA FRIA, INSTRUMENTO DE PRESSÕES E INGERÊNCIAS DO IMPERIALISMO. A NATO É UMA AMEAÇA À PAZ E À INDEPENDÊNCIA NACIONAL. AGORA UM DOSSIER NATO PARA DESVEJAR E ELUCIDAR O QUE FOI E QUE É A NATO, SUAS PRESSÕES E INGERÊNCIAS EM PORTUGAL.

AVENIDA EM TODAS AS LIVRARIAS PREÇO 140000

MAIS QUE MERA FICÇÃO SENSACIONALISTA, DOIS LIVROS QUE DOCUMENTAM, DE FORMA POR VEZES DRAMÁTICA, A LUTA CONTRA O FASCISMO E O NAZISMO

UM DIA E UMA NOITE de JEAN SANITAS

OS MEUS SETE FILHOS (2.ª edição) de RENATO NICOLAI e ALCIDE CERVI



Dimensão 6

edições Avante!

COLEÇÃO "RESISTÊNCIA"

À VENDA EM TODO O PAÍS

Os comunistas festejam o novo Ano

Com já é tradição, o ano novo que entrou foi comemorado pelos comunistas portugueses um pouco por todo o País, com festas organizadas onde não faltou a alegria e a confiança, a música e o convívio. Tudo sublinhado quase sempre por curtas intervenções políticas que abriram as perspectivas de luta que o PCP encara e para as quais os trabalhadores e os democratas se preparam.

O camarada Octávio Pato esteve na festa que comemorou a chegada de 1980 na Amadora, mais precisamente no Pavilhão da Académica daquela nova cidade hoje autarquia do Povo Unido. Aquele membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP saudou a vitória da APU no novo concelho, na curta alocução que proferiu referindo-se ainda ao Governo que está em preparação e alertando para os perigos que a democracia pode correr durante o novo ano e sublinhou a necessidade de unidade dos trabalhadores para fazer face aos desígnios das forças reaccionárias.

O conjunto "A Outra Banda", que abrihantou a noite fez de relógio e anunciou, a tocar, a passagem da meia-noite enquanto a assistência, onde o peso da juventude era marcante, saudou o novo ano. O camarada José Casa-

nova, suplente da Comissão Política do Comité Central, por seu lado, esteve no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, onde a festa duraria até às cinco horas da madrugada, e proferiu também uma alocução, alertando da mesma forma os presentes para a previsível política do governo da direita em formação durante 1980.

E um pouco por todo o país foi assim. Festa de confiança, em que a alegria não fez abrandar o espírito de luta.

Também no distrito de Setúbal se organizaram festas em vários concelhos, destacando-se a que se realizou em Almada, no Pavilhão da Romeira, e a de Setúbal, tendo ambas reunido muitos e muitos comunistas e democratas.

Comunistas e democratas do Alentejo festejaram também a entrada do novo ano com iniciativas e festas populares em várias localidades da região. No distrito de Évora destacaram-se as festas realizadas em Évora, no "Monte Alentejano", com baile e ceia. Em Montemor-o-Novo, no Teatro Curvo Semedo, com variedades e baile. Em Vendas Novas, na Fábrica Wicander. No distrito de Portalegre, idênticas festas se realizaram em Avis, Campo Maior, Foros do Arrão e Montargil. No distrito de Beja houve festa em Mértola, Ferreira do Alentejo, Pias, Cuba e Aljustrel.



As imagens referem-se ao Pavilhão dos Desportos. Mas a alegria e a confiança foram iguais em todo o lado onde os comunistas promoveram festas de passagem de ano

Uma boa-nova saudada no Porto: A nova sede vai ser ocupada no aniversário do PCP

Que melhor prenda poderia ser dada aos milhares e milhares de camaradas e amigos que entram no novo ano com o PCP no Porto, do que o anúncio da inauguração da nova sede do PCP no dia 6 de Março próximo, quando o nosso Partido comemora mais um aniversário?

Numa jornada de amizade, confraternização e de alegria participou uma enorme multidão que não cessava de manifestar a sua determinação e confiança. Como salientou, na sua saudação, o camarada Vidal Pinto, membro do CC e da DORP do PCP, a passagem de ano no Pavilhão do Académico foi "mais uma demonstração da nossa confiança no futuro, uma demonstração de alegria e fraternidade do nosso Partido e dos trabalhadores, que também sabem fazer dos momentos de festa, momentos de luta".

Como é natural, a festa inseriu-se na Campanha dos 20 mil contos, contribuindo para encurtar mais um bocado a distância que nos separa da meta, para tornar possível a realização de um grande sonho dos comunistas, dos democratas e dos trabalhadores do Porto: uma sede à altura do nosso Partido.

"Como o nosso Partido cresce sem parar, estamos confiantes, acrescentou Vidal Pinto, que esta festa reverte numa grande campanha de fundos para a concretização do grande objectivo que nos propomos atingir: passarmos em Março, na data do aniversário do nosso Partido, a ocupar as instalações da nova sede."

Dar um novo impulso à Campanha dos 20 mil

Embora o apuramento referente ao mês de Dezembro

só seja concluído na primeira semana do novo ano, já se pode anunciar que ronda os oito mil contos a cifra recolhida, embora seja apreciável, não se pode ignorar que as tarefas eleitorais em que estiveram empenhados a fundo milhares e milhares de comunistas do norte, com os frutuozos resultados que todos conhecemos, provocaram um atraso na Campanha. Como frisou o camarada Vidal Pinto: "Importa para tanto dar um novo e vigoroso impulso

conclusão importante a extrair dos recentes resultados eleitorais. Esses dados e o eco que a Campanha dos 20 mil tem encontrado "demonstram bem que estamos perante condições objectivas para o reforço do nosso Partido, para o ingresso nas nossas fileiras de novos militantes. Impõe-se, pois, avançar com o v. a. c. a. t. p. a. r. h. a. d. a. recrutamento nas fábricas, nos campos e nos locais onde moramos."

"Somos grandes,

de classe. O futuro pertence-lhes. Como alguém recordou à multidão, o novo ano representa que falta menos um para atingirmos um mundo onde não mais haverá exploradores e explorados.

A certeza que anima e animava os milhares de jovens, de homens e mulheres presentes no Pavilhão, como em muitas outras iniciativas do PCP por todo o País, constituiu uma alavanca poderosa e invencível para derrotar os desígnios dos saudosos do

Il sorteo dá 51 prémios

Ào fim da manhã de hoje já serão conhecidos os contemplados pelo segundo grande sorteo da Campanha dos 20 mil contos. Quando a roda parar no 1.º prémio da Lotaria dos Reis, o R-5 poderá passar a ter dono. O mesmo sucederá com o 2.º e 3.º prémios, uma mobília de quarto e uma máquina de lavar.

Entretanto, a comissão coordenadora da Campanha, ao definir o esquema de atribuição dos 30 valiosos prémios, não atendeu ao facto da lotaria nacional só determinar os três primeiros prémios, uma vez que há 48 "números" premiados sem haver uma sequência. Daí que, a comissão coordenadora da Campanha

tenha decidido aumentar para 51 o número dos prémios a atribuir. Amanhã à noite, pelas 21,30 horas, no Centro de Trabalho de Anibal Cunha, na sala da Campanha dos 20 mil contos, haverá um sorteo para definir os prémios que serão atribuídos aos 48 "números" premiados pela Lotaria dos Reis.

à Campanha. É importante que todos nos mobilizemos, e saibamos mobilizar todos os comunistas, os democratas e os trabalhadores para assumirmos novos compromissos, adquirirmos novos cupões e promoverem iniciativas que, nos próximos três meses, se traduzam na recuperação do atraso que as tarefas eleitorais provocaram."

"Vamos todos levar a efeito nas fábricas, nos bairros e nas ruas a nova arrancada da Campanha dos 20 mil contos", este o apelo do dirigente da Organização Regional do Porto aos milhares de participantes na festa do Partido no Porto. Além disso, Vidal Pinto chamou a atenção dos presentes para uma

continuamos a crescer e com o nosso esforço seremos ainda muito maiores".

Os trabalhadores não se deixam enganar

A partir das 22 horas do último dia de 1979, os caminhos de milhares e milhares de camaradas e amigos conduziram-nos ao Pavilhão do Académico. Ainda no novo ano não tinha nascido já a sala apresentava o aspecto das inúmeras jornadas que o PCP ali tem promovido. Era difícil a entrada no recinto, como difícil serão os próximos meses. Mas o futuro é dos trabalhadores, por mais escolhidos que lhes sejam levantados pelos seus inimigos

passado. "Se é certo que temos de encarar o futuro próximo com preocupação, frisou Vidal Pinto, também é certo que sabermos encarar-lo com a confiança de que a classe operária, os trabalhadores dos campos e da cidade, o nosso povo, saberão reforçar a sua unidade e as suas organizações unitárias e terão - sem dúvida - força capaz, juntamente com o seu Partido - o PCP - para dar combate à ofensiva que se avizinha, saberão defender a Constituição, defenderão Abril e as suas conquistas".

Vidal Pinto citou três exemplos significativos dos intentos do patronato reaccionário para intensificar a repressão e coartar as



liberdades sindicais nas empresas: os Carvalhos, da Facar, proibiram a votação do estatuto da CT; nas Malhas do Ameal, o patronato suspendeu todos os delegados sindicais, e o Violas, da Cotesi e Corfi. Este último, à boa maneira fascista, anunciou um prémio de 75% no fim do ano, além do 13.º mês. Porém, ao contrário do que supunham os que se deixaram iludir pelas suas falsas promessas, as broas só beneficiaram uns escassos 20 trabalhadores. Os restantes receberam somente 975 escudos...

Aliás, este caso seria motivo para muitos comentários na jornada. O Violas anunciou a concessão do prémio no momento em que o genro lhe promoveu uma festa e mandou os encarregados recolher dinheiro para a compra de um busto do sogro. Este, à cautela, na peroração que fez, lembrou o sucedido com idênticas esculturas de Tomás, no Bairro da Cotesi, e do Cupertino de Miranda, logo a seguir ao 25 de Abril.

O certo é que, na última sexta-feira, os operários da Cotesi ao verificarem que, afinal, não recebiam os anunciados 75% - mas apenas os 975 escudos, devido ao patrão só ter

«O Militante» e as eleições

Mais de um milhão e cem mil votos na APU, diz-se na capa do último número de «O Militante», título que é retomado no editorial no qual se regista e analisa a vitória da Aliança Povo Unido nas intercalares, ao mesmo tempo que se apela ao fortalecimento da organização do Partido:

Fortaleçamos a organização porque ela será o apoio mais firme para uma melhor defesa dos interesses dos que trabalham; para uma melhor defesa das conquistas populares, para uma melhor defesa do Portugal de Abril.

As eleições intercalares para a Assembleia da República são ainda objecto do artigo seguinte, no qual, sobre dados conhecidos na altura, é analisada a composição da actual Assembleia. A campanha e o modo como decorreu são ainda temas abordados pelo artigo, que é completado com quadros e mapas.

O aumento da influência do PCP, visto à luz dos resultados eleitorais, e o fortalecimento da organização é o tema de novo trabalho, que antecede um outro, expondo dados sobre a apresentação de listas de candidatos para as eleições autárquicas. O quadro que completa aquela exposição

registra, por exemplo, o aumento de 1117 listas de Povo Unido para as freguesias, em 1976, para 2320 em 1979, enquanto que o número de candidatos apresentados este ano subiu para 38 623 - contando as listas de cidadãos eleitores.

As experiências e ensinamentos sobre a Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes e a Palestina, realizada em Lisboa em 6 de Novembro passado são sublinhados num outro trabalho que chama a atenção para a necessidade de as organizações do Partido conhecerem, discutirem e assimilarem o significado nacional e internacional desta Conferência.

As principais decisões do Encontro que deu origem à Juventude Comunista Portuguesa são abordadas num artigo que salienta os objectivos da nova organização que reúne tanto os estudantes como os jovens trabalhadores comunistas.

Finalmente o último número de «O Militante», sublinha a necessidade de todas as organizações do Partido procederem à realização do balanço de organização, à distribuição dos cartões e ao recrutamento de novos camaradas.

Camaradas falecidos

AMÉRICO DA CUNHA BARBOSA - Membro da Célula da TAP, empresa onde trabalhava há 23 anos, faleceu o camarada Américo da Cunha Barbosa, de 53 anos de idade. O funeral realizou-se no passado dia 6 de Dezembro, para o cemitério da Ajuda.

LEONEL REIS - Com 31 anos de idade faleceu no passado dia 15 de Dezembro o camarada Leonel Reis, metalúrgico, membro da Célula da empresa «Anibal H. Abrantes», da Marinha Grande. O funeral deste camarada, que era delegado sindical, foi acompanhado por muitos trabalhadores da Marinha Grande.

DUARTINO ROCHA - Faleceu o camarada Duartino Rocha, de 68 anos de idade, motorista reformado da CCFL e membro da Célula Local de Linda-a-Pastora do PCP e também membro da Organização Distrital de Lisboa dos Reformados.

JOSÉ GERMANO - Com 45 anos de idade faleceu em Almada, no passado dia 18 de Dezembro, o camarada José Germano, que era membro da Organização Concelhia de Almada do PCP. Este camarada foi um dos dinamizadores do movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e pertenceu ao núcleo de Almada do CPPC.

Conheça a luta do povo português contra o fascismo através das edições Avante!

As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944

Apontamentos de encontros e reuniões do PCP
Artigos do «AVANTE!»
Extractos do relatório de Álvaro Cunhal ao IV Congresso do PCP
Relatório de Alfredo Denis na reunião do CC do PCP

Avante!

Desenas de milhares de Operários e Camponeses LUTAM PELO PAZ

CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE PARA UM MELHOR CONTECIMENTO DA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTRA A DITADURA FASCISTA

CD - a distribuição

Conhecer Lénine



mais que uma questão política uma questão cultural

As edições Avante! acabaram de lançar o 3º e último volume das OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

250\$

Pedidos à GDL
Av. Santos Dumont, 57-2º
1000 Lisboa

CD - a distribuição

Semana

1861 - Agitação em Lisboa: o boato de envenenamento de vários membros da família real, incluindo D. Pedro V (pouco antes vítima do por uma febre tifóide) provoca tumultos na capital contra o governo do duque de Loulé.

25

Terça-feira



A CNA propõe defesa das florestas

Os trabalhadores da Corame decidem repor a empresa a funcionar, em autogestão, «até que seja encontrada uma solução definitiva que garanta os seus postos de trabalho e o direito ao salário e que salvaguarde os mais de cem mil contos que a Banca tem na empresa»; os trabalhadores da Corame estavam em greve desde o passado dia 1 de Agosto, quando os representantes da entidade patronal pretenderam reassumir a gestão da empresa, na sequência da cessação da intervenção do Estado. Segundo estipula um despacho normativo publicado ontem no «Diário da República», as empresas com dificuldades financeiras no pagamento de salários poderão recorrer a um empréstimo especial criado no âmbito da Secretaria de Estado da População e Emprego; este empréstimo é concedido livre de juros e só será concedido depois de verificada a impossibilidade de aplicar qualquer outro esquema de protecção. A Confederação Nacional da Agricultura divulga um conjunto de propostas de disposições de emergência e de fundo destinadas à defesa do património florestal nacional e que se referem, sobretudo, às calamidades provocadas pelos fogos.

26

Quarta-feira

1974 - Cumprimento por parte do Partido Comunista Português das formalidades legais exigidas à legalização dos partidos políticos.

Em comunicado conjunto subscrito pelos sindicatos que englobam os trabalhadores portugueses em serviço na e para a base norte-americana das Lages, Açores, denuncia-se que o valor global dos vencimentos dos 1500 trabalhadores portugueses ali em serviço corresponde ao lucro obtido pela USAF (United States Air Force) com a venda de gasolina norte-americana à transportadora aérea nacional TAP e à companhia regional SATA. Os trabalhadores das alfândegas iniciam uma greve de zelo, no prosseguimento da sua luta pela reestruturação dos serviços e carreiras e a publicação de uma portaria de correcção de anomalias, tendo, em sequência, o Ministério das Finanças, informado que foi assinada no fim da tarde a portaria da aplicação dos diplomas que deram origem à greve. São assinados, no Ministério das Finanças, os contratos de empréstimo respeitantes ao projecto hidroagrícola da Cova da Beira e aos portos de pesca da Nazaré e da Figueira da Foz, no âmbito dos acordos intergovernamentais celebrados em Outubro entre Portugal e a República Federal da Alemanha.

27

Quinta-feira

1954 - Morre em Lisboa, com 51 anos de idade, a escultora e poetisa Ana de Gonta Colaco.



Plenário da CGTP-IP

Nos termos constitucionais, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia a consulta aos partidos políticos com assento na Assembleia da República, com vista à formação de um novo governo. A Primeira-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo, formaliza o seu pedido de demissão ao Presidente da República. Realiza-se um plenário da CGTP-Intersindical Nacional, que contou com a participação de 150 organizações sindicais, nove das quais não filiadas na CGTP-IP, tendo sido aprovada uma moção onde se afirma que os trabalhadores portugueses responderão com o reforço da sua unidade ao eventual prosseguimento de uma política de direita, sendo aprovado também o orçamento para o primeiro trimestre do próximo ano, que será marcado pela realização do III Congresso dos Sindicatos. É desconvocada a anunciada paralização da EDP, na sequência da homologação do Estatuto Unificado do pessoal desta empresa pública, considerando as estruturas representativas dos trabalhadores que este diploma se pode considerar positivo, embora enferme de algumas ambiguidades. A Direcção do Sindicato dos Jornalistas, em comunicado sobre a devassa dos arquivos de «o diário» pela Polícia Judiciária, afirma que este caso, pela sua extrema gravidade, exige veemente repúdio e pública denúncia.

28

Sexta-feira

1771 - Nasce em Lisboa o compositor João Domingos Bontempo.

Álvaro Cunhal, à saída de uma audiência com o Presidente da República, afirma que o PCP não deixará de fazer uma oposição firme à previsível política contra o regime democrático a executar pelo próximo governo. A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) classifica de positivas as medidas de alívio social aprovadas na reunião do Conselho de Ministros de 22 de Novembro passado, anunciando que lutará pela sua concretização prática. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reivindica a rápida e justa indemnização dos agricultores algarvios cujas culturas foram destruídas pela chamada «geada negra». Os representantes dos trabalhadores da Quimigal e o conselho de gerência daquela empresa pública chegam a acordo sobre o montante de salários do novo Contrato Colectivo de Trabalho. O pessoal de terra da TAP-Air Portugal paralisa durante 24 horas, em luta para que o conselho de gerência cumpra o Acordo Colectivo de Trabalho assinado em Agosto com os Sindicatos.

29

Sábado

1945 - Morre o médico, cientista e escritor Abel Salazar.

Realiza-se o funeral do dirigente da UEDS, Vital Rodrigues, que faleceu na passada quinta-feira vítima de um enfarte de miocárdio. Segundo o ministro da Comunicação Social, major João Figueiredo, a Comissão Administrativa da empresa pública «O Seculo» está a procurar financiamento para o pagamento de salários em atraso. Sá Carneiro recebeu pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, por quem é convidado oficialmente a formar Governo. O navio soviético «Máximo Gorki», que está realizando uma viagem de 152 dias à volta do mundo, chega ao Funchal com 650 turistas da RFA e 400 tripulantes soviéticos, que passarão o fim do ano ao largo do arquipélago.

30

Domingo

1969 - A Secretaria de Estado do Orçamento do regime fascista abre no Ministério das Finanças um crédito especial de 600 mil contos para a guerra colonial, a adicionar à verba «Forças Militares Extraordinárias no Ultramar».



Apoio financeiro aos CTT

Segundo uma notícia da Anop a Comissão Interministerial que estudou a renovação da frota de longo curso da TAP pronuncia-se a favor do alargamento, até 31 de Janeiro próximo, do prazo de opção de compra. Em comunicado saído ontem, a Presidência da República informa que Sá Carneiro foi convidado para o cargo de Primeiro-Ministro, devendo o VI Governo tomar posse no próximo dia 3 de Janeiro. A imprensa noticia a assinatura de protocolos financeiros no final desta semana da Setenave, da RTP e da Companhia das Lezírias com uma das três empresas e instituições bancárias nacionais suas credoras, visando a repositão do equilíbrio da estrutura financeira daquelas empresas públicas. Os agricultores do Sotavento algarvio afirmam-se dispostos a manifestarem-se no próximo dia 2 de Janeiro em Faro, para pressionarem a concessão de indemnizações pelos prejuízos resultantes da chamada «geada negra».

31

Segunda-feira

1821 - É criado o Banco de Lisboa, o primeiro banco português, que, em 1846, dá origem ao Banco de Portugal.

O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas aprova por unanimidade uma moção através da qual mandata a direcção daquela organização de classe para que se reúna com todos os Secretariados de Secção da Banca a fim de fazer um levantamento de todas as situações de repressão. Os controladores aéreos portugueses fazem greve entre as 8 e as 20 horas, pelo que os aviões de carreiras internacionais, salvo em casos de emergência, não poderão sobrevoar o espaço aéreo controlado por Portugal. O Sindicato da Hotelaria da Madeira suspende a greve marcada para hoje devido a acordo chegado com o patronato sobre questões salariais.

1979 foi o AIC 1980 será a continuação!

Iniciativa da ONU, o Ano Internacional da Criança destinou-se a sensibilizar a opinião pública mundial para o facto do bem-estar das crianças ser da responsabilidade de todos e se encontrar indissoluvelmente ligado à paz e à prosperidade dos povos.

Iniciativa justificada por um bilião e meio de «razões» — crianças, a maior parte delas com menos de 10 anos de idade.

Iniciativa justificada porque deste bilião e meio de crianças, mais de 700 milhões são subalimentadas, 550 milhões são analfabetas, 52 milhões são obrigadas a trabalhar para sobreviver.

Iniciativa justificada porque milhões e milhões destas crianças vivem a opressão de regimes fascistas, neocolonialistas e do imperialismo.

Iniciativa justificada ainda, quando a paz mundial está ameaçada e quando as crianças são as principais vítimas dos horrores da guerra.

Iniciativa justificada em Portugal quando:

- a taxa de mortalidade infantil é das mais altas da Europa.

- o nível de vida é dos mais baixos da Europa.

- Cerca de 90 por cento das crianças não beneficiam de estruturas sociais que lhes permitam um desenvolvimento harmonioso.

O que foi o AIC no nosso País?

O povo português, as forças democráticas empenharam-se

desde o início nestas comemorações, conscientes da sua importância, não porque elas viessem resolver todas as carências que afectam as crianças mas pelo papel que podiam desempenhar num aglutinar de vontades e luta pela solução urgente dos mais graves problemas nacionais, condição fundamental para a aplicação dos Direitos da Criança em Portugal, hoje consagrados na Constituição.

Assistiu-se ao aparecimento de centenas de comissões locais específicas que integram milhares de pessoas e organizações populares, sindicais, autarquias, escolas e outras, e que constituem já hoje um vasto movimento em defesa dos Direitos da Criança.

Assistiu-se a inúmeras iniciativas que movimentaram largos milhares de crianças e adultos. Destas iniciativas assumem especial importância as de carácter reivindicativo, nomeadamente no campo da saúde, da segurança social, do ensino, dos transportes e da ocupação dos tempos livres e a luta pela aplicação das leis já existentes no domínio da protecção à infância.

De referir o aniversário da Constituição em que as crianças fizeram chegar à Assembleia da República a sua voz e a sua presença, através de diversas iniciativas, destacando-se a concentração junto ao Parlamento de cerca de 2000 crianças; as comemorações do 25 de Abril; as comemorações do Dia Mundial da Árvore, em que um dos objectivos foi a implanta-

ção de zonas verdes junto às escolas; o Dia Mundial da Criança e muitas outras.

Papel importante desempenharam as organizações sindicais e as autarquias APU na luta pela concretização de melhores condições para a assistência à infância.

De referir também a intervenção da organização dos Pioneiros de Portugal nas comemorações, que assumindo como lema os objectivos do AIC, orientou a sua actividade em prol daqueles objectivos.

A distribuição massiva da Declaração dos Direitos da Criança e de uma Mensagem dirigida a todas as crianças, no início do ano, a organização de grandes festas infantis como a realizada no Palácio de Cristal no Porto que mobilizou mais de 4000 crianças, a comemoração de datas históricas e outras, a realização de acampamentos distritais, assim como a participação na Festa do «Avante!», constituem importantes contributos para a divulgação e concretização dos objectivos do AIC.

Por outro lado, a intervenção criativa e dinâmica das forças democráticas e em particular dos comunistas, fez-se sentir quer em diversas organizações quer em muitas iniciativas.

Nas autarquias APU, comissões locais, no Conselho das Organizações Não-Governamentais, com iniciativas próprias, e na Assembleia da República, não só participando na Comissão Eventual constituída para o AIC, mas também nas

intervenção antes da Ordem do Dia, em requerimentos ao Governo sobre a irregularidade de situações, exigindo a aplicação de leis existentes e a apresentação de dois projectos-leis — um sobre o ensino especial e outro sobre a criação do Instituto da Criança —, os comunistas continuaram a sua luta de todos os anos, a sua luta de sempre pela conquista de uma infância mais feliz, por uma sociedade democrática e livre.

O AIC continua

O AIC continua porque persistem as razões que o justificaram.

Continua porque constitui um abanar de consciências e é preciso que a Humanidade se dignifique, respeitando e dignificando as crianças.

Continua porque a criação de um futuro melhor é a principal razão de luta de homens e mulheres progressistas e de todas as forças amantes da paz.

O AIC continuará em Portugal porque assim o entendem as organizações nele empenhadas.

Continuará porque é já irreversível o amplo movimento criado em defesa dos Direitos da Criança.

Continuará porque o povo português, os trabalhadores, os comunistas, lutando no dia-a-dia por melhores condições de vida, por um Portugal livre e independente, são a melhor garantia para que as crianças portuguesas vejam os seus direitos garantidos.



1979 foi o Ano Internacional da Criança, assinalado em praticamente todo o Mundo, e 1980 será a sua continuação, porque é imperioso avançar no alerta às consciências dos governantes, aos organismos oficiais, à capacidade e à vontade da opinião pública para a concretização dos direitos das crianças. No seu espírito e na sua prática, o AIC tem que continuar!

Desporto e cultura física: uma importante frente de trabalho

A par de outras áreas de actividade, como a cultura e a arte ou o trabalho nas autarquias, no movimento sindical, nas escolas, nas empresas e nos campos — também o desporto e a cultura física marcaram uma presença digna de realce na acção dos comunistas ao longo do ano de 1979.

Foi assim posto em prática todo um conjunto de orientações analisadas e discutidas na organização do Partido, no quadro do trabalho desenvolvido pelos comunistas portugueses com o objectivo de estudar e contribuir de forma positiva e esclarecedora para a resolução dos problemas nacionais.

Muito mais se poderia ter feito no decorrer de 1979. É verdade. Mas o que se conseguiu realizar, fruto do empenhamento e do entusiasmo de muitos camaradas, amigos e simpatizantes do Partido, para além de outros democratas que conosco colaboraram, já evidencia uma série de perspectivas que, estamos certos, iremos concretizar a partir de agora.

O arranque

O que os comunistas fizeram no ano de 1979 no âmbito do desporto foi, na verdade, o reflexo de várias tomadas de posição já assumidas pelo colectivo do Partido anteriormente.

Por exemplo, em 1976, o VIII Congresso do PCP aponta as linhas mestras de uma proposta objectiva para o novo desporto no novo Portugal de Abril, um desporto que deveria ser orientado e dinamizado de acordo com o espírito democrático, massificador e progressista, preocupação que aliás presidiu à actuação dos comunistas que ocuparam cargos de responsabilidade a vários níveis no aparelho governamental até 1976.

Já em 1979, no mês de Março, as organizações do Partido promoveram um Encontro Nacional Sobre Cultura Física e Desporto que leva à Voz do Operário, em Lisboa, cerca de meio milhão de delegados

e também centenas de convidados oriundos de quase todos os pontos do país.

Esta iniciativa representou, sem dúvida, o grande arranhão impulsor de um vasto trabalho que a partir de então se desenvolveu progressivamente no aspecto prático.

Onde e como actuar

Mas a importância desse Encontro (inédito no nosso país a nível partidário) vai muito longe. Com efeito, saldou-se numa abordagem global e sistemática da cultura física e do desporto em Portugal, sendo as intervenções dos participantes, os textos sectoriais e as conclusões aprovadas documentos da máxima importância para quem se dedique ao estudo das questões relacionadas com aquele sector da vida nacional.

Baseando-se nas múltiplas experiências de centenas de quadros do desporto e da cultura física e também na análise coerente das situações de âmbito geral, o Encontro definiu linhas específicas de intervenção dos comunistas e propostas concretas de organização e luta reivindicativa nos sectores do trabalho, associativismo e desporto popular, autarquias, sistema educativo, saúde, juventude, mulheres, idosos e reformados, deficientes, formação de quadros e investigação científica, equipamento e instalações, alta competição e comunicação social.

Um ano de numerosas e entusiásticas iniciativas

Num balanço necessariamente incompleto, é de assinalar,

entretanto, que 1979 foi ano de numerosas realizações de carácter desportivo em iniciativas do Partido ou apoiadas pelo Partido.

Várias organizações incluíram nos programas das suas actividades provas desportivas abertas à participação popular e juvenil. Em inaugurações de Centros de Trabalho, em festas e noutras jornadas de convívio, o desporto foi presença saliente e mobilizadora.

A Festa do «Avante!» à semelhança do ano anterior, trouxe até nós desportistas de alto nível internacional, oriundos de países socialistas, e proporcionou também ao nível nacional uma intensa participação de desportistas amadores, como aconteceu, por exemplo, com os torneios de futebol, jogos populares, damas e xadrez, não esquecendo o grande êxito da II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria e a presença de colatados halterofilitas.

Entretanto, numerosas iniciativas (em particular atletismo para vários escalões) assinalaram um pouco por todo o país, em acções promovidas por comissões e organismos unitários, datas bem queridas do povo trabalhador, especialmente o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

Já no final do ano, o desporto também marcou presença destacada na campanha eleitoral da APU. Não com fins demagógicos ou eleitorais, mas sim como afirmação entusiasta e prova da sua crescente implantação no trabalho das organizações do Partido, o desporto popular veio para a rua e foi motivo de franco convívio entre largas centenas de participantes e assistentes, como sucedeu em Lisboa («Quilómetro Povo Unido»), Amadora, Sintra e Almada, entre outras localidades.

Anteriormente, e por iniciativa de um grupo de desportistas, tinha-se realizado em Lisboa, nas instalações do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO), um Encontro de Apoio à candidatura da APU para as Intercalares, em que esteve presente o camarada Octá-

vio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Nesse Encontro foi aprovada uma Declaração de apoio à APU como contributo para «a grande vitória das forças democráticas e para que se torne realidade uma política desportiva que se traduza num desporto de todos, edificado com a participação livre e criadora de todos, tal como se refere na Constituição da República, um direito a que é preciso dar vida e expressão prática.

O documento viria a receber a assinatura de muitos democratas ligados à actividade desportiva, incluindo alguns praticantes, técnicos e dirigentes bem conhecidos da opinião pública que costuma acompanhar as coisas do desporto.

A inidoneidade!

Agora que começámos um novo ano e tirando as devidas conclusões sobre o que ficou para trás, temos uma oportunidade ideal para planificar o trabalho desportivo entre as massas populares e juvenis, cabendo às organizações do Partido um papel primordial.

A luta pelo Desporto Direito do Povo é uma luta que pode desenvolver-se de múltiplas formas e em sectores diversos. Do Governo «AD» nada se espera de positivo. Mas ao nível das massas populares, das colectividades e clubes, das organizações unitárias de expressão popular e dos desportistas que estão com a democracia — praticantes, técnicos, árbitros, dirigentes activista, etc. — há um imenso trabalho que poderá avançar e fortalecer-se.

Agindo com amplo espírito de abertura e de unidade, os comunistas têm ali uma importante responsabilidade, que exigirá a continuação do entusiasmo, da firmeza e da dedicação que, aliás, vem caracterizando a acção dos militantes do Partido nas diversas frentes de luta e trabalho.

É com o Povo que se encontram e levam à prática as linhas de acção que podem concretizar os justos direitos e aspirações populares. E o desporto é um direito assinalado na Constituição da República, um direito a que é preciso dar vida e expressão prática.

Um importante fenómeno social

Contudo, a interpretação do desporto na vida dos cidadãos portugueses fica incompleta se o mencionarmos exclusivamente como prática, como direito, como actividade.

Para compreender a inserção do desporto na sociedade é necessário partir da ideia que se trata de um fenómeno social de grandes dimensões.

Milhões de portugueses participam directa ou indirectamente (através dos relatos radiofónicos), todos os fins de semana, em acontecimentos desportivos, designadamente o futebol. Só por si, este facto demonstra bem a importância do desporto nos dias de hoje como fenómeno social merecedor da maior atenção. Mas este é apenas um aspecto da questão. Com efeito, a cultura física e o desporto relacionam-se praticamente com todos os sectores de actividade, como por exemplo a educação, a saúde pública e os tempos livres dos trabalhadores.

O desporto a que nos foram habituando não pode ser, entretanto, analisado apenas nos seus aspectos negativos, os quais não resultam do desporto em si próprio mas sim da utilização que lhe é dada como factor de alienação e «diversão» das massas. A verdade é que a cultura física e o desporto, enquanto instrumento indispensável da formação, factor poderoso de bem-estar e equilíbrio, meio inegável de valorização, dignificação e realização humana e social, têm repercussões cada vez maiores na esfera do processo

produtivo e uma importância crescente no mundo da arte, do espectáculo e da comunicação social (diga-se, a propósito, que «A Bola» é o jornal português de maior tiragem).

A cultura física e o desporto não constituem compartimentos estanques desligados das outras realidades sociais. A natureza, as características e o nível definidores de uma determinada concepção de cultura física e desporto estão fortemente condicionados pelo todo social em que se integram.

Os problemas actuais do sector exigem medidas e soluções concretas. Mas seria utópico pensar que existem medidas e soluções específicas para o desporto só por si suficientes para resolver na íntegra tais problemas.

Não poderá haver direito ao desporto sem a concretização dos direitos à saúde, à educação, à habitação, ao bem-estar, sem acabar com o desemprego, sem melhorar radicalmente as condições de vida do povo trabalhador. Isto significa que a verdadeira resolução dos problemas da cultura física e do desporto passa necessariamente pela integração das soluções específicas para o sector no quadro mais vasto da luta pelos objectivos essenciais, que são a defesa da democracia, o progresso social e económico, a defesa dos interesses dos trabalhadores e de toda a população.

Entretanto, existem condições para incrementar por todo o país a prática da cultura física e do desporto, para multiplicar as iniciativas e reforçar amplamente a participação das populações nas actividades desportivas das colectividades e associações, sindicatos, comissões de trabalhadores e moradores, do movimento popular em geral.

Por isso, mãos à obra! Desporto, Direito do Povo é um lema, é um direito e será uma realidade!



Uma dinâmica popular no desporto e na cultura física, dando vida e expressão prática ao lema «Desporto Direito do Povo», direito consagrado na Constituição — esta uma grande tarefa que no ano que agora começámos exigirá de todos os desportistas que estão com a democracia e a luta pelo progresso social uma intensa e viva dedicação.

O que espera a UGT do novo Governo

Com a frequência com que aparecem na Televisão que, como é sabido se empenha em promover todas as aberrações «sindicais» encabeçadas pelo grupo Gonalves-Torres Couto/PPD, a UGT deve estar a preparar-se para apresentar a conta dos serviços prestados à Aliança Reaccionária nas últimas eleições. Iludidos, alguns trabalhadores talvez pensem beneficiar, de algum modo, com a liquidação dessa conta. Mas a ilusão será curta. Os amarelos, que não conseguem esconder o reboliço que lhes vai por casa, apresentarão como sempre uma factura que só tem uma parcela: a intensificação do divisionismo, ou seja, maiores facilidades para atacar o Movimento Sindical Unitário e a sua capacidade de negociar e obter melhores condições de vida para todos os trabalhadores.

A UGT, cuja tendência maioritária, no dizer dos interessados (os pépêds do aviário reformista) teria ganho, também, as eleições para a Assembleia da República, para as Autarquias e tudo, não perde uma oportunidade de fazer das suas ligações internacionais grande alarde, como se um pouco do imperialismo benfeitor dos povos e do grande capital benfazejo das multinacionais viesse cair na nossa mesa, na mesa dos trabalhadores portugueses.

De propósito, os Gonalves, Coutos e pépêds confundem realidades económicas muito diferentes, ocultam interesses que não podem confessar, tentam esbater e mesmo anular contradições insolúveis, incluindo as que correm a própria «central» amarela e os padrões do divisionismo, entre si, entre grupos, tendências e partidos. Na corrida de quem melhor divide em seu proveito e no interesse da direita, que agora se apresenta talvez como mais compensadora para arrivistas confessos e candidatos sequiosos de carreira, é ver como eles se manifestam e as boas provas que dão.

A representatividade da UGT não se alterou por ter aderido à CISEL, dita dos «Sindicatos Livres», despachados da Alemanha Federal. O apoio que venha a merecer já o tinha. Aí está no caudal dos marcos e dos «professores» de sindicalismo das Fundações. O resto, ou seja a solidariedade, essa não poderão os divisionistas aproveitá-la porque não têm manifestamente onde a aplicar. Alguém sabe que luta, até hoje, conduziram os divisionistas? Que apoio manifestaram às lutas dos trabalhadores, que não fosse raríssimo, sem perigos ou compromissos, escasso e inconsequente?

A UGT não foi criada para isso, é verdade, nem pode modificar-se. Pertence a um grupo de divisionistas. Faz parte dos aparelhos partidários que a criaram e actua cada vez mais como instrumento da contra-revolução. Mas não é, claro está, com essa cara que aparece, mesmo quando põe a falar em seu nome, como no Tejo de 30 de Dezembro findo, um «trabalhador democrata-cristão» — visão assombrada do melhor «sindicalismo» marcelista.

Mas os amarelos consideram estas razões «douttrinárias». Em «doutrinária» falou, para as desprezar, esse «trabalhador democrata-cristão». Disse que não as quer na UGT, embora esta não faça outra coisa do que propagar por aí a sua doutrina anticommunista, em nome de uma «democracia» tendenciosa que os divisionistas utilizam contra interesses vitais dos trabalhadores.

A conta dessa «democracia», que só o é na boca deles, é ver o que se passa, por exemplo, no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, onde os dirigentes ugétistas ainda recentemente negaram aos trabalhadores bancários a possibilidade de participarem, em assembleias democráticas, na construção da proposta sindical do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV). Chamando apenas os sócios a votar, os dirigentes ugétistas «cozinham» entre si e com os seus apiguados — uma proposta, que só revelou aos bancários «no dia anterior ao da votação», como denunciaram num comunicado de 20 de Dezembro findo os membros do Conselho Geral do Sindicato eleitos nas listas unitárias.

A essa prática muito mais haveria acrescentar, como de resto faz aquele comunicado. Mas embora tratada sumariamente, aí fica uma sùmula quase exemplar da «doutrina» democrática que orienta os amarelos e que o mesmo comunicado caracteriza, praticamente, assim: «os dirigentes dirigem; os trabalhadores trabalham e... de vez em quando votam». Como reaccionários que são, os dirigentes ugétistas não primam pela originalidade na escolha da sua doutrina. Foram buscá-la, sem emendas, às Confederações do grande patronato e a todo o aparato doutrinário da Aliança Reaccionária.

Quanto à «democracia» interna, falta-nos espaço para alguns exemplos. Mas porque são recentes e conhecidos, lembremos apenas como essa «democracia» funciona, em termos de barreira, compadrio e corrupção, entre outros ugétistas dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal, onde a simples escolha sobre qual deles beneficiaria de um convite para visitar os Estados Unidos desencadeou grande luta entre «dois blocos distintos», com comunicados públicos, zangas, demissões e entrevistas na imprensa da direita.

E os fundos também não escapam a essa «democracia», internamente aplicada pelos ugétistas. Conhecida foi também ultimamente a prática de «corrupção» e «roubalheira desenfreada» na gestão dos fundos do SITESE (Escritórios de Lisboa) que um grupo de trabalhadores devidamente identificado, tomou público para exigir que os divisionistas instalados na direcção dos Escritórios «digam a verdade aos sócios» e os informem «como foi gasto o seu dinheiro».

Foi esta UGT que aderiu à CISEL e que quer aderir a outras organizações internacionais. Foi esta UGT que apoiou, pretendendo lavar daí as suas mãos, a campanha da Aliança Reaccionária. Foi esta UGT que declarou e mantém que «não interessa quem governa, mas como governa»... Ao serviço de quem — não pretendem saber os divisionistas, porque já o sabem demais.

E é esta UGT que, enquanto dura, não vive do ar. Mas não é difícil prever, vendo como ela funciona, que nenhum governo, por mais reaccionário, chegará para lhe prestigiar, pelo menos, a marca de divisionismo e confusão.

Para que a conta da UGT não pese no orçamento dos trabalhadores, toda a unidade é pouca, todos os esforços se exigem no combate ao divisionismo. Sem ilusões oportunistas, mas também sem confundir trabalhadores socialistas ou de qualquer outra tendência com os fomentadores e beneficiários do divisionismo, o Movimento Sindical Unitário tem pela frente um combate que conhece e força para vencer.

CGTP-IN

Desenvolvimento da luta de massas — uma das frentes fundamentais aprovadas no Plenário Nacional

O desenvolvimento da luta de massas e o reforço da organização foram considerados pelo Plenário Nacional da CGTP-IN, reunido em 27 de Dezembro findo, em Lisboa, «frentes de importância fundamental» nas lutas sindicais que se aproximam. Reafirmando «a determinação do Movimento Sindical na defesa do regime democrático consagrado na Constituição», o Plenário chamou a atenção para «os verdadeiros objectivos do próximo Governo», que tentará «entregar de novo o País ao poder dos monopólios e dos latifundiários». Mas essa política «encontrará pela frente a unidade reforçada de todos os trabalhadores», advertiu o Plenário, que condenou «os serviços prestados pela chamada «UGT» ao grande patronato», ao actuar de forma «a dar credibilidade às forças reaccionárias coligadas».

O III Congresso da CGTP-IN, a reunir em Março próximo, será «uma jornada fundamental no reforço do poderoso movimento dos trabalhadores, baluarte das suas conquistas e garantia da melhoria das suas condições de vida», refere a resolução político-sindical, aprovada, «após participado debate», com base numa moção apresentada pelo secretário nacional da CGTP-IN.

O Plenário Nacional, aberto a todos os Sindicatos, independentemente da sua filiação, reuniu 150 organizações sindicais, representando cerca de 1500 mil trabalhadores. Contando com a presença de 9 Sindicatos não filiados na Central, a assembleia, como sempre ampla

e participada, aprovou por unanimidade o pedido de filiação na CGTP-IN de mais três Sindicatos (Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Leiria, Pescadores de Vila do Conde e Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul).

Racionalizar os custos O comunicado distribuído no final dos trabalhos, durante os quais foi aprovado o Orçamento da CGTP-IN, salienta sobre este assunto dois aspectos importantes da acção a desenvolver a curto prazo e designadamente até ao III Congresso. O primeiro tem em vista «pôr à disposição das organizações intermédias

(Federações e Unões) meios financeiros para a sua melhor acção sindical». O segundo manda «racionalizar os custos, no sentido de se conseguirem disponibilidades financeiras, canalizando-as para a acção sindical. No que respeita à racionalização dos custos — acrescenta o comunicado — salientou-se o facto desta já estar em marcha, assim como a boa receptividade dos Sindicatos a tal política».

Trabalhadores e Segurança Social

Outro dos pontos principais da ordem de trabalhos, foi o da participação do Movimento Sindical na gestão da Previdência. No seguimento de outras tomadas de posição revelando firmeza e disposição para a luta neste campo — como a que ainda recentemente aprovaram, no Porto, os Sindicatos do Norte, num plenário da USP — o Plenário Nacional da CGTP-IN reivindicou, mais uma vez, a prática do direito que assiste ao Movimento Sindical de participar na gestão da Segurança Social, de cujos Centros Regionais é afastada a gestão directa dos trabalhadores. O decreto recente,



A mesa que presidiu aos trabalhos do Plenário Nacional

que cria esses Centros, mereceu o desacordo unânime do Plenário.

Luta e confiança

A resolução político-sindical enumera 5 objectivos a atingir com o desenvolvimento da luta de massas e com o reforço da organização. Resumem-se eles na defesa do aparelho do Estado as forças reaccionárias procurarem desenvolver novos ataques ao regime democrático e aproveitar as

leis já aprovadas, contrárias aos interesses dos trabalhadores». Mas, «embora as forças reaccionárias e do grande capital tenham conseguido uma escassa maioria na Assembleia da República», a maioria do povo português demonstrou que mantém vivo o espírito do 25 de Abril. O prosseguimento da política contrária aos interesses dos trabalhadores encontrará pela frente a unidade reforçada de todos eles e o isolamento cada vez maior das forças e dos mentores do divisionismo.

transigente das condições de vida e dos interesses de todos os trabalhadores; no combate ao divisionismo; e no respeito escrupuloso pela democracia sindical e pela vontade dos trabalhadores.

transigente das condições de vida e dos interesses de todos os trabalhadores; no combate ao divisionismo; e no respeito escrupuloso pela democracia sindical e pela vontade dos trabalhadores.

transigente das condições de vida e dos interesses de todos os trabalhadores; no combate ao divisionismo; e no respeito escrupuloso pela democracia sindical e pela vontade dos trabalhadores.

O caso dos despedidos amnistiados Por que não falam claro os responsáveis da RTP e RDP? Os trabalhadores exigem que se cumpra a Lei

A Lei da Amnistia, que entrou em vigor há mais de um mês, extingue todas as sanções criminais e disciplinares de natureza política. Por essa Lei (74/79, de 23 de Novembro), estão abrangidos 36 trabalhadores da RTP e da RDP, despedidos a seguir aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, que ainda não foram readmitidos. Por continuarem sem saber «se as Comissões Administrativas das Empresas Públicas de Rádio e Televisão estão ou não dispostas a cumprir a Lei», esses 36 trabalhadores, representados por uma Comissão, deram, na última sexta-feira, uma conferência de imprensa, em Lisboa. Depois de revelarem, num manifesto, «um conjunto de peripécias difíceis de conceber num país em luta pela consolidação do regime democrático», aqueles trabalhadores, perante «um mistério» que se adensa, afirmam que «continuarão a bater-se pelo cumprimento da Lei, pela reintegração nas empresas, com a devida realocação nos seus antigos postos de trabalho».

Os trabalhadores, apoiados pelos respectivos Sindicatos (Jornalistas e Telecomunicações, que estiveram representando na conferência de imprensa), perante um caso que se arrasta há quatro anos e a qual a promulgação da Lei deveria ter posto ponto final, perguntam por que «esperam os responsáveis para falar claro».

E falar claro, neste caso, seria antes de tudo cumprir a Lei. Mas há mais de um mês que a Lei 74/79 foi promulgada pelo Presidente da República e os 36 trabalhadores verificam que o desprezo pelos seus direitos continua.

«Injustificadamente afastados dos seus postos de trabalho», os amnistiados da RTP e RDP, longe de qualquer especulação sobre o que se passa, têm todos os motivos para revelar publicamente a existência de uma «vontade aparente em prolongar uma situação que, independentemente das circunstâncias que a originaram», significou para eles «uma verdadeira condenação à morte profissional».

Uma estranha incapacidade

As vítimas de um caso, que devia estar definitivamente encerrado, relembram que a continue a arrastar-se por 1980,

«devido a uma estranha incapacidade por parte de administradores de duas grandes Empresas Públicas em assumirem responsabilidades que exclusivamente lhes cabem, dando cumprimento a uma Lei da Assembleia da República».

Os trabalhadores falam de «mistério» por razão. E contam esta série de peripécias «difíceis de conceber num país em luta pela consolidação do regime democrático»:

No dia 26 de Novembro passado, primeiro dia depois da data da publicação da Lei

74/79, os trabalhadores por ela abrangidos apresentaram-se nas respectivas empresas. Foi-lhes, então, afirmado que, «dentro em breve», receberiam em casa uma comunicação, uma vez que, nessa mesma altura, a Lei estava ainda «em estudo».

Passadas duas semanas sem qualquer resposta, os trabalhadores decidiram pedir audiência aos presidentes das duas Comissões Administrativas, a fim de terem, pelo menos, uma indicação segura quanto ao destino que lhes era reservado. O presidente da CA da RDP aceitou em marcar uma audiência para 27 de Dezembro. Quanto a João Soares Louro (RTP) limitou-se a comunicar que a sua agenda se encontrava «sobrecarregada», o que, aliás, se continua a verificar.

Os delegados sindicais da RTP e a Comissão de Trabalhadores da RDP desenvolveram, entretanto, os seus próprios esforços para clarificar a situação: no caso da Televisão, sem qualquer êxito; no caso da Rádio, conseguindo da CA a garantia da existência da «vontade política» para resolver o problema e da intenção de cumprir «escrupulosamente a Lei». As mesmas garantias foram dadas por aquela CA à direcção do Sindicato dos Jornalistas.

Na RTP, chegou o dia 21, dia de pagamento dos salários de Dezembro, a que, naturalmente, os trabalhadores apresentados desde Novembro tinham direito. Mas, na tesouraria de S. Domingos à Lapa, após momentos de confusão, os amnistiados foram informados pelo responsável de que «não tinha instruções» e enviados para o director de pessoal. Recebidos pelo subdirector, dr. Marinho de Castro, foi-lhes dito que o processo «estava nas mãos da administração» e que ele nada sabia. A desorientação que reina naquela empresa é de tal ordem que, ao ser-lhe pedido um simples documento comprovativo de que os trabalhadores não tinham recebido os ordenados no dia próprio, o dr. Marinho de Castro respondeu que só na segunda-feira o podia passar. Mas, na segunda-feira, embora — segundo disse a um delegado sindical — já o tivesse começado, pediu que passassem por lá na quarta. Na quarta-feira, estava «quase pronto» e, na quinta, ou seja ontem (27 de Dezembro) só não foi entregue — justificou — porque faltava a assinatura... Neste momento (manhã de 28 de Dezembro) sabemos, finalmente, que a direcção de pessoal da RTP não está na disposição de passar o referido documento.

Se o silêncio da CA da RTP justificou, desde o início, as maiores apreensões quanto ao seu comportamento, já as garantias dadas pelos responsáveis da Radiodifusão tornavam legítimo pensar-se que os trabalhadores da RDP abrangidos pela amnistia não teriam muito que esperar.

A audiência ondem (27 de Dezembro) concedida pelo presidente daquela empresa veio, no entanto, suscitar novas

dúvidas. Num recuo, aliás confessado relativamente a posições anteriores, o eng.º Amílcar Martins não deu qualquer garantia de que a Lei seria totalmente respeitada. Os processos, segundo disse, continuam em estudo.

Num espaço de cerca de uma semana, o «escrupuloso cumprimento da Lei» parece ter deparado com súbitas dificuldades de resto não esclarecidas.

Forças misteriosas?

Quem impede o cumprimento da Lei relativamente aos amnistiados da RTP e RDP? «Que forças misteriosas levantam obstáculos às boas intenções da CA da RDP e forçam ao silêncio a da RTP? Os trabalhadores gostariam de saber quem pretende impedir o restabelecimento da normalidade democrática». E perguntam: «Onde estão a independência e autonomia das empresas públicas da Rádio e da Televisão, agora incapazes de assumir a responsabilidade do cumprimento da Lei?»

Essas perguntas, que a Comissão dos Trabalhadores Amnistiados da RTP e RDP fizeram publicamente em conferência de imprensa, apesar de terem de ser postas, forçosamente — como disseram — nas presentes circunstâncias, não são as únicas, nem talvez as mais graves». E, legitimamente, perguntam a seguir, se se trata de uma «perseguição de natureza política».

Razão há também para essa pergunta. Os trabalhadores que não deram a conferência de imprensa para historiar o processo que levou aos despedimentos colectivos, lembraram, todavia, que já em 1977 o Provedor da Justiça recomendava a reabertura dos processos de despedimento, pois os mesmos apresentavam «graves vícios», designadamente pela maneira como foram instruídos, e considerava, na mesma altura,

que «os factos imputados aos arguidos não seriam suficientemente graves para provocar a ruptura do vínculo jurídico-laboral», isto é, para conduzir aos despedimentos, que foram ordenados sem os trabalhadores terem sido alvo de qualquer processo disciplinar. «O Provedor de Justiça» — refere o manifesto distribuído na conferência de imprensa — «considerando a situação daí decorrente como de «ilegalidade e injustiça», dirigiu à CA da RDP, por três vezes, recomendações no sentido da reintegração dos trabalhadores em questão na RDP-EP, isto muito antes da aprovação da Lei 74/79».

Dois anos depois dos pareceres emitidos pelo Provedor de Justiça (e eles só foram citados na conferência de imprensa para mostrar como são legítimos os receios dos trabalhadores) e com a Lei da Amnistia agora em vigor, os despedidos da RTP e RDP podem continuar a ser alvo de um procedimento que faz lembrar — como acentuam — métodos semelhantes às «famelegadas» interdições profissionais, ou outros meios de discriminação e perseguição política, que a Constituição da República expressamente proíbe.

Conscientes do apoio dos seus companheiros de trabalho, e certos de que esse métodos que apontaram «só podem merecer o repúdio de todos os democratas portugueses», os trabalhadores da RTP e RDP abrangidos pela amnistia «continuarão a bater-se pelo cumprimento da Lei, pela reintegração nas empresas, com a devida realocação nos seus antigos postos de trabalho».

Contra as discriminações profissionais de natureza política no Portugal democrático, com o apoio dos Sindicatos e de todos os trabalhadores da comunicação social, os amnistiados da RDP e RTP reafirmam a disposição de «apresentar o seu caso junto dos órgãos de soberania» e de apelar para a solidariedade das organizações internacionais do sector.



No Quelhas, como no Lumiar, reina o silêncio perante a lei da Amnistia

Lutas nas empresas

Cinco empresas, que empregam no total alguns milhares de trabalhadores, servem neste ano que começa para exemplificar, à semelhança de muitas outras, os motivos concretos que conduzem às lutas dos trabalhadores nos locais de trabalho. Falta de cumprimento da contratação colectiva, fuga ao diálogo e à negociação por parte de entidades patronais, e repressão com os despedimentos, ou a ameaça deles, em primeiro plano, inclusivamente para encobrir negociações, são outras tantas razões objectivas para a movimentação e a luta dos trabalhadores

TAP

Com uma adesão superior a 90 por cento e totalmente demarcada do recente processo elitista do pilotos e técnicos de voo, a paralisação de 24 horas, que o pessoal de terra da TAP levou a efeito em 25 de Dezembro findo, foi decretada pela Comissão Sindical Negociadora (CSN), que representa cerca de 6 mil dos 8 mil trabalhadores da transportadora aérea nacional, e destinou-se a fazer cumprir por parte do Conselho de Gerência o Acordo Colectivo de Trabalho, assinado em Agosto findo com os Sindicatos. Em declarações à imprensa, a CSN afirmou: «Não temos qualquer interesse em fazer greves só por fazê-las. Temos o maior respeito pelos passageiros e, em especial nesta quadra, pelos emigrantes e por todos quantos se dirigem para as regiões autónomas. Mas enquanto o Conselho de Gerência cede em toda a linha às pretensões salariais

astronómicas do pessoal navegante e tripulante, continua a não demonstrar nenhuma vontade de diálogo quanto aos problemas criados aos trabalhadores de terra».

Repondo, entretanto, a verdade sobre declarações feitas por Bissau Barreto, presidente do CG da TAP, à RTP, segundo as quais a empresa «dispensaria, em média, 500 contos anuais por cada trabalhador», a CSN esclareceu: «Ao pessoal de terra a empresa pagou, em 1979, uma média de cerca de 280 contos, contando com subsídios e horas extraordinárias e incluindo, obviamente, as chefias que têm um valor superior à média; aos 500 tripulantes pagou a TAP, em média, e sem contar com os aumentos acordados, 1200 contos. Mais comentários para quê?» — pergunta a CSN. Acerca do «falso interesse da gerência pelos passageiros e pela situação da empresa» (sob «gestão ruinosa», diriam os trabalhadores),

a CSN acrescentou: «Embora sabendo da greve do pessoal de terra, o membro do CG para o pessoal, Rodrigo Ferreira, ausentou-se para o Brasil, logo após a negociação com o pessoal navegante e tripulante. Ainda por lá está, pelos vistos nada preocupado com os emigrantes e os passageiros das regiões autónomas» referiu no último a CSN na conferência de imprensa de 28 do corrente.

QUIMIGAL

Os representantes dos trabalhadores e o conselho de gerência da Quimigal-EP chegaram a acordo sobre o montante dos salários do novo ACT. Os aumentos aproximam-se dos 25 por cento para os onze mil trabalhadores da empresa, que obtiveram uma solução «satisfatória» para todas as reivindicações, incluindo a actualização dos subsídios de turno e de alimentação e das diuturnidades. O acordo põe termo a um processo de luta, que recentemente envolveu os trabalhadores à greve.

MALHAS DO AMEAL

Com cerca de 700 trabalhadores esta empresa do Porto vive um clima repressivo que ameaça alastrar. Recusando-se a discutir a questão no Ministério do

Trabalho, segundo informação do último sábado, a administração continua a ameaçar com o despedimento 3 trabalhadores, um deles delegado sindical, e todos eles empenhados na criação de uma CT na empresa, ao abrigo da lei. Os trabalhadores movimentam-se contra a repressão e esperam que o Ministério do Trabalho marque nova reunião com os administradores.

LINCURI

Jaime de Almeida Vieira, operário e delegado sindical da Lincuri, abusivamente despedido no Verão passado, deverá ser readmitido imediatamente por ordem do 1.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa. Com 22 anos de casa, aquele trabalhador fora despedido sob uma falsa acusação. A suspensão do despedimento deve-se a requerimento interposto pelo delegado sindical e pela direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

GRÃO-PARÁ

Várias unidades hoteleiras, incluindo o complexo turístico da Matur e do Hotel Atlantis, na Madeira, continuavam nos últimos dias sob um processo de luta para que a empresa Grão-Pará, a que pertencem juntamente com várias obras de construção civil, pagasse aos trabalhadores o 13.º mês.

Lei das CTs Estatutos de unidade em 19 grandes empresas

Aos balanços semanais que temos vindo a publicar sobre as vitórias unitárias na aprovação dos novos estatutos das Comissões de Trabalhadores há a juntar, segundo dados recolhidos na última semana, um conjunto de importantes empresas e serviços. A UGT apoiada por toda a direita, quando consegue apresentar os seus projectos de estatutos, sai derrotada, frequentemente por elevadas margens de votos. O mesmo sucede com os esquerdistas, que têm apresentado projectos num reduzido número de empresas.

Entre 18 e 27 de Dezembro findo, os estatutos unitários venceram nas seguintes empresas e serviços: Sorefame, Cometa, Rabor, Grundig, Eurofil, Carris, Caixa de Previdência da Indústria (Lisboa), Standard Eléctrica, Companhia de Transportes Marítimos (GTM), Vitrohm, Sociedade de Produtos Eléctricos-SIPE, Comportel, Plessey Portuguesa, Cel-Cat, Autocil, Diogo d'Ávila, Tudor, Costa Neri, Osório de Castro.

A junta às maiores empresas do País, onde já se realizaram eleições, há agora mais 19 empresas e serviços

onde as Comissões de Trabalhadores unitárias viram confirmada a confiança que nelas depositaram os trabalhadores e que as elegeram e certamente continuarão a apoiar nas novas condições criadas pela Lei 46/79.

Guia prático

Com um conjunto de documentos editados pela CGTP-IN sobre as comissões de trabalhadores, o controlo de gestão e o direito que assiste aos trabalhadores de participarem na gestão das empresas do sector empresarial do Estado, as edições «Avançam» acabam de pôr à venda um Guia Prático destinado a «todos os que necessitam de desenvolver a sua actividade naquelas importantes frentes de luta». O livro é apresentado pelo secretário da CGTP-IN como «mais um instrumento de combate pelo respeito e aplicação da legalidade constitucional e democrática, face às resistências de quantos, dentro ou fora do Governo, não se conformam com ela».

Na Marinha Grande terra de tradições operárias antigo operário vidreiro é o novo presidente

A vila da Marinha Grande é a sede de um dos 16 concelhos do distrito de Leiria, distribuindo-se a sua população, estimada em 35 mil habitantes, por duas únicas freguesias: Marinha Grande e Vieira de Leiria. Distã de Lisboa cerca de 150 quilómetros e é atravessada, desde 1888, pela linha ferroviária do Oeste.

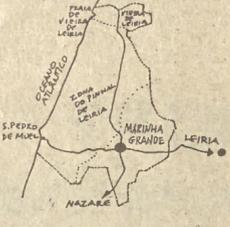
Dois terços da superfície do concelho encontram-se ocupados pelo Pinhal de Leiria (a área do pinhal é, actualmente, superior a 11 mil hectares).

Do ponto de vista industrial, o concelho é como que a capital da indústria do vidro, tendo a primeira fábrica sido instalada no local em 1769, mercê da política desenvolvimentista do marquês de Pombal, tendo nessa altura D. José encarregado o inglês Guilherme Stephens de dirigir a laboração da fábrica.

Actualmente, mais de seis mil trabalhadores de vidro laboram em cerca de 80 empresas do sector localizadas na Marinha Grande, dois mil e quinhentos trabalhadores são o activo local da indústria ligeira metalúrgica nas 53 empresas existentes, enquanto que as 15 empresas de transformação de plásticos absorvem cerca de mil trabalhadores.

Há 46 anos, as estradas que conduzem à vila da Marinha Grande eram percorridas por tropas enviadas pelo regime fascista para reprimir a histórica greve dos operários vidreiros, em 18 de Janeiro. Antes disso e depois disso, muitas vezes as estradas que conduzem à Marinha Grande levavam à sua população a repressão fascista. Por aquelas estradas, muitos democratas marinhenses foram roubados à sua terra e levados para o Tarrafal, para o Aljube, para Caxias, para Peniche. Mas hoje, quem percorrer essas estradas para se dirigir à Marinha Grande, sabe que esses tempos são História escrita a ouro e sangue na História do movimento operário, na História da resistência ao fascismo. Hoje, quem percorrer essas estradas sabe que vai encontrar uma Marinha Grande diferente, uma Marinha Grande voltada para o futuro, mais alicerçada no passado de luta.

fascismo e aos exploradores. Antes do 25 de Abril, e não certamente por obra do acaso, os presidentes da Câmara local foram, na sua esmagadora maioria, sócios ou proprietários de fábricas de vidro. Além de serem,



é óbvio, membros da União Nacional fascista e informadores da PIDE.

Hoje, desde o passado dia 16 de Dezembro, quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal da Marinha Grande é um militante comunista, eleito pela lista da APU.



Barros Duarte foi operário vidreiro. Hoje é um gestor qualificado. Comentando a nova responsabilidade, afirmou encará-la como mais uma tarefa que desenvolverá com brio

Chama-se João Barros Duarte, foi operário vidreiro e tinha um ano de idade quando a classe operária marinhense se levantou em greve revolucionária contra o fascismo.

Operário vidreiro ainda na meninice

Nasci na Marinha Grande e meu pai era operário vidreiro - diz-nos Barros Duarte, poucas horas antes da sua tomada de posse como presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande. Ainda na meninice comecei logo a trabalhar no vidro, como operário lapidário de artigos de lustres. Foi também marçano, a troco de comida, para aliviar os encargos da minha família, uma vez que meu pai só tinha trabalho três dias por semana. Foi aliás esse facto, o desemprego que grassava como peste no seio da população trabalhadora e nomeadamente entre os que pela primeira vez entravam no mercado de trabalho, que me obrigou a emigrar para outras terras do país.

Entretanto, e enquanto ainda permanecia na Marinha Grande, Barros Duarte tirou, em Leiria, para onde se dirigia diariamente de bicicleta, o curso comercial.

Antes de procurar emprego em Lisboa, Barros Duarte foi ainda, e sucessivamente, empregado no Sindicato Vidreiro, agente da

inspecção do trabalho, aspirante de finanças em Pombal. Instalado na capital, foi empregado de escritório, até ser admitido no Banco Nacional Ultramarino.

Em 1963, foi preso pela PIDE - prossegue Barros Duarte desfilando alguns dos pormenores mais significativos da sua vida. Estive três meses no Aljube, onde também se encontrava o meu irmão, ambos acusados de pertencermos ao Partido Comunista Português. Na prisão, aprendi a solidariedade, na divisão entre todos dos artigos que nos chegavam da rua. Comemorávamos conjuntamente os nossos aniversários. Pouco tempo depois de ser preso, eu fazia anos. Os amigos começaram a preparar a festa que, na prisão fascista, adquiria outro significado. Acontece que fui libertado poucos dias antes de fazer anos. No entanto, no dia do meu aniversário passei defronte do Aljube, levando o meu filho, então ainda de poucos anos, pela mão. Devia essa atitude aos camaradas. Eles reconheceram-me e saudaram-me das celas. O chefe dos guardas, que também me reconheceu, prendeu-me e ao meu filho, levou-me para uma sala e, à frente do meu filho, deu-me socos e pontapés. Meu filho nunca mais se esqueceu deste episódio.

João Barros Duarte, após ter saído da prisão viu-se completa-

mente a entrar no desemprego, face à imposição da administração do BNU de o deslocar para África. Barros Duarte recusou, tendo conseguido trabalhar como contabilista em várias empresas, até que, mais tarde, conseguiu entrar no Banco Português do Atlântico onde ascendeu de auxiliar de inspecção a subinspector e inspector.

Activista sindical, era delegado sindical no 25 de Abril e foi eleito, em Assembleia Geral, Presidente da Comissão de Inquérito que investigou as fraudes e a colaboração com a PIDE dos membros da Comissão Administrativa que ocupava ilegalmente o Sindicato dos Bancários em Abril de 1974.

Depois da queda do fascismo, Barros Duarte foi o representante do Sindicato dos Bancários na Comissão de Controlo e Fiscalização da Fuga de Fundos, destinada a pôr cobro à sabotagem dos monopolistas, colaborou nessa qualidade com vários ministérios dos sucessivos governos provisórios, deslocou-se várias vezes ao estrangeiro em serviço patriótico de detecção da sabotagem internacional e foi

vimento turístico da região. E fala-nos, a propósito de todos estes problemas, das populações e da sua participação e apoio, através do trabalho das 27 comissões de moradores existentes no concelho.

Para o serviço dos trabalhadores marinhenses

O presidente eleito da Câmara Municipal da Marinha Grande revela-se um homem preocupado com a elevação do nível cultural dos habitantes do concelho.

O nosso concelho tem neste momento cerca de 40 colectividades desportivas e de cultura e recreio. No entanto, não há, por exemplo, nenhum grupo de teatro amador em funcionamento. Os filmes aqui exibidos são, na sua grande maioria, de uma falta de qualidade confrangedora. O executivo camarário a que vou presidir pensa intervir nesta questão. Não nos podemos esquecer que os populares centros ou colectividades de

A vitória da APU

Os 7389 votos na Aliança Povo Unido, correspondentes a 46 por cento dos votantes, deram a vitória à APU e a maioria absoluta na Câmara Municipal da Marinha Grande. A Aliança Povo Unido, que em Dezembro de 1976 apenas obteve dois mandatos, dobrou agora esse número, obtendo quatro mandatos, incluindo a presidência.

O PS, que anteriormente detinha a presidência e a maioria dos vereadores, ficou agora reduzido a dois

vereadores ao obter 4717 votos. O PPD elegeu um vereador com 3099 votos e a UDP, com 284 votos, não logrou obter qualquer mandato.

Os eleitos da APU à Câmara Municipal da Marinha Grande são: João Barros Duarte, sub-diretor do BPA (presidente); Emílio Rato, industrial; Francisco Duarte, operário metalúrgico; e Júlio Parreira, também operário metalúrgico.

Para a Assembleia Municipal foram eleitos 17 membros da lista APU, que foi igualmente a mais votada, sendo por isso

acessor bancário do gabinete da Presidência da República. Foi membro da Comissão Administrativa do Banco Pinto de Magalhães e integrou as comissões governativas de inquérito às actividades da Torralta e do BIP.

João Barros Duarte é, actualmente, subdirector do Banco Português do Atlântico.

O mesmo brio

É este qualificado gestor que começou por ser operário vidreiro, que os marinhenses puseram à frente dos destinos da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Como te sentes, a poucas horas da tomada de posse como presidente da Câmara Municipal da terra onde nasceste há 46 anos? - questiona-se.

Encaro esse facto como mais um trabalho na minha vida, embora sinta uma natural alegria e uma grande responsabilidade - diz-nos simplesmente Barros Duarte. Como sempre, porei nas tarefas que me couberem o mesmo brio e sentido das responsabilidades que sempre caracterizaram a minha actuação.

Não é a primeira vez que Barros Duarte vai trabalhar no âmbito do poder local. Há tempos, representou a Câmara Municipal do Barreiro na Comissão Governamental encarregada da auditoria aos Serviços Municipalizados do Barreiro.

E não só - acrescenta. Sou também membro da Comissão de Moradores do local onde reside.

E, imediatamente, Barros Duarte começa a falar-nos dos problemas do concelho da Marinha Grande, dos problemas que a sua administração autárquica vai ter de enfrentar. Fala-nos do problema da habitação, da actualização e cumprimento do plano urbanístico, nas questões do saneamento básico, na electrificação, no desenvolvimento do parque industrial, na cultura e tempos livres, no desenvol-

vereadores ao obter 4717 votos. O PPD elegeu um vereador com 3099 votos e a UDP, com 284 votos, não logrou obter qualquer mandato.

Os eleitos da APU à Câmara Municipal da Marinha Grande são: João Barros Duarte, sub-diretor do BPA (presidente); Emílio Rato, industrial; Francisco Duarte, operário metalúrgico; e Júlio Parreira, também operário metalúrgico.

Para a Assembleia Municipal foram eleitos 17 membros da lista APU, que foi igualmente a mais votada, sendo por isso

instrução e recreio, criados e mantidos pelos operários, para superarem as barreiras que o capitalismo sempre opôs ao seu acesso à instrução e cultura, foram no passado frequentemente assaltados pela PIDE, que devassou as suas bibliotecas e roubou os seus livros, encerrou colectividades



Com um traçado moderno esta artéria da nova Marinha Grande não esquece o passado. Chama-se Avenida do Vidreiro

e prendeu numerosos dos seus dirigentes - diz-nos Barros Duarte. E acrescenta: É também nossa intenção arrancar com a organização do Museu do Vidro, para o qual já há instalações, mas que ainda não funciona.

Na análise dos problemas existentes no concelho, Barros Duarte

Não nos podemos esquecer que cerca de dois terços da superfície do concelho se encontram ocupados pelas Matas Nacionais, que são geridas pelos Serviços Florestais. Pensamos, no entanto, desenvolver contactos com o governo central no sentido de afectar à indústria algumas das áreas agora pertencentes ao Pinhal de Leiria, isto evidentemente sem destruir o equilíbrio deste enorme parque natural de pinheiros.

Também a zona de varanelo de S. Pedro de Moel vai ser objecto de particular atenção da Câmara - prossegue Barros Duarte. Por um lado, no sentido de criar infra-estruturas que possibilitem um maior desenvolvimento turístico da zona e, por outro, criando as condições necessárias para que os trabalhadores da Marinha Grande possam ir gozar as suas férias. Isto passa, nomeadamente, pela necessidade de se pôr fim à construção selvagem de casas nesta zona.

A memória do passado para o trabalho do futuro

Deslocámo-nos com Barros Duarte por algumas ruas da Marinha Grande, almoçamos em um restaurante em S. Pedro de Moel, com ele visitámos o Centro de Trabalho do PCP. Em todo o lado, marinhenses reconheceram o seu conterrâneo e actual presidente da Câmara. Numa rua,

mostra-se um homem conhecedor das possibilidades de resolução, dos obstáculos a remover e a ultrapassar.

Sabe, por exemplo, o factor que condiciona simultaneamente a resolução do problema habitacional e a expansão do parque industrial. A propósito, refere-nos:

A memória da luta

A história dos trabalhadores da Marinha Grande, particularmente da sua classe operária, é a história da luta contra a exploração, contra o fascismo, pela democracia. Ainda século XIX, a unidade e elevada consciência de classe dos trabalhadores vidreiros leva à criação da sua Associação de

classe. Em 1931 os mesmos factores levam à criação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro, cuja sede ainda hoje se localiza na Marinha Grande.

Em 1917, a luta e a persistência dos marinhenses arrancou do poder central o estatuto

de concelho para a Marinha Grande.

Muitas foram as greves e lutas operárias registadas na história do concelho: em 1911 e 1912, as greves contra o Industrial S. Barosa por aumentos salariais, a luta dos garrafeiros, a "greve dos rapazes" (operários de 8 a 12 anos) marcaram de maneira já vitoriosa os primeiros anos da República, estendendo-se até aos anos vinte.

Em 1932, uma greve na fábrica Roldões durou nove meses.

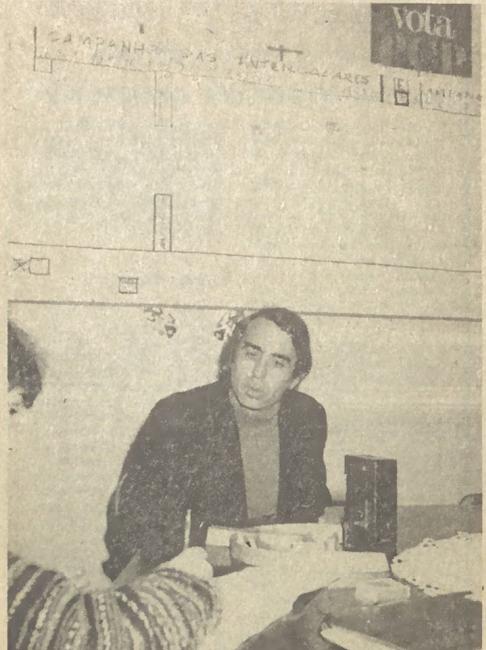
Em 18 de Janeiro de 1934, a histórica greve do proletariado da Marinha Grande contra a fascização dos sindicatos.

Pouco antes da queda do fascismo, em 1973, os operários de Ilmas de Vieira de Leiria desencadearam poderosa greve por aumentos de salários, o mesmo acontecendo, na véspera do 25 de Abril de 1974, com os trabalhadores vidreiros.



A Marinha Grande é a terra de grandes tradições democráticas, de onde a classe operária, em 1934, partiu em guerra contra o fascismo. Os sobreviventes da insurreição do 18 de Janeiro continuam a sua luta pelo futuro

V. R. de Santo António: Uma Câmara onde o povo será o quarto vereador da APU



Alfredo Graça: "Os resultados alcançados devem-se ao bom trabalho desenvolvido pelo Partido"

Em 1963 Alfredo Graça trabalhava como contínuo na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António; a seguir ao 25 de Abril de 1974 fez parte da Comissão Administrativa desse mesmo município; cinco anos depois da Revolução de Abril, em Dezembro de 1979, Alfredo Graça foi eleito presidente do seu município.

Este pouco da história de um homem que gosta de crianças e de música, que se empenha na luta por uma vida melhor, fala por si só dessa profunda transformação que Abril nos trouxe, deste poder local, mais participado de toda a Europa capitalista, que nos orgulhamos de ter.

Com 41 anos de idade, casado, pai de duas filhas, bancário de profissão, Alfredo Graça fala com orgulho do contínuo que foi com 25 anos, dos tempos em que trabalhou com um advogado progressista "que me ajudou a abrir os olhos", da sua passagem pela Comissão Administrativa da Câmara. Nessa altura era ainda independente, diz, só mais tarde é que aderiu ao PCP. A minha militância política levou-me, para além de participar no trabalho da Comissão de Freguesia e Concelho do Partido, a trabalhar com os Pioneiros, que ajudai crianças, que ajudei a organizar.

Nesse trabalho com as crianças,

de que fala entusiasmado, foi sem dúvida ajudado pelo seu gosto pela música (desde os 16 anos que toca bateria), e pela jovialidade do seu carácter.

Arrancámos com dois grupos de pioneiros, um em Monte Gordo e outro nas Hortas, e a iniciativa foi logo um sucesso. Os grupos começaram com oitenta e sessenta crianças, respectivamente, e desde o seu começo que não deixaram de crescer. Não posso deixar de recordar o grande êxito que teve o acampamento nacional de pioneiros realizado em Monte Gordo. Foi Inesquecível não só para as crianças como para todos nós.

A passagem pela Câmara, primeiro, o seu trabalho com os pioneiros, depois, tornaram Alfredo Graça um homem popular. O tom afável e o à-vontade com que fala com toda a gente ajuda a compreender como se enganaram profundamente os pépêdes e outros que garantiam que o povo algarvio não escolheriam "um comunista para presidente da Câmara".

A população de V. Real de S. António escolheu mesmo um comunista. Como foi a vitória? Os resultados alcançados devem-se ao bom trabalho que ao longo dos últimos três anos foi desenvolvido quer pela organização do Partido, quer

pela APU, e também pelo facto de termos apresentado ao eleitorado uma lista de pessoas bem conhecidas pelas suas posições e trabalho desenvolvido. O segundo e o terceiro vereadores já tinham sido eleitos em 1976 e eu estive na Comissão Administrativa durante oito meses.

A actividade desenvolvida pela APU durante a campanha eleitoral foi também decisiva. O principal do trabalho assentou nos contactos "porta-a-porta" e é curioso referir que o nosso próprio programa resultou muito dessa actividade. Em Monte Gordo e nas Hortas, nomeadamente, as pessoas vinham ter conosco e dizer quais as principais carências, colocar problemas, discutir opiniões. Dentro da própria Vila esses contactos foram mais difíceis, mas mesmo assim o saldo foi positivo.

Os candidatos da APU não fizeram promessas demagógicas, mas estão atentos para os problemas mais sentidos. O trabalho que espera a nova vereação não vai ser fácil, tanto mais que entram numa Câmara com o prestígio abalado pela corrupção que nela reinou nos últimos tempos que antecederam as eleições. A denúncia pública feita pela APU da corrupção dos homens do PPD, com o apa-

drinhamento do presidente cessante eleito pelo PS, contribuíram também para os nossos resultados.

A distribuição dos mandatos não foi no entanto de molde a garantir uma gestão livre de atribuições: 3 APU (incluindo a presidência), 2 PPD e 2 PS.

Muita coisa na gestão camarária dependerá da posição que vier a ser tomada pelos eleitos socialistas, pelas alianças que venham a fazer. A APU, no entanto, não pensa ficar dependente de tal factor, que sendo importante não deverá ser decisivo. Segundo Alfredo Graça, o quarto vereador do Povo Unido deverá ser o povo.

Mas como?

Levar o município à população

A nossa disposição é mesmo ir resolver os problemas das populações. Para isso ser possível, pensamos dar conhecimento público de tudo o que se passar na Câmara. Assim, mesmo que a actuação dos restantes vereadores seja de boicote sistemático à resolução das questões, desde que o nosso trabalho seja correcto e coloquemos directamente à população as dificuldades que vão surgindo, estamos certos que a Câmara há-de funcionar.

É bom ter presente que pode suceder em Vila Real algo muito semelhante com o que se passou em Évora, com a provocação de eleições suplementares. Se as restantes forças políticas presentes no município forem levianas a esse ponto a população saberá julgá-las.

Existe uma grande expectativa quanto ao que pode vir a suceder com uma Câmara com tal composição, mas os vereadores da APU estão confiantes no seu quarto vereador - o povo.

As dificuldades que podem surgir ao novo elenco camarário não podem no entanto fazer esquecer que muitos problemas estão por resolver. Sem preocupação de ser exhaustivo, Alfredo Graça referiu alguns que por si só darão pano para mangas durante os próximos três anos de actividade.

Em primeiro lugar o problema habitacional, quer no tocante a novas habitações (os casais jovens são obrigados a viver em quartos ou com a família por falta de casas acessíveis) quer na recuperação de prédios degradados. Para já existe a certeza que os dinheiros do PRID não serão desviados, como recentemente aconteceu, à boa moda de Valpaços. Dentro das prioridades deste sector está o chamado "sertão de Monte

Gordo", onde as pessoas vivem em péssimas condições e cuja situação a Câmara faz ponto de honra em resolver.

A limpeza é outro dos campos a dar atenção, bem como a construção de mais dois parques de campismo que venham descongestionar o mais que atravancado de Monte Gordo, dando possibilidades novas ao turismo, quer estrangeiro quer nacional. O problema do desassoreamento do porto de Vila Real de Santo António preocupa igualmente os eleitos da APU, que pensam sobretudo em termos de desenvolvimento da pesca e da indústria conserveira, sem esquecer no entanto a sua importância turística.

Aliás, em relação ao turismo, Alfredo Graça salienta que sob contrârio do que foi dito durante a campanha eleitoral a APU não irá fechar casinos ou acabar com outras actividades que atraem tantas divisas ao nosso país, mas sim evitar corrupções e ao mesmo tempo estimular e procurar criar condições para um turismo de massas defendendo que as verbas do turismo sejam aplicadas localmente em infra-estruturas e equipamentos sociais que longe de afastar o turista ainda mais o atrairão.

De muitas outras questões se poderia falar, pois trabalho não

Castro Verde: Vitória absoluta da APU fruto do trabalho aberto

No concelho de Castro Verde, distrito de Beja, a Aliança Povo Unido conquistou todos os mandatos para a respectiva Câmara Municipal (5), obtendo praticamente o triplo dos votos dos restantes partidos concorrentes às eleições.

Quais as causas que contribuíram para tão retumbante vitória da APU, planos e projectos para o novo mandato, foram os temas de uma conversa com Fernando Caieiro, presidente reeleito do município daquela vila alentejana.

Para o jovem presidente, 25 anos acabados de fazer e uma ponta de orgulho em ter sido até 16 de Dezembro passado o mais jovem presidente municipal, as razões da vitória devem ser procuradas na gestão dos últimos três anos, em que a Câmara Municipal teve um trabalho aberto, participado pelas pessoas, um trabalho limpo em que a população entrou dentro da Câmara e esta foi até junto das populações apelando à sua participação.

Houve sempre uma grande clareza, uma grande limpidez no trabalho dos vereadores do Povo Unido. Para além disso, houve um grande apoio das organizações populares ao trabalho da Câmara permitindo superar algumas das grandes carências que nos afectavam. Por outro lado, conseguimos arranjar para as listas um conjunto de pessoas sérias, honestas, pessoas habituadas a conhecer os problemas e a resolvê-los, muito bem relacionadas com toda a população. Talvez tivesse sido essa a nossa arma mais importante...

O facto de a nova edilidade incluir três elementos que transitam da vereação anterior, garante uma continuidade de trabalho e uma sensibilização maior para os problemas já conhecidos. Por exemplo a organização popular, tão importante para uma acção conjunta, é mais difícil dentro da própria vila, do contrário do que sucede nas zonas mais afastadas do concelho onde as Comissões de Moradores funcionam razoavelmente. Este facto pode estar de algum modo relacionado com a questão do funcionamento também razoável das Assembleias de Freguesia.

Durante os últimos três anos as Assembleias de Freguesia tiveram um bom ritmo de funcionamento, embora no final tivessem caído num certo amolecimento, aliás compreensível por falta de autonomia financeira das Juntas. Mas sentimos agora em todos os eleitos uma vontade grande de fazer funcionar muito a sério as Assembleias de Freguesia.

A descentralização de poderes para as freguesias está também limitada pelo facto de não terem eleitos a funcionar a tempo inteiro, mas mesmo assim a Câmara descentralizou algumas competências para elas, certamente que muito pequenas, o que não impede que se tenha dado um grande passo em frente pois deixaram de estar limitadas às passagens de atestados de residência ou licenças de cães. A descentralização foi acompanhada da dotação de meios financeiros que até à data não tinham, ultrapassando



Fernando Caieiro durante 3 anos foi o mais jovem presidente da Câmara do País.

sempre o previsto na Lei de Finanças Locais.

Pode aferir-se então que o trabalho das Juntas de Freguesia foi importante, sobretudo tratando-se de um concelho rural. Concretizando, a Junta de Marcos da Ataboeira, que até é do PS, foi posta a executar directamente um balneário público-desportivo e um lavadouro público. A de Entradas, executou um parque infantil, uns balneários e também um lavadouro público. Dois exemplos significativos.

A referência ao PS leva o diálogo de novo para os resultados eleitorais, tanto mais que aquele

partido conseguiu, ainda que por uma pequena diferença de votos, ganhar a presidência das Juntas de Freguesia de Casével e Ataboeira. Para Fernando Caieiro as razões desse facto radicam por um lado, na importância que nestas eleições tem o factor pessoal e, por outro lado, no trabalho razoável que os socialistas haviam realizado nessas freguesias.

Quanto ao último aspecto salienta que a Câmara nunca fez qualquer discriminação em relação às freguesias e aponta o caso de Marcos da Ataboeira que para além das verbas camarárias beneficiou das verbas dadas "pela porta do cavalo" quando o PS estava no Governo. Só de uma vez deram para lá 400 contos, sem dizer nada a ninguém...

Isso já não se verificou nas votações para a Câmara e Assembleia Municipal, onde a APU ganha em todas as freguesias. Aliás as listas do PS, do PPD e UDP foram perfeitamente desastrosas, ao contrário da nossa que era muito equilibrada.

E agora como vai ser?

Sendo a APU a única força política representada na Câmara Municipal o funcionamento do município não correrá o risco de se tornar "fechado", mesmo "sectário", uma vez que em princípio não existirá contestação

interna às decisões que vierem a ser tomadas?

A esta questão Fernando Caieiro responde primeiro com um sorriso e com o comentário de que "muita gente nos tem dito isso". Mas pensamos que não por uma razão muito simples, porque a forma de trabalhar da APU foi sempre aberta, unitária, com ou sem outras forças políticas.

Mesmo em relação às cinco pessoas da APU que compõem a vereação da Câmara podemos ver que incluem amigos do MDP/CDE, do PCP e independentes que são conhecidos da população pela forma unitária com que trabalham, que é ao fim e ao cabo a forma de trabalhar da APU em todo este processo.

A procura do consenso é uma característica dos eleitos do Povo Unido, sistema que se procurará seguir sempre que possível em todos os órgãos. Tem sido essa a nossa prática, mesmo na vereação anterior em que estavam presentes dois vereadores do PS, em que salvo dois ou três casos se conseguiu de facto o consenso.

Por outro lado, temos que ver que o trabalho da Câmara vai ser fiscalizado, aprovado pela Assembleia Municipal onde estão representantes não só da APU mas também do PS e do PPD. Portanto o problema da abertura da Câmara não se coloca, ou não corre qualquer risco, uma vez que existe essa representação diferenciada na Assembleia Municipal onde cada força expressará livremente as suas opiniões na aprovação de planos, orçamentos, posturas e sobre toda a actuação do município. Foi já aprovado, aliás, o plano de actividades e o orçamento para 1980 e satisfaz-nos dizer que ambos foram por unanimidade.

O funcionamento da Câmara não preocupa o jovem presidente, que fala sempre em termos de equipa, tanto mais que o plano de acção apresentado e votado pelo eleitorado é bem claro nas opções que coloca, nas prioridades, nos objectivos a atingir. Assim existiam verbas para o pôr em prática.

Por outro lado, como o próprio

Caieiro recorda, desde 1976 que a Câmara de Castro Verde é uma porta aberta a toda a gente.

De 1974 a 1976 quem dominou o município foi o PPD, apesar de se dizer que os comunistas tomaram de assalto todas as autarquias. Aqui em Castro Verde quem esteve sempre em maioria foi

As pessoas mais idosas são às vezes mais conservadoras, não compreendem a necessidade de se avançar em certos campos... por exemplo falar numa creche é uma coisa que faz uma confusão tremenda, os moços sempre foram criados com



«A forma de trabalhar da APU foi sempre aberta, unitária, com ou sem outras forças políticas»

o PPD, até às eleições, e pelos vistos a população não ficou satisfeita. Com as eleições a APU tornou-se a força mais votada e de então para cá a Câmara é uma porta aberta.

A princípio ainda tínhamos dois dias específicos para atendimento do público, mas como isso se manifestou insuficiente dada a quantidade de pessoas que nos últimos anos acorreram à Câmara, o presidente e os vereadores presentes na altura (como concelho rural de terceira não tem nenhum a tempo inteiro) recebem toda a gente em qualquer dia, desde que o trabalho o permita.

Pensamos continuar assim.

Ser um jovem presidente de Câmara (em 1976 era o mais jovem do país) nem sempre será fácil, no entanto segundo Fernando Caieiro é bastante salutar. Apesar de durante três anos Castro Verde ser a Câmara do país com o presidente mais jovem e a vereação mais idosa, isto funcionou lindamente, apesar de em muitos casos existirem perspectivas diferentes dos problemas.

a mãe e a avó... e agora vão aos três anos para a escola! Isto faz-lhes uma dor de cabeça. Mas aqui as coisas correram bem, podemos mesmo dizer que o "confronto de gerações" foi positivo, tanto mais que a Câmara funciona colegialmente e não só com o presidente.

Com 25 anos, casado, Fernando Caieiro deixou a Escola Preparatória de Castro Verde onde era provisoriamente professor de História para presidir aos destinos do município. Ao iniciar um segundo mandato de três anos não há nenhuma saturação da sua parte, embora goste de leccionar e das actividades que desenvolve junto das organizações populares, nomeadamente no apoio a Cooperativas de Consumo (existem três no concelho), Comissões de Moradores e actividades desportivas com os alunos da escola.

Do ponto de vista familiar as coisas nem sempre são fáceis. Como a mulher de Fernando Caieiro diz, num desabafo, nunca há horas para nada. Mas ao fim de três anos a gente já está habituado...

	CM	AM	AF Verde	AF Casével	AF Entradas	AF Ataboeira	AF S. Bárbara dos Padrões
APU	3 437 (5 mand.)	3 392 (19 mand.)	1 792 (10 mand.)	114 (4 mand.)	578 (9 mand.)	224 (4 mand.)	699 (12 mand.)
PS	563	641 (3 mand.)	247 (1 mand.)	167 (5 mand.)	-	230 (5 mand.)	113 (1 mand.)
PPD	555	557 (3 mand.)	400 (2 mand.)	-	-	-	-
UDP	56	-	-	-	-	-	-

Quadro dos resultados eleitorais 1979 para as autarquias do concelho de Castro Verde.

Trabalho e competência pelo progresso de Sebolido

"Tudo faremos para que a população se empenhe activamente na resolução dos problemas que a afligem. Nos próximos três anos, procuraremos que o povo veja na Junta de Freguesia uma alavanca que o ajude a superar as suas maiores dificuldades", declarou ao 'Avante!' o camarada Manuel Francisco Pinheiro, bancário, eleito para a presidência da Junta de Freguesia de Sebolido, concelho de Penafiel.

A Aliança Povo Unido foi a única força política que, nos últimos cinco actos eleitorais, aumentou sempre a sua votação. Foram 64 votos nas eleições para a AC, 93 para a AR, 184 em 12/76, 360 em 2/12/79, 406 em 16/12/79. Nesta freguesia, que abrange as populações de Sebolido e de Rio Mau, os comunistas e outros democratas têm desenvolvido um intenso trabalho de esclarecimento e dinamizado a iniciativa popular para a resolução dos problemas.

Foi esse esforço persistente que, no passado dia 16, esteve na origem do êxito da APU. Cortada a meio pela estrada marginal do Porto a Entre-os-Rios, encravada entre o Rio Douro e montes onde abundam jazidas de ardósia, esta freguesia do concelho de Penafiel ocupa uma vasta área. Quer em Rio Mau, quer na sede de freguesia, os comunistas envolveram-se na organização da população, tecendo uma rede de energias que, nos últimos anos, dera frutos.

Curar na semana os calos de sábado

No Monte de Louseira, a cerca de três quilómetros de Rio Mau, a água corria da nascente do regato. Escondido entre as árvores um depósito de cimento, com uma inscrição: comissão da água de Rio Mau-1976. Mesmo no centro de Sebolido, um edifício em obras, onde já funciona o posto da Telescola, não tem palavras

que o identifiquem. Fácil é, no entanto, ver que anda em obras e está já bastante terminado. Nessas obras benéficas obras já foram gastas muitas centenas de horas de descanso no fim-de-semana. Camaradas e amigos interessados no progresso da sua terra já ali fizeram muitos calos. O arranjo da escola começou quando se terminava a construção do depósito e foi feita a colocação de mais de dois mil metros de tubo, desde Louseira até Rio Mau.

Juntaram-se para tentar minorar as dificuldades provocadas pela falta de água na terra. Dispuseram-se mesmo a adiantar do seu bolso dez contos cada um, para pagar o trabalho de abertura de um poço com mais de cinquenta metros. Sob o que resta da antiga exploração da Companhia das Minas de Valongo, que já ali explorou a ardósia, há muita água que é dinamizada a iniciativa popular para a resolução dos problemas.

Para levar a água até ao depósito a partir do qual se faz o abastecimento de Rio Mau foi necessário muito suor. Primeiro, para quebrar, com guilhões, uma enorme laje onde agora assenta o depósito, depois para abrir valas e enterrar mais de dois quilómetros de tubo de ferro galvanizado.

Embora sem resolver o problema, o certo é que no Verão de 1975 já não houve formigas secas. "Só visto, era trabalho duro. Alojávamos as mãos nos fins-de-semana, as feridas saravam e, no sábado seguinte, lá voltávamos", recordava o camarada Silvino Caneca, quando nos guiou até ao depósito de Louseira. Próximo, um outro "furo", por enquanto desaproveitado, uma vez que não se encontra ligado ao depósito.

Não obstante os frutos do trabalho de muitos dias de descanso, havia quem não quisesse dar o apoio à comissão da água e nada fizesse para a resolução deste problema. Depois das eleições

de Dezembro de 1976, os eleitos do PS para a Junta de Freguesia não só não reconheceram a comissão (a qual retiraram as chaves do depósito) como nada fizeram para pressionar a Câmara de Penafiel, no sentido desta fazer a ligação do segundo poço ao depósito.

Em Sebolido nem sequer há abastecimento de água ao domicílio. Várias análises já comprovaram estar inquinada a água proveniente das três únicas fontes onde as pessoas a vão buscar. Há dois anos foi feito um furo, mas ainda não se encontra ligado, uma vez que nem sequer há rede de distribuição nesta povoação. Frisando a responsabilidade do Estado e da própria Câmara de Penafiel na solução desta importante carência ("a população de Rio Mau paga à Câmara a água que consome"), o camarada Manuel Pinheiro manifestou a sua intenção de, através do apoio da população e com o empenhamento da Assembleia e Junta de Freguesia, contribuir para que a água chegue às casas de Sebolido e deixe de faltar, no Verão, em Rio Mau.

O fruto do esforço do povo de Sebolido

"Tudo o que aqui vêm fomos nós que fizemos. Isto era uma escola abandonada, com portas e janelas partidas e empennadas, o soalho estava podre. Começamos os trabalhos quando terminaram, em Rio Mau, a construção do depósito e a ligação da água". dizia um dos membros da comissão organizadora da Telescola e salão recreativo de Sebolido, enquanto nos mostrava o 1.º andar do edifício onde, daqui a algum tempo, os jovens e os moradores poderão marcar encontro com a cultura e ocupar os seus tempos livres. Já está feita uma sólida "placa" de cimento, enquanto no rés-do-chão funciona, desde o ano lectivo de 77/78, o posto da Telescola. Desde

então, as crianças de Sebolido deixaram de ser obrigadas a percorrer seis quilómetros por dia até Rio Mau, também para superar esta carência e possibilitar outras condições aos jovens estudantes, os comunistas tiveram um papel destacado, conseguindo suscitar o apoio da população. E dar os primeiros passos para a reconstrução do edifício, conseguindo que grande parte da mão-de-obra necessária fosse "fruto do esforço e da boa-vontade do povo de Sebolido", através de muitas jornadas de trabalho voluntário.

Nos dois povoados, a vida começa muito cedo. Muitos trabalhadores e jovens levantam-se pelas cinco, seis horas da manhã para se dirigirem para os seus empregos ou estabelecimentos de ensino. Se os caminhos de muitos lugares de Sebolido e de Rio Mau ficam praticamente intransitáveis no Inverno, os transportes são poucos e maus todo o ano. Isto, sem falar na inexistente ligação por transporte público à sede do concelho, o que obriga os estudantes a dirigirem-se para Castelo de Paiva ou Gondomar. Além disso, é muito mau o horário das carreiras para o Porto, para onde se deslocam bastantes trabalhadores de Sebolido e Rio Mau.

Unir para construir

"Não deixáremos que a população se divida nas decisões. Com ela faremos o levantamento dos principais problemas, estudaremos as soluções adequadas; desenvolveremos os contactos necessários com a Câmara Municipal e outros órgãos", acentuou Manuel Pinheiro. O presidente da Junta de Freguesia de Sebolido está consciente de que o trabalho irá ser árduo, até porque há quem esteja interessado em dificultar a acção da Assembleia e Junta de Freguesia. Mas, com a mesma vontade

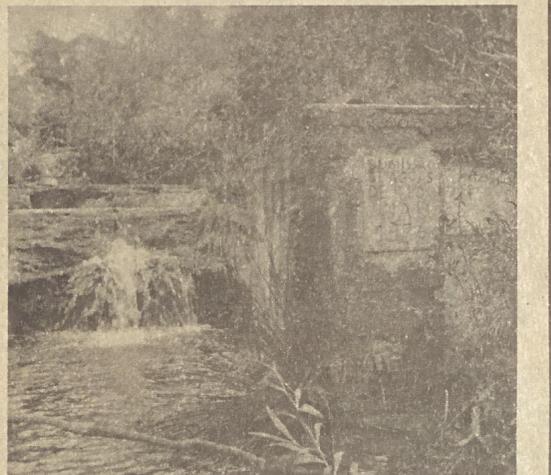
com que a Povo Unido avançou para a superação das principais carências e conseguiu já realizar obras, está consciente de que, nos próximos três anos, serão dados novos e importantes passos no caminho do progresso. Vencer o marasmo e o compadrio e satisfazer as aspirações da população que deu a vitória à APU é a preocupação comum dos eleitos, dos activistas, e certamente de outros membros da AF, que se candidatarão por outras forças.

A Câmara Municipal de Penafiel terá de deixar de lançar detritos para os enormes buracos de onde foram retiradas toneladas de ardósia. Um deles, o antigo "poço-1" da exploração mineira, mais parece um cemitério de garrafas, uma montureira que tem de desaparecer, tanto mais que se encontra a algumas dezenas de metros do local de onde é extraída a água que abastece Rio Mau, pondo em perigo a saúde da população. Aquele autarquia terá também de apoiar o arranjo dos arruamentos, a melhoria da rede eléctrica e da iluminação pública, do abastecimento de água e de tantos outros problemas e carências. Pelo seu lado, com as verbas a que tem direito e tentando aumentar as receitas da Junta, designadamente através do aproveitamento da riqueza florestal num terreno pertencente à freguesia, a JF dinamizará a enorme vontade da população em viver melhor.

Na noite das eleições, houve festa rija em Sebolido e Rio Mau. Num desfile realizado participaram mais pessoas do que os eleitores que deram o primeiro lugar à APU. Há muitos jovens dispostos a trabalhar e que já apoiam a Povo Unido, embora não tenham ainda atingido a maioridade. No dia 16, festejou-se a vitória, o trabalho já realizado e, de certa maneira, o início de uma nova arancada, em condições mais propícias, pelo progresso de Sebolido.



Edifício onde funciona o posto da Telescola de Sebolido

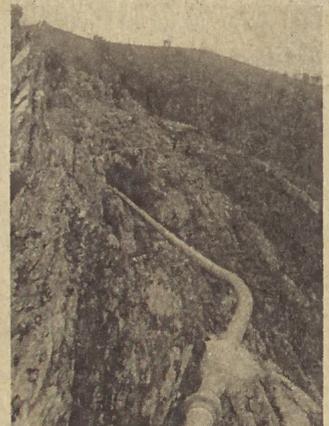


Depósito de água da Louseira

Rio Mau, uma freguesia onde, como em tantas outras, os comunistas trabalham para a resolução dos problemas da população



Este poço já está feito. Para quando a sua ligação ao depósito?



Canalização da Louseira até ao depósito de Rio Mau



Sebolido, uma povoação onde os comunistas trabalham para a resolução dos problemas da população

O novo presidente da Câmara tem uma história a contar - a história da luta contra o fascismo que, a partir de Abril é a história por um Portugal novo

Adriano Roldão, sócio da «Manuel Pereira Roldão», que ocupava a Câmara em nome do fascismo no dia 24 de Abril de 1974 e que veio a ser saneado pelos democratas marinhenses. E nos olhos de todos pode ler-se a alegria de, pela primeira vez, um comunista ter sido eleito para a Câmara da Marinha Grande. Por isso, muitos daqueles velhos lutadores vão assistir à tomada de posse de João Barros Duarte, militante comunista e ex-operário vidreiro, como presidente da Câmara Municipal da sua terra natal. E quando nos despedimos de João Barros Duarte, já quase sobre a hora da tomada de posse - desculpa, mas ainda tenho que ir a cada por uma gravata - e, pelas estradas novas que ligam Marinha Grande a Lisboa, apenas um pensamento nos acudiu: Finalmente, a Marinha Grande tem o presidente da Câmara que merece. O trabalho que vai ser desenvolvido pelo presidente e vereadores da APU eleitos irão comprová-lo.



A nova disposição é mesmo ir resolver os problemas da população

faixa. Mas, para já, temos a vontade enorme de trabalhar dos vereadores da APU e o seu desejo de fazer de porta aberta e mesmo fora das portas da Câmara. Como o novo presidente confidenciou, grande parte do tempo será passado junta da população, das freguesias, ouvindo as pessoas, estudando problemas, colhendo esse apoio e participação indispensável para quem defende um trabalho conjunto entre eleitores e eleitos. Um bom princípio para conseguir essa maioria que ainda não foi possível ganhar este ano.

A Reforma Agrária resistiu

Balanço de um ano de luta pela Reforma Agrária — balanço necessariamente sintético, necessariamente muito aquém da realidade que não cabe em letras escritas, em páginas

Brutal ofensiva

Para a Reforma Agrária o ano que agora termina foi caracterizado, entre outros, pelos seguintes aspectos fundamentais:

Violência e uma onda de ilegalidades sem precedentes foi desencadeada pelo Governo Mota Pinto, que contava com o apoio político dos partidos da aliança reaccionária. Esta vaga de violência da direita culminou com o assassinato de dois trabalhadores da Reforma Agrária, os camaradas António Maria e José Geraldo, seguidos de uma série de atentados bombistas no Alentejo.

2. Luta heróica e patriótica do proletariado agrícola do Sul, que contou com o apoio activo e simpático crescentes do povo trabalhador português dos mais diversos quadrantes de pensamento, e com o interesse e apoio crescentes de organizações de países socialistas e capitalistas da Europa e de outras partes do mundo.

3. Realizações importantes da Reforma Agrária no campo da organização estrutural das novas empresas agrícolas — UCP/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária; no campo da produção e da introdução de novas técnicas, novas culturas, e até da investigação científica no campo das realizações sociais; no campo da instrução e cultura; e no campo da comercialização e outros.

Naturalmente que este curto depoimento sobre mais um ano da Reforma Agrária não pretende ser um balanço, mas apenas uma rápida análise de alguns dos principais aspectos que caracterizaram 1979 no tocante à Reforma Agrária.

Violência e ilegalidades sem precedentes com o Governo Mota Pinto/PSD

O balanço da Reforma Agrária, com as conclusões dele resultantes, será apresentado na 4.ª Conferência da Reforma Agrária, já anunciada pelas organizações promotoras para os dias 12 e 13 de Abril de 1980, em Évora.

numeradas, da realidade que é a vida e combate do povo trabalhador. Balanço efectuado pelo camarada António Murteira, membro da DORA e do Comité Central do PCP.

o avanço da sociedade e impedir a criação de condições para que os homens e mulheres da nossa terra sejam felizes.

Alguns aspectos concretos da repressão durante 1979

Fevereiro de 1979, o Governo Mota Pinto reforça os postos da GNR no Alentejo e Ribatejo com centenas de novos praças e armamento. As três principais cidades do Alentejo — Beja, Évora e Portalegre — são ocupadas por mais de 300 elementos da polícia de intervenção, vindos de Lisboa.

Em Março recomecem os assaltos às UCP's/Cooperativas e espancamento bárbaro das populações — em Brinches, na UCP «Estrela do Alentejo»; em Seda, Alter do Chão, em Serpa, Mora, Cortiçadas do Lavre, Portel e outras localidades homens e mulheres são espancados, feridos e presos.

Em Junho 200 GNR's, comandados pelo tenente Ferro, invadem a Cooperativa «Coopamin», em Beja, sem qualquer justificação e espancam os trabalhadores.

A escalada repressiva sobe, e em Julho, no dia 17, 500 GNR's, comandados pelos tenentes Ferro e Faustino, invadem o ocupam Pias, perseguindo a população e agredindo mais de 100 pessoas!

Em 31 do mesmo mês, na Cooperativa «Fonte Boa da Vinha», às portas de Évora, a GNR dispara uma nova arma contra os trabalhadores, lançando grandes projectéis que podem matar a 20 ou 30 metros. Em 8 de Agosto, a GNR abre fogo sobre os trabalhadores da Cooperativa de Casobres, em Alcácer do Sal. 50 trabalhadores são agredidos e 14 feridos, 7 dos quais com gravidade. O tenente Jerónimo Santos e o capitão Faria comandaram a agressão.

Em Agosto dão-se os acontecimentos de Avis. O presidente da Câmara, José Luís, é atraído ao posto local da GNR e preso. Aí é espancado e pedescamente

torturado pelo sargento Ramos e mais 7 praças.

Dois dias antes a GNR, na mesma vila, tinha feito fogo de G-3 e só por acaso não há mortes.

Em Setembro os Serviços do MAP (CRRRA, etc.), dominados pelos agrários, montam a provocação de Montemor-o-Novo e assassinam dois trabalhadores da Reforma Agrária.

Nos dias que se seguem continuam as provocações e as forças da direita executam vários atentados à bomba em viaturas e bens.

Sim! Tudo isto se passou no Portugal de Abril em 1979. O povo voltou a sofrer e a ser reprimido. As terras do Alentejo voltaram a ser regadas com o sangue dos seus filhos. Os governos ao serviço da direita procuraram destruir a Reforma Agrária e reconstruir o latifúndio. A GNR foi utilizada para defender o Povo e as transformações democráticas, mas para impor o cumprimento de decisões arbitrárias e inconstitucionais, para servir os interesses dos agrários e capitalistas, para impor a legalidade, o regresso ao passado de miséria e atraso material e cultural.

Investimentos, na prática, foi cortado ao sector agrícola cooperativo da Reforma Agrária, com os imensos prejuízos que tal medida retrógrada acarretará para a agricultura e para o País.

O boicote à comercialização de produtos e ao fornecimento de sementes e factores de produção

Muitos produtos da Reforma Agrária e também dos pequenos e médios agricultores não têm garantia de escoamento, nem preços de garantia. Desde certos cereais — aveias e cevadas — até ao azeite, vinho e outros. O trigo, por exemplo, foi pago às cooperativas a 8\$80, tendo-lhe sido subtraído arbitrariamente e administrativamente o subsídio de 2\$20.

O boicote de sementes manteve-se. Em vésperas de semente as Cooperativas não tinham sementes de algumas forrageiras, como cizeirão e trevo subterrâneo, nem as quantidades suficientes de certas variedades de trigo como o Impeto.

Factores de produção, como os adubos, foram difíceis de alcançar e em alguns casos as condições



Na luta dos trabalhadores contra a ofensiva, particularmente violenta com o Governo Mota Pinto/PPD/CDS/PPM, correu o sangue. Mas os trabalhadores responderam ao crime e à repressão mobilizando-se mais e mais. E nesta mobilização, destacaram-se as mulheres do Alentejo.

impostas impediram mesmo a sua aquisição.

Sabotagem, destruição e roubos por grupos de agrários e Belas searas que dariam pão e alimento para o Povo português foram destruídas por bandos de agrários da CAP, com cobertura de elementos da GNR. Isso aconteceu, entre muitos outros casos, em S. Manços e em Montemor-o-Novo.

Os roubos de gados, máquinas e produtos, esses, não têm conto (Reguengos, Alandroal, Évora, Montemor, Avis, etc., etc.).

Fumos de corrupção! Vaz Portugal e Goulão já não podiam esconder a corrupção que alastrava e se mantêm nos Serviços do MAP, infestados de agrários e de gente sem escrúpulos.

São detectados e publicamente denunciados documentos falsos que servem de base à elaboração dos processos de reserva. Agrários apresentam declarações com dados falsos. Há cheques de cortiça e subsídios que não se sabe onde param. São pagos

subsídios de 8500 escudos a agrários que já receberam reservas e casos há como o da família Mexia de Almeida, de Mora, que tendo recebido reservas continuavam a receber um subsídio mensal de 36 mil escudos!!!

As decisões do Supremo Tribunal não são cumpridas, como aconteceu no caso da Galeana e em Ponte de Sor.

Latifúndios são reconstruídos por Vaz Portugal/Amaral/Goulão

Herdadas da Galeana, com 17 mil hectares; Barrosinha, com 10 mil hectares; Machado, com 6100 hectares; Família Lva (Alcácer) 2300 ha; Lino Neto (Ponte de Sor); Alfredo Cunha (Montemor); Família Gama (Campo Maior); Mexia de Almeida (Mora); e outros, todos com mais de 1000 ha.

Nem uma expropriação é feita! Cumprir a «Lei» para os senhores do MAP, é destruir a Reforma Agrária, reconstruir o latifúndio, impedir o desenvolvimento da agricultura e a melhoria de condições de vida materiais

e culturais das populações, provocar o desemprego, reprimir!

Nem a direita nem o PS têm qualquer alternativa válida para a Reforma Agrária nem para a resolução do problema agrícola em Portugal.

A alternativa da direita (PSD, CDS/AD) é a destruição pura e simples da Reforma Agrária e da pequena e média empresa agrícola, de forma violenta e antidemocrática. É a reconstrução, tal como vimos, do latifúndio, forma anacrónica e inaceitável da exploração agrícola nos fins do século XX. É a liquidação de grande parte da pequena e média exploração agrícola e a introdução em algumas zonas de empresas agrícolas capitalistas, a que hipocritamente chamam «empresa familiar» — à americana! ou pequenas parcelas — lampião nas zonas «mais quentes», como fez o fascismo para garantir mão-de-obra e despoletar o descontentamento.

Perspectivas para 1980

Continuar o trabalho e defender como até aqui a Reforma Agrária! Os trabalhadores agrícolas estão conscientes de que o governo Sá Carneiro irá desencadear uma nova ofensiva. Mas estão igualmente conscientes da sua força e determinados a prosseguir o caminho que Abril abriu. A Reforma Agrária continuará a ser trincheira firme da democracia.

Em Fevereiro, no dia 2, em Avis, terá lugar o Encontro de Culturas de Primavera. A 12 e 13 de Abril, em Évora será a 4.ª Conferência da Reforma Agrária. Os trabalhadores trabalham agora, também, no reforço das suas organizações e unidade.

Contam com a solidariedade nacional e internacional. Olham o futuro com a certeza de vencerem.

Nós, comunistas, temos dado e continuaremos a dar o melhor das nossas forças e saber, para defender esta conquista histórica da Revolução Portuguesa.

Luta heróica e patriótica levou à queda do Governo

Se é verdade que durante 1979, com o Governo MP/PSD, a repressão se intensificou, como acabámos de ver, não é menos verdade que a indignação e a luta em defesa da Reforma Agrária, se transformou numa poderosa luta de massas, e no aparecimento dum poderoso movimento de opinião pública nacional de condenação da ofensiva destrutiva. Também no estrangeiro cresceu a simpatia e o apoio activo à Reforma Agrária e aos seus heróicos obreiros.

Os trabalhadores agrícolas do Sul, organizados nos seus sindicatos agrícolas, nos Secretariats e União e nas UCP's/Cooperativas Agrícolas, contando com o apoio firme e decidido do Partido Comunista Português e de outras organizações e quadras democráticas e patrióticas, travaram uma luta que susteve a ofensiva e contribuiu para a queda do governo reaccionário de M. Pinto/PSD.

A luta de massas Citaremos apenas alguns momentos altos da luta: Em 24 de Janeiro de 1979 é a greve geral no Alentejo e Ribatejo, apoiada das formas mais diversas em todo o território nacional. Só no Alentejo, neste dia, participaram nas concentrações mais de 125 mil pessoas.

A nível nacional, com paralisações de tempo variável, plenários, sessões, abaixo-assinados, distribuição de documentos, etc., bem e bem mais de 1 milhão de portugueses esteve activamente solidário com esta grande jornada de luta.

Em Fevereiro, os trabalhadores avançam para novas formas de luta e vão para as máquinas, com máquinas, gados e bandeiras negras. As

primeiras grandes delegações chegam a Lisboa e distribuem um documento à população da capital que as recebe comovida e carinhosamente.

Havia o espectro do desemprego e da fome! Março, dia 17, nova grande paralisação no Alentejo e Ribatejo, com grandes concentrações.

Em todo o País, de Braga, a Lisboa, o povo vai para a rua, exigir o fim da política do governo reaccionário de Mota Pinto. Uma das palavras de ordem ouvidas em todas as manifestações é a defesa da Reforma Agrária.

Uma delegação de mais de 9 mil trabalhadores da Reforma Agrária com bandeiras negras, junta-se à grande manifestação de Lisboa.

Ferreira do Amaral demite-se em Março. A luta começa a dar frutos!

Realiza-se um seminário no Porto, de apoio à Reforma Agrária, com colóquios em vários pontos do distrito.

Também na Holanda, na Universidade de Wageningen, se realiza um seminário sobre a Reforma Agrária em Portugal. Estudantes, professores, universitários, cientistas e outras individualidades, analisam a situação.

É condenada a ofensiva e apoiada a Reforma Agrária tal como os trabalhadores a estão realizando e considerada realização de grande interesse.

Abril, as grandes concentrações, mais de 100 mil pessoas no Alentejo, no dia 25, Dia da Liberdade, proclamam a sua firme determinação em defender Abril e a Reforma Agrária.

Em Maio, o maior abaixo-assinado de que há memória em Portugal, com mais de 277 mil assinaturas é entregue na Assembleia da República, exigindo o fim da opressão e da violência.

Maio/Junho, IX Congresso do Partido Comunista Português,

É uma vitória do 25 de Abril, das forças democráticas, do povo trabalhador. É uma vitória, também, da Reforma Agrária que quis, soube e teve forças para resistir heróicamente.

António Maria e José Geraldo são assassinados em Montemor-o-Novo

Trabalhadores, António Maria, jovem de 17 anos, José Geraldo, 57 anos. Obreiros da Reforma Agrária, tombam assassinados, vítimas da Lei Barreto, vítimas da política de direita, vítimas da reacção Monrreim na Cooperativa «Bento Gonçalves», em terras da Reforma Agrária, onde a exploração do homem pelo homem foi banida pelos que trabalham.

Ainda nessa noite, quando a notícia do crime foi conhecida nas aldeias, vilas e cidades do Alentejo, as populações vieram para a rua. Impressionantes desfiles de silêncio, de protesto, de indignação.

No dia 28 a greve alastrou, é a paralisação geral!

No funeral de Montemor para o Escoural, sua terra natal, mais de 1 000 mil portugueses o acompanharam os dois obreiros da Reforma Agrária, sentindo uma profunda e uma grande indignação.

A ofensiva é sustida A direita tenta ainda uma série de provocações provocando o rebentamento de vários engenhos explosivos em Montemor e Évora.

Mas a ofensiva destrutiva perde força. As eleições estão à porta. A ofensiva é sustida.

A luta valeu a pena! Outras formas de luta Além da luta de massas firme, diversificada e flexível, os traba-

lhadores souberam encontrar outros processos de defesa da Reforma Agrária.

Os inimigos da Reforma Agrária procuraram silenciar o que se estava a passar. Dominavam os principais órgãos de comunicação social. As informações que chegavam aos órgãos de soberania e outras autoridades eram falsas, caluniosas.

Foi necessário que persistente-fmente delegações de trabalhadores e técnicos, se encontrassem com os órgãos de comunicação social, com representantes de partidos e organizações democráticas, para informarem, para reclamarem justiça e solicitarem apoio.

A nível jurídico, mais de 200 processos enviados pelas UCP's/Cooperativas Agrícolas deram entrada no Supremo Tribunal Administrativo.

As autarquias, sobretudo as de maior APU, frequentemente diligenciaram e sempre apoiaram no sentido da defesa da Reforma Agrária.

Na Assembleia da República, como fora dela, os comunistas travaram uma batalha corajosa, de denúncia dos crimes e ilegalidades e diligenciando para que fosse sustida a ofensiva e defendida a Reforma Agrária.

A conjugação destas formas de luta, a coragem e determinação dos trabalhadores agrícolas permitiu defender com êxito, até hoje, a Reforma Agrária.

1980 será um ano duro. É necessário estudar a experiência de luta de 1979. Tirar conclusões. Preparar para que 1980 a Reforma Agrária seja ainda e sempre defendida, dum inimigo certamente mais agressivo, que será o governo da Aliança Reaccionária, chefiado por Sá Carneiro.



No domínio da produção, e apesar das tremendas dificuldades criadas pela ofensiva, 1979 foi marcado por novas realizações. Entre elas a melhoria dos efectivos pecuários.



A brutal ofensiva não conseguiu deter a batalha dos trabalhadores das UCP's e Cooperativas: batalha que passa também — e ficou demonstrado — pelo aumento da produção

Realizações da Reforma Agrária no campo da produção

Para traçar as grandes linhas de orientação e superar democrática e colectivamente as dificuldades, foram realizados em Fevereiro o Encontro de Culturas de Primavera/1979 e em Setembro o Encontro de Culturas Outono-Inverno/1979-80.

Nestes, corajosa e patrioticamente, apesar e para além de todas as dificuldades resultantes da ofensiva e dos anos agrícolas maus, foi decidido pelos trabalhadores e técnicos tudo fazer para produzir mais e melhor. Os resultados são francamente positivos e na 4.ª Conferência da Reforma Agrária, serão quantitativa e qualitativamente conhecidos. As metas traçadas foram, numa maneira geral, alcançadas e em alguns casos ultrapassadas. As sementeiras foram feitas com um nível técnico superior ao dos anos anteriores. As searas estão boas!

Continuam a ser introduzidas e experimentadas novas culturas e a intensificou-se a agricultura nas

direções comprovadamente mais convenientes, designadamente em relação a culturas de regadio, a forragens e à pecuária.

O carácter, social, cultural e humano da Reforma Agrária Mas o esforço dos trabalhadores da RA, quer antes, quer durante 1979 não se concentrou apenas, no aumento da produção e da rentabilidade.

Muitas obras de carácter social e cultural, no valor de centenas de milhares de contos foram realizadas com sacrifício, inteligência e espírito criador e, com o coração!

Apenas alguns exemplos referentes a 1979: «Unidade Trabalhadores», em Campo Maior, está a investir milhares de contos na construção de lagar, adegas, moagens; «Esquerda Vencerá», Pias, está a construir uma grande oficina mecânica, um enorme parque de máquinas coberto, um gigantesco armazém para produtos agrícolas, etc., no valor de mais de duas

dezenas de milhar de contos; «12 de Maio», Montargil, constrói instalações para máquinas e um supermercado; na «Luta é de Todos», em Mora, uma bela vacaria está quase concluída; «5 de Outubro», Cano; «25 de Abril», Casa Branca; «Estrela Negra», Sousel; «É Difícil Mas É Nossa», Moura; «1.º de Maio», Avis, e em tantas e tantas outras UCP's/Cooperativas, os trabalhadores sem ajuda financeira

ou técnica do Estado, muitas vezes em terrenos já comprados, estão a construir obras de interesse e valor económico, social e cultural, tais como creches e jardins para crianças, lares para a terceira idade, centros de convívio e instrução, bibliotecas, salas de cinema e teatro, refectórios, cooperativas de consumo, cooperativas de comercialização, oficinas mecânicas, modernas vacarias, instalações diversas, etc., etc., que são motivo de orgulho e esperança

de todos e também do Portugal de Abril.

Obras que comprovam bem a capacidade realizadora, a justiça e o conteúdo profundamente humano da Reforma Agrária, tal como está a ser realizada pelos trabalhadores agrícolas do Sul e por todos os que a têm apoiado, contribuído de formas diversas para a sua realização e defesa.

A Reforma Agrária e as eleições Face aos resultados eleitorais no Alentejo, ficam desmascaradas e até ridicularizadas as pretensões, afirmações e acções demagógicas dos políticos da direita e seus acólitos.

Uns gritam que vão libertar o Alentejo e mudá-lo (para a miséria do passado, claro está), outros que os comunistas perderam toda a influência, outros que as populações não estão com a Reforma Agrária!!!

E qual é a resposta das populações a esses demagogos e falsificadores da realidade? É que de cada vez que há eleições aumenta o número dos que votam na Reforma Agrária, no PCP e nos seus aliados (APU).

Em 1975 o PCP obteve nos três distritos do Alentejo 31,2% dos votos: Beja 39%; Évora 37,1%; Portalegre 17,5%.

Em 1979 o PCP/APU, obteve nos mesmos três distritos nas eleições para as autarquias 47,8% dos votos: Beja 55,9%; Évora 54,1%; Portalegre 29,1%. Serão precisos comentários? Só um!

1979 ano de lutas dos pequenos e médios agricultores

Algumas vitórias para 350 mil rendeiros

As alterações à Lei do Arrendamento Rural da autoria do PPD conhecida por todos os rendeiros como «lei dos senhorios ricos» constituiu o objectivo fundamental da luta dos pequenos e médios agricultores rendeiros durante o ano de 1979. Paralelamente a entrada em funcionamento das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural, a questão da publicação de tabela das rendas máximas e facilidades de crédito, foram reivindicações que mobilizaram os rendeiros de norte a sul do país. Somente no final do ano, as tão urgentes e reclamadas alterações à lei dos senhorios ricos viriam a ser publicadas no Diário da República. Entretanto à sombra dos artigos agora alterados, milhares de rendeiros sofreram acções de despejo, responderam em tribunais, foram forçados a abandonar as terras por si desbravadas e que os senhorios absentistas iam — e vão deixando ao abandono.

«Nós queremos apenas trabalhar, não queremos a terra para mais nada. Apenas queremos ter garantia e segurança no nosso trabalho para que possamos fazer os necessários investimentos. Porém com a lei dos senhorios

ricos está tudo contra nós. O caseiro até se sente envergonhado por ser chamado a tribunal, quando afinal apenas quer trabalhar...», denunciava em conferência de imprensa, em Outubro passado, o MARN. Em Dezembro, o mesmo movimento, que se enraza cada vez mais entre os rendeiros do Norte e do Centro do país, num encontro em Coimbra lançava outra denúncia sobre o absentismo reivindicando «num país que importa 55 por cento dos seus produtos alimentares, a manutenção de terrenos em pousio por períodos superiores a dois anos não deveria ser permitida, tanto mais que existem numerosos rendeiros privados de terras para trabalharem». Na mesma reunião, os rendeiros, numa prova de que não confundem os seus inimigos de classe, viriam a defender os senhorios pobres, exigindo que o governo resolva o problema dada a revogação da lei que atendia especificamente os casos de senhorios com maiores dificuldades.

Luta difícil mas vitoriosa

A difícil luta dos rendeiros — luta persistente, que mobilizou

amplamente camadas que até então tinham uma fraca dinâmica de participação popular e que se distinguiu simultaneamente pela coesão manifestada, pelos exemplos de solidariedade para com os rendeiros vítimas dos senhorios ricos — alcançou finalmente a vitória com a publicação das alterações à Lei do Arrendamento e a entrada em vigor da Lei das Comissões Concelhias de Arrendamento Rural.

Estas comissões que se vêm constituindo, já por toda a parte, permitirão uma maior eficácia na resolução dos problemas por parte dos representantes dos rendeiros. Por outro lado, entra as alterações agora verificadas à Lei do Arrendamento Rural, incluem-se algumas que, de facto, concedem ao rendeiro maior garantia e segurança, a saber:

- passa a vigorar que os despejos só podem ser executados no fim do ano agrícola;
- não pode ser efectuada a entrega do prédio ao senhorio, por denúncia do contrato, enquanto não estiverem julgados os respectivos processos;
- o recurso da sentença de restituição do prédio ao senhorio terá sempre efeito suspensivo (quer dizer a sentença não se aplicará enquanto não for julgado o recurso do rendeiro);
- foi revogado o artigo que permitia aos herdeiros do senhorio falecido rescindir os contratos;
- foi estabelecida uma multa que recairá sobre os senhorios que ocupem prédios arrendados, sem consentimento dos rendeiros.

Mas a maior vitória da luta dos rendeiros não se mede unicamente na satisfação das reivindicações mais importantes da classe. Isto porque a aprendizagem da unidade, do reunir de esforços, do despertar cada vez maior para a participação popular e para a luta pelos seus interesses constitui um manancial de experiência cuja utilidade se medirá mais concretamente no futuro. E quanto a futuro, o ano de 1980 não se apresenta particularmente favorável: os custos da produção agrícola tornam a vida cada vez mais árdua aos que trabalham a terra, os preços pagos à produção são cada vez menos compensadores, a sobrevivência dos pequenos e médios agricultores torna-se cada vez mais problemática: o ano que agora finda, com o caudal de aumentos de preços dos factores de produção e a falta de garantia e escoamento, veio avolumar as dificuldades. Mas, simultaneamente, não é de mais repeti-lo, veio dar aos rendeiros — aos pequenos e médios agricultores em geral, maior consciência da sua força, reforçou a sua organização, criou aliceres mais seguros para a continuação da batalha por uma vida melhor nos campos.



Perda de culturas e a longa espera das indemnizações: o ano de 1979 foi ainda marcado por diversos acidentes climáticos nomeadamente cheias que provocaram a perda de culturas e a ruína da lavoura — o mais recente no Algarve, provocado pela «geada negra». A luta por indemnizações vai continuar.

Maiores dificuldades à produção origem de lutas da pequena lavoura

Um ano em que a vida do pequeno e médio agricultor andou de má para pior: eis como alguns camponeses caracterizam o ano de 1979. Caracterização feita com justeza ao repararmos nos estrondosos aumentos dos preços dos produtos fundamentais para a produção agrícola, da falta de garantia de escoamento e de preços para a produção agrícola.

Depois das medidas favoráveis aos interesses da pequena e média lavoura tomadas entre Abril de 1974 e inícios de 1976 — «criação do Crédito Agrícola de Emergência (CAE); descaída do preço dos adubos em cerca de 30 por cento»; decreto-lei sobre Previdência Rural; Lei do Arrendamento Rural, DL 205/75 de 15 de Abril de 1975; aprovação da Lei dos Baldios em 1975 restituindo-os às populações; abolição dos foros e uma política de preços mais justos e de

escoamento dos produtos, com o aumento do preço dos cereais e do gado bovino, escoamento da batata e do vinho —, e a partir de 1976, a vida dos que trabalham a terra vem piorando progressivamente. Isto porque se sucederam os Governos de direita, até ao famigerado Governo Mota Pinto, culminando agora com a AD prestes a formar governo.

Assim nestes últimos três anos, assistimos não somente à contra-revolução legislativa — iniciada pelo PS — de que é exemplo a Lei do Arrendamento Rural proposta do PPD, Lei dos Senhorios Ricos, e aprovada com os votos do PS e do CDS apesar da oposição e votos contra do PCP, da qual resultaram aumentos brutais de rendas, expulsão e ameaça de despejo para milhares de rendeiros vítimas da violência dos senhorios, mas também à criação de condições ruins para

a pequena e média lavoura. Alguns exemplos: — O juro do CAE aumentou 120 por cento — e Mota Pinto até quis extinguir o CAE — e o crédito para investimento 200 por cento; — O equipamento agrícola importado — tractores, ceifeiras-debulhadoras, etc. — subiu mais de 150 por cento e o material de fabrico nacional (alfaias) cerca de 80 por cento; — o subsídio de motomecanização foi suspenso; — os adubos aumentaram cerca de 80 por cento; — os pesticidas 100 por cento; — o gasóleo subiu cerca de 120 por cento.

Particularmente no decorrer deste ano, os aumentos dos chamados factores de produção assumiram proporções alarmantes. Só desde Novembro, verificaram-se aumentos de preços da ordem dos 20 a 28 por

cento para os fungicidas — com reflexos para a vinha e fruticultura —; de 21 a 28 por cento dos insecticidas; de 12 a 15 por cento dos herbicidas — com reflexos principalmente na vinha e no arroz.

A par dos tremendos aumentos dos custos de produção, o agricultor debateu-se, durante este ano, com a falta de garantia de preços e com o avolumar de dificuldades no escoamento da produção agrícola, uns e outros produto da política de direita, da política de protecção aos grandes intermediários e armazenistas dos compromissos das Juntas, nomeadamente da Junta Nacional dos Vinhos presidida por um homem da GAP.

Mas, facto a reter, por todo o país, os pequenos e médios agricultores reagiram às dificuldades criadas pelos Governos de direita, com diversas

lutas das quais é de destacar a dos produtores de batata, dos vinicultores, dos produtores de leite, dos produtores de arroz — em luta por um preço justo à produção — e dos produtores de azeite. Destas lutas não poderá dizer-se, que alcançaram grandes vitórias, não poderá dizer-se que os pequenos e médios agricultores viram as suas mais urgentes reivindicações satisfeitas. Mas poderá dizer-se que elas foram amplamente mobilizadoras, que elas demonstram que, ameaçada na sua sobrevivência, a pequena e média lavoura, cada vez mais unida na sua organização de classe, na Confederação Nacional da Agricultura, CNA, entra neste novo ano mais preparada para as novas dificuldades e novas lutas que a Aliança Democrática, no Governo, mais cedo ou mais tarde, irá criar à população trabalhadora dos campos.



Rendeiros: importantes vitórias em 1979, reforçam a unidade para enfrentar as dificuldades deste novo ano.

Previdência Rural: uma luta que continua

Também para o MAPRU, o ano de 1979 foi marcado por uma luta incansável por uma melhor previdência rural. E também para o MAPRU, o ano de 1979 foi marcado por maiores dificuldades dado o agravamento de condições de vida imposto pela política de direita dos sucessivos governos aparentados com a Aliança Reaccionária. Mas também para o MAPRU a luta, conduzida durante o ano que agora findou, se saldou por algumas vitórias ainda insuficientes, mas já em si mesmas mobilizadoras para novas batalhas que com a direita no poder os «agricultores idosos serão chamados a travar pela sua própria sobrevivência».

A vitória alcançada neste final do ano provocou o regozijo de milhares e milhares de idosos trabalhadores do campo. «É com alegria que os reformados dos nossos campos vêem aumentar as pensões de velhice de invalidez, social e de sobrevivência para 1800 escudos», dizia, no início de Dezembro, a Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, recordando que o valor anterior destas pensões era respectivamente de 1350, 1250 e 810 escudos.

Manifestando igualmente o seu apoio a esta medida de aumento das pensões mínimas de reforma decretada pelo V Governo, o MAPRU alertava, no entanto, que ela constitui «apenas um primeiro passo para o cumprimento das nossas reclamações». Reclamações que se sintetizam deste modo:

- Aumento das pensões para 3 000 escudos;
- Concessão do abono de família a todos os agricultores;
- Melhor assistência médica nos meios rurais;
- Medicamentos gratuitos para terceira idade;
- Legislação actualizada para as Casas do Povo.

EM torno destas objectivos, o MAPRU mobilizou milhares de agricultores durante este ano. Momentos particularmente importantes da luta do MAPRU foram, em Abril, a entrega do abaixo assinado com 17 263 assinaturas ao Presidente da Assembleia da República, acção que fez deslocar a Lisboa cerca de meia centena de agricultores, a realização em 22 de Abril do II Encontro de Previdência Rural, e em Setembro último, o encontro

de uma delegação do movimento com a Primeira-Ministra do V Governo Constitucional, Maria de Lourdes Pintasilgo.

A luta continua

«Temos de trabalhar até à sepultura» dizem os agricultores reformados do campo, referindo-se à velhice cheia de dificuldades «depois de uma vida inteira de trabalho, de cansaças, de sacrifícios e quantas vezes com uma colheita pelo mau tempo!».

Na realidade para a esmagadora maioria destes reformados a vida continua deplorável não só como herança das condições de desprezo a que o fascismo votou à população trabalhadora, mas também como forte consequência da política dos sucessivos governos dos partidos da chamada Aliança «Democrática». E isto quando o caminho para uma melhor previdência rural fora afinal aberto em 1975, no chamado «gonçalvismo», ou seja quando, apesar das dificuldades criadas pela reacção interna e externa, se vivia em Portugal uma situação

verdadeiramente democrática. Assim ao ampliar à população rural os benefícios da previdência, abrangendo cerca de meio milhão de trabalhadores, introduziram-se o subsídio pecuniário de maternidade, o subsídio de morte, as pensões de sobrevivência e melhoraram-se substancialmente o regime de subsídio por doença e o regime de pensões de invalidez e velhice, ao mesmo tempo que se apontava para uma «progressiva igualdade dos níveis de protecção social de todos os trabalhadores concretizando um dos pressupostos da criação de um sistema integrado de segurança social que constitui uma das bases em que assenta a política social a partir da revolução de Abril». Esta a via aberta que não teve continuidade graças às forças reaccionárias que cada vez foram ocupando mais espaço no poder político. Esta a via que continuará em 1980 sem continuidade, por maioria de razão, com a Aliança Reaccionária no Governo.

Conscientes deste facto, os reformados do campo e o seu movimento, o MAPRU, já anunciaram que a actual

actualização das pensões não basta e a luta vai continuar. E vai continuar porque muitas das reivindicações não foram satisfeitas. «Nem sequer a do abono de família» queixaram-se os agricultores. «E como já dissemos ao Governo, o caso do abono de família é uma injustiça gritante. Um agricultor não tem direito a ele a não ser quando exerça ou tenha exercido outras actividades que se enquadrem nos requisitos que regulam legalmente essa matéria. Estamos ainda no Ano Internacional da Criança, do que o pagamento a todos os agricultores do abono de família?».

Mas a «prenda» acabou por não ser dada. Daí que a luta para neste novo ano, continue a incluir a reivindicação da concessão do abono de família para os agricultores proprietários assim como o aumento urgente das pensões aos agricultores reformados e inválidos que, com a política do CDS e do PPD e as promessas do PS, continuam a ter de trabalhar até à sepultura, remédios mais baratos e assistência gratuita para os reformados.

A luta em torno destes objectivos não vai ser fácil no ano que principia. A direita completamente instalada no Governo, ainda que tente uma ou outra medida demagógica, não resolverá um só dos problemas fundamentais dos reformados dos campos e antes os agravará. A sua política poderá ser resumida desde já nos termos populares que os agricultores saudavam as medidas «sociais» do regime fascista: «Dão-nos \$50 tostões com a mão esquerda para nos tirarem 1\$00 com a mão direita».

Assim fará a AD. Assim farão os senhores do PPD, do CDS, do PPM e os Reformadores. Mas na unidade e na luta, os reformados do campo compreenderão cada vez mais que só um governo democrático, com uma política democrática no caminho de Abril lhes garantirá uma vida melhor.



Aumentos brutais dos factores de produção agrícola e pecuária caracterizaram o ano de 1979, com os governos intimamente aparentados com a Aliança dita «Democrática».



Por uma melhor Previdência Rural; pelo Serviço Nacional de Saúde: uma luta que vai continuar porque os reformados dos campos não podem continuar a ser obrigados a trabalhar até à sepultura

Nota do Secretariado do CC do PCP sobre a situação nos Açores

1. — O Secretariado do Comité Central do PCP, em nome do Comité Central, expressa ao povo da Região Autónoma dos Açores, a solidariedade do Partido Comunista Português ante a catástrofe que aquela Região acaba de suportar.

2. — Lamentando sentidamente as dezenas de mortes, os sofrimentos, as destruições que tiveram lugar, o Secretariado do CC do PCP encarrega a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) de, em estreita união com os trabalhadores, com as populações da Região, tomar iniciativas que contribuam para minorar as dificuldades que actualmente se

levantam, particularmente nalgumas ilhas e localidades.

As organizações do PCP na Região deverão, com um espírito unitário muito amplo, fomentar a recolha de dévidas, abastecimentos, fundos, que permitam acorrer às precárias condições actuais de milhares de famílias.

Junto do Governo Regional dos Açores, há que reclamar a tomada de todas as medidas de emergência que tornem viável uma assistência eficaz a todos os sinistrados, nomeadamente com o restabelecimento de comunicações, o rápido transporte de todos os so-

corros, o alojamento e assistência a todas as famílias atingidas.

3. — O tremor de terra verificado no dia primeiro do ano no Arquipélago dos Açores causou elevado número de vítimas e incalculáveis prejuízos materiais, especialmente nas ilhas Terceira e de S. Jorge, exigindo que sejam tomadas, a nível nacional, as decisões imediatas ou de mais demorada execução, que levem a uma completo restabelecimento da situação.

O Secretariado do CC do PCP considera indispensável e urgente que os órgãos do Poder central, nomeadamente o Governo, tomem as medidas imediatas definidas por

lei, que determina a utilização de verbas adequadas a tais circunstâncias.

4. — O Secretariado do CC do PCP exorta todos os membros do Partido e simpatizantes, todos os trabalhadores e a população em geral para que sejam constituídas largas Comissões Unitárias de apoio, que mobilizem as energias e recursos possíveis tendentes a atenuar a dramática situação vivida no Arquipélago dos Açores.

2 de Janeiro de 1980

O Secretariado do CC do PCP

Açores, terra de gente que parte

— Pai, anda cá ver o aeroporto, parece aquelas estradas lá da América — dizia o miúdo, com o nariz na janela do 747 que se fazia à pista de Santa Maria, uma escala na viagem para Boston que muitos açorianos demandam. Foi, logo ali, o primeiro sinal que advertiu o repórter: para as gentes dos Açores, o sonho americano ainda não morreu.

Santa Maria foi a primeira ilha a ser descoberta pelos navegadores portugueses, já lá vai um rol de anos. Vêmo-la de cima, a uns milhares de metros de altitude, um calhau enegrecido tombado na água. À medida que descemos, a mancha de terra aumenta e muda de cor, adquire já o verde dos prados, aparecem os pontos brancos que são as casas. A ilha semeada no Atlântico aí está. E logo nos surge a larga pista que provocou o comentário do miúdo. Estamos nos Açores. Em terra de gente que parte.

Sta. Maria

Uma plataforma no Atlântico

Há cerca de 25 anos, a população da ilha era de 18 mil pessoas. Hoje é de cerca de 6 milhares, distribuídas pelas cinco freguesias de Vila do Porto, concelho que abranje toda a ilha. E continua a diminuir. No aeroporto lá vemos mais meia centena de açorianos que se despedem, outros tantos que aguardam a visita de um primo ou de um tio «americano».

O próprio aeroporto foi construído pelos americanos e parece saído de uma velha fita de guerra. Construção baixa, de madeira, torre de controlo também em madeira. Umhas centenas de metros adiante, já lá fora, há o Hotel, nome pomposo para umas instalações que fazem lembrar casamatias. E o Clube, isto é, o Clube Asas do Atlântico. Tudo madeira.

Dizem-me: Santa Maria é o aeroporto. E pouco mais. Houve tempo em que esta terra, muito rica, produzia Vinho, por exemplo. Agora há por aí muita terra ao abandono, os camponeses dedicam-se quase

exclusivamente à pecuária, os prados estão sempre verdes, o clima permite que os animais estejam sempre ao ar livre. E há terras e casas abandonadas. Pelos emigrantes...

Aeroportos: cada ilha sua sentença?

Açores é terra de dificuldades. Nas três ilhas que pudemos visitar no escasso tempo de que dispusemos, elas variam e são múltiplas. Mas apercebemo-nos de uma, por exemplo, que é comum a todas e que é justamente a questão dos transportes. Isolados do resto do país por metade do oceano, os açorianos estão também isolados uns dos outros pelo mesmo Atlântico. A terra que possuem é rica mas a organização da produção e o seu escoamento transforma-a num arquipélago que se desertifica. A água que os rodeia tem abundância de peixe, mas a falta de portos e de outras infra-estruturas

piscatórias não permitem a rentabilidade que poderia obter-se da pesca. A água é assim uma separação.

O mar não chega sequer a ser o caminho, a comunicação, e é um filão virgem de 900 mil quilómetros quadrados abandonados a outras frotas.

O avião é assim a única ponte que resta. Mas em política aérea, como nos dizem, não há projectos sólidos e esses projectos, que deverão congrega esforços regionais e centrais, evitando os bairrismos — na minha ilha é que deve ficar o aeroporto internacional... — terão de ter em conta a extrema dependência das populações em relação aos transportes. Uma greve nos serviços aéreos, somada às dificuldades atmosféricas, que são vulgares, deixam as populações sem abastecimento de variados produtos essenciais. Não falando das evacuações, tantas vezes necessárias, por doença ou acidente.

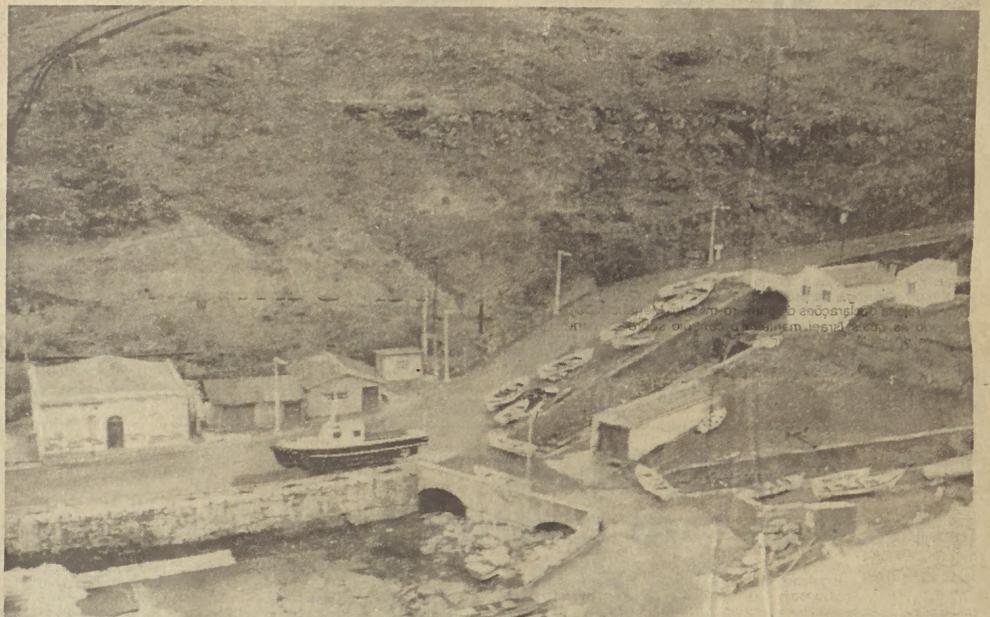
A ideia peregrina de que

é possível e bom para todos a criação de vários aeroportos internacionais preocupa alguns mas encontra no bairrismo de outros um campo fértil para a demagogia do governo regional que se mantém à base de promessas, para além da influência do caciquismo reinante.

No entanto o aeroporto internacional de Santa Maria, o mais antigo, que existe por obra e graça dos americanos há cerca de trinta e cinco anos é a melhor plataforma do Atlântico. Apesar de insuficiente, apesar do ostracismo, apesar da falta das estruturas complementares, apesar de o próprio equipamento ser obsoleto.

A rentabilidade

Nos Açores, como nos disseram, passam cerca de 60 mil passageiros por ano. Nas Canárias, se os quisermos ter por comparação, esse número eleva-se para a casa dos milhões. No entanto não são tomadas medidas que atraia as companhias e os passageiros para viagens de escala ou para o turismo que, a despeito dos folhetos de propaganda, se encontra muito pouco desenvolvido. Basta



Açores quer dizer necessidade de comunicação. Transporte de pessoas, de produtos que devem sair e chegar. Portos de pesca para que a pesca se desenvolva. Santa Maria está carecida de tudo. E hoje apenas um aeroporto, terras quase abandonadas, porto diminuto onde dormem poucos barcos.

dizer — e tivemos ocasião de presenciar estas situações — que se se verificar uma dificuldade de ligação podem ficar centenas de passageiros em terra, sem lugares no hotel e sem refeições, já que o próprio restaurante do aeroporto mais parece uma cantina. Assim nem sequer as divisas dos ricos turistas americanos se aproveitam...

O custo de um aeroporto internacional devidamente equipado — informação que obtivemos — rondará os 15 milhões de contos, investimento que, a ser concretizado, não poderá ser de ânimo leve e deverá aproveitar ao máximo o que já existe e prever a construção de

bons armazéns e de frigoríficos que permitam o escoamento dos produtos açorianos.

Haverá quem pense ser São Miguel o local preferível para o aeroporto internacional, embora outras opiniões ouvidas o dêem como um bom e bem dimensionado aeroporto doméstico. O das Lages, na Terceira, mesmo no centro do arquipélago, dizem-nos ser inconciliável com o transporte civil internacional, por causa da base americana — e de facto o transporte dos pacíficos cidadãos de todo o mundo não deverá ser feito paralelamente ao das bombas americanas...

Ficámos com a ideia de que muito há a fazer. E a ponderar. E de que a política de transpor-

tes, nos Açores, faz parte de um conjunto que envolve a própria economia das ilhas, o seu desenvolvimento, o bem-estar e a segurança das populações, que deve romper o isolamento a que elas foram sujeitas e que a política separatista do Governo Regional quer perpetuar.

Com efeito, o passageiro aéreo inter-ilhas e aquele que se desloca com relativa frequência ao continente é um privilegiado — um grupo de famílias que não terá sofrido modificação ao longo destes últimos 20 anos. A população trabalhadora não utiliza o avião. Portos dignos desse nome, que facilite a comunicação marítima,

também não existem, se exceptuarmos o de São Miguel. Num arquipélago tão sujeito às bruscas variações atmosféricas e ao estado do mar, há que prever, ainda, a construção de pequenas pistas em todas as ilhas, para que não apenas a emergência de uma evacuação possa ser efectuada, mas seja assegurado o transporte de abastecimentos e de correio.

Os transportes exigem grande investimento. Mas podem ser uma fonte de riqueza para os Açores, o ponto de partida para o desenvolvimento de uma economia precária e dependente, o esteio de uma autonomia verdadeira.

Cultivar a terra é uma luta também contra o Governo Regional

Cultivar a terra nos Açores é uma luta. Não apenas a do trabalho do dia-a-dia. Não a luta contra a natureza que se mostra, nas ilhas, particularmente clemente. Sempre verdes, as terras não necessitam de regas, as chuvas se encarregam disso. É uma luta contra os intermediários, contra a burocracia e o Governo Regional que se encontram nas mãos dos grandes senhores.

Cultivar a terra, nos Açores é uma luta que o 25 de Abril veio intensificar pelas esperanças que criou nos trabalhadores rurais e nos pequenos agricultores. Os grandes senhores, porém, tudo fazem para que o 25 de Abril não passe na doca e não atravessasse as cancelas dos aeroportos.

É assim que um trabalhador rural que se ocupa dos gados, não tem ainda, passados mais de 5 anos, as regalias que os seus camaradas do continente usufruem. Nas ilhas, o trabalhador guardador de gado trabalha desde o nascer ao pôr do sol. Sem folgas. Só uma vez por ano, por ocasião da festa da sua freguesia, o trabalhador rural açoriano pode folgar. E é o patrão que «dá».

Mas enquanto que são dados passos na sindicalização dos

trabalhadores rurais assalariados, os pequenos agricultores das ilhas fortalecem os seus passos.

— A Junta de Freguesia das Capelas foi logo dizer ao Governo Regional que a nossa cooperativa era uma cooperativa de comunistas — afirmou-nos o camarada Manuel Cosme Viveiros, em São Miguel, na breve conversa que tivemos na sede da APU em Ponta Delgada, enquanto decorria a campanha eleitoral para a Assembleia da República. O camarada Viveiros, que era candidato pela APU, é um pequeno agricultor e é o presidente da Cooperativa «Vanguarda» de São Miguel. E conta-nos a história da luta pela sua formação.

— A gente não recebe os grandes na nossa cooperativa — continuou o camarada Viveiros —,

só os pequenos e médios agricultores; e o Governo, então, formou uma outra para os grandes, desprezando os pequenos. Nessa altura até deu um subsídio de cerca de 500 contos à cooperativa dos grandes. Mas aos pobres não deu nada.

Flores e bombas

— Nós fizemos um abaixo-assinado e fomos ao Governo Regional. Responderam-nos que fôssemos falar com o secretário da Agricultura e Pescas e ele acabou por receber cinco membros da direcção da nossa cooperativa.

— Pediram-lhe um subsídio?

— Pedimos. Mas ele disse-nos que era «inimigo de subsídios», que não concordava com subsídios para ninguém. «Então o sr. não concorda, mas deu-o aos capitalistas das Capelas», disseram nós. E ele respondeu que nem estava cá nessa altura...

Acabou por dizer-nos que a agricultura não interessava.

Que o que interessava era plantar flores para exportação. Nós respondemos que não éramos abelhas para viver das flores!

— Isto foi no Verão passado — recordou o camarada Viveiros. A cooperativa foi formada a 20 de Dezembro de 1978. De então para cá já me puseram três bombas em casa. A uma puxei-lhe pelo rasteiro. Outra calu num tanque onde eu tinha uns peixes. Doutra vez largaram-me fogo com gasolina à entrada do meu jardim, até minha casa! Já tivemos muitas ameaças, dessa gente da FLA e do PPD de Ponta Delgada. Mas continuamos a resistir. Basta dizer que arrancámos com 10 sócios e já vamos em 150. E todos sabem que eu e outros somos comunistas. Mas não se arreceiam!

— Mas há outras dificuldades que nos levantam. Uma vez desapareceu-nos o adubo. A Guarda Fiscal mandou-nos um aviso para pagar a descarga.

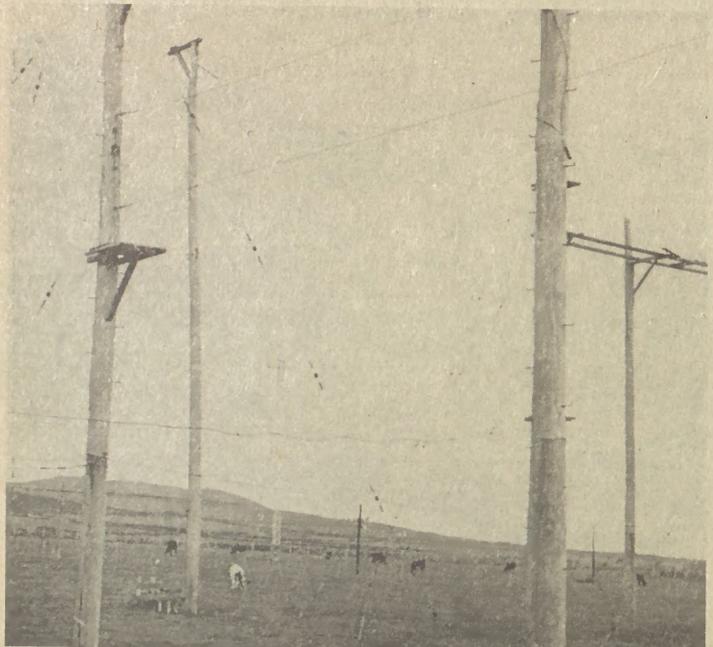
Mas o adubo tinha desaparecido. Tivemos de ir buscar ao Grémio da Lavoura, que eles tinham-no levado. Doutra vez desapareceu-nos o pesticida. No Seguro disseram-nos que nos indemnizavam. Mas nós exigimos o pesticida, não era a indemnização que nos interessava. É assim a luta.

— E quanto aos assalariados rurais?

Foi Jacinto Botelho, trabalhador rural, presidente da Casa do Povo e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa que nos respondeu:

— O Sindicato de Lagoa andou muito tempo engatado... Os estatutos chegaram a desaparecer do tribunal, com uma bomba... E apesar de já contarmos cento e tal aderentes, todas estas coisas vão arrefecendo o entusiasmo. Mas isto vai, isto vai com o esclarecimento do povo.

Eles põe-nos toda a espécie de entraves, mas a liberdade há-de chegar!



Os prados são uma riqueza das ilhas. Mas tendem a transformar-se na única riqueza. O gado ao ar livre todo o ano tem pasto com fartura. Até aqui, como se vê na foto, as vacas pastam. Mesmo no meio das antenas do centro de comunicações — com postes de madeira — da ilha de Santa Maria.

Semana

25 Terça-feira 1972 - A cidade de Manágua, capital da Nicarágua, é parcialmente destruída por um terremoto.

O «ayatollah» Khomeiny demite o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas iranianas, convidando um general da reserva para o substituir; é a quinta vez que Khomeiny substitui o titular deste alto cargo militar. O presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, declara que os problemas económicos de Israel poderão tentar o Estado sionista a lançar-se numa aventura militar susceptível de mergulhar o Médio Oriente numa guerra, sublinhando que uma atitude clara da CEE poderá levar os EUA a abandonarem o beco sem saída dos acordos de Camp David. O ministro israelita da Defesa, Ezer Weizman, parte para os EUA a fim de obter dos norte-americanos «ajuda» militar e económica para o ano fiscal de 1981, no valor de 3,45 mil milhões de dólares.

26 Quarta-feira 1925 - É fundado o Partido Comunista da Índia.

A cotação do ouro ultrapassou no mercado de Nova Iorque os 500 dólares a onça fina, batendo novo recorde histórico de cotação. Segundo a agência iraniana PARS, Khomeiny afirma que o Irão e os EUA travam uma luta «política e económica», sendo possível que «ocorra um confronto militar» entre os dois países. O Koweit anuncia que rejeitará qualquer bloqueio económico ao Irão. O presidente francês Giscard d'Estaing convoca o seu primeiro-ministro para discutir o impasse sobre o orçamento da França para 1980, declarado ilegal pelo Conselho Constitucional. O Partido Comunista Peruano, o Partido Socialista Revolucionário e a Frente dos Operários, Camponeses, Estudantes e Povo decidem agir dentro de uma frente única e promover um candidato comum à presidência, nas eleições gerais de 1980. Segundo a OCDE, os EUA e a Grã-Bretanha terão crescimentos negativos em 1980. O primeiro-ministro sionista Menahem Begin compromete-se a manter a ocupação da margem ocidental do Jordão, contrariando frontalmente uma resolução do Parlamento judeu, que rejeitou uma proposta de anexação dos territórios da Cisjordânia ocupada. Milhares de simpatizantes da Frente Patriótica do Zimbábwe rompem, em Salisbúria, uma barreira de arame farpado para saudar o primeiro grupo de oficiais da Frente a regressar ao seu país, ao abrigo do acordo de paz assinado em Londres.

27 Quinta-feira 1949 - A Indonésia torna-se independente.

Leônidas Zamyatin, director do Departamento de Informações Internacionais do CC do PCUS reafirma posições anteriores de dirigentes do seu país, tornando claro que a URSS não negociará sobre o controlo de armamentos com o Ocidente sob as condições ditadas pela decisão da NATO em aumentar o número de mísseis nucleares na Europa. Um golpe de Estado derrubou o presidente Hafizullah Amin, do Afeganistão, que foi substituído por Babrak Karmal, vice-primeiro-ministro e vice-presidente da República Democrática do Afeganistão imediatamente a seguir à Revolução de Abril de 1978. Protestando contra os planos governamentais para colocar os portos sob gestão privada, os trabalhadores espanhóis das docas paralisam totalmente os portos do país. Escodem motins no sul da Índia entre partidários do Partido Regional Mujumano Maitis e do Partido Nacional da Janata, ao intensificar-se a campanha antes da eleição geral da próxima semana, tendo sido incendiados cinco estabelecimentos e uma fábrica. Josiah Tongorara, comandante das tropas da ZANU, que integra a Frente Patriótica do Zimbábwe, morre na sequência de um desastre ocorrido ontem na localidade moçambicana de Massinga, na província de Inhambane. O governo egípcio rejeita declarações do primeiro-ministro Menahem Begin, segundo as quais Israel mantinha o controlo sobre a margem ocidental do Jordão, considerando-as uma «violação dos acordos de Camp David».

28 Sexta-feira 1937 - Morre, em Paris, o compositor francês Maurice Ravel.

O presidente panamiano Aristides Royo anuncia que o Panamá «está disposto a considerar o pedido de extradição do Xá apressado pelo Irão», acrescentando que solicitará, por seu turno, ao governo de Teerão que «com base no respeito pelo direito internacional», liberte os reféns norte-americanos. Rádio Moscovo anuncia que o Conselho Revolucionário do Afeganistão pediu ajuda política, económica, militar e moral à União Soviética ao abrigo do tratado de amizade assinado pelos dois países em Dezembro de 1978, tendo sido respondido afirmativamente a este pedido do novo governo afgão. Funcionários britânicos anunciam que as primeiras eleições legais na Rodésia se realizarão de 27 a 29 de Fevereiro próximos. O Parlamento espanhol constitui uma comissão exigida pelos nacionalistas bascos para investigar alegadas torturas policiais a detidos bascos. O vice-ministro do NE do Vietname afirma que a China depositou cinco milhões de dólares num banco tailandês, à disposição do representante de Pol Pot, em Bangkok. Temporais devastam a Grã-Bretanha, matando pelo menos 10 pessoas e causando danos no valor de milhões de libras. Os portos espanhóis continuam paralisados pelo segundo dia consecutivo, devido à greve dos trabalhadores das docas. O governo sírio acusa o seu embaixador na ONU (que se demitiu ontem do cargo imputando ao governo do presidente Al-Assad a prática de corrupção, repressão e oportunismo), de colaborar com os serviços secretos egípcios e de abusar da sua posição oficial.

29 Sábado 1916 - Freud torna pública a sua «Introdução à Psicanálise».

Dirigentes da Organização Internacional de Jornalistas (OIJ) e da Federação Latino-Americana de Jornalismo afirmam no México que a década de 70 foi uma das mais negras para o exercício do jornalismo. O regime egípcio de Sadat decide arbitrariamente congelar cerca de dois biliões de dólares (100 milhões de contos) de depósitos bancários de outros Estados árabes existentes no Egipto; países árabes contestaram esta decisão egípcia numa queixa ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

30 Domingo 1947 - É implantada a República Popular da Roménia, que em Agosto de 1965 passa a República Socialista da Roménia.

As autoridades militares das Filipinas anunciam em Manila a prisão de 16 pessoas alegadamente envolvidas numa conspiração com norte-americanos para derrubar o governo, assassinar destacados dirigentes e colocar bombas na capital. O presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, define as relações que o novo governo manterá com os países vizinhos, o Irão, o Paquistão e a União Soviética, sublinhando que serão norteadas pelo bom entendimento. É inaugurada oficialmente a campanha eleitoral iraniana, apontando-se Jaleeddin Farsi, um professor universitário relativamente desconhecido, como o possível candidato do Partido Republicano Islâmico (PRI), no poder. O general Leopoldo Gallieri é nomeado novo comandante do Exército argentino, passando a integrar a Junta Militar governante, de três membros.

1929 - Sai o primeiro número do «Daily Workers», jornal do PC da Grã-Bretanha, apesar do boicote, a tipografia foi montada com trabalho voluntário de electricistas e outros trabalhadores.

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, parte de Nova Iorque com destino a Teerão, a convite do governo iraniano, numa tentativa destinada a pôr termo ao sequestro de norte-americanos na embaixada dos EUA na capital iraniana. Um comunicado distribuído em Luanda informa que o comandante «Iko» Carreira, ministro da Defesa de Angola, demite-se das funções que exercia no «Bureau» Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

Eleições na Rodésia em Fevereiro - nova fase numa luta difícil

O cessar-fogo entrou em vigor na Rodésia. Estão marcadas as primeiras eleições legais a realizar neste país para 27 a 29 de Fevereiro. A Grã-Bretanha, apoiada por uma força militar do Commonwealth (composta por tropas da Austrália, Fiji, Quênia e Nova Zelândia), vigiam o regresso às bases das forças de Smith e a concentração dos contingentes guerrilheiros. As agências de apoio aos refugiados na Zâmbia (cerca de 60 mil), começaram a planejar a ponte aérea para o regresso à pátria. Oficiais das forças patrióticas regressaram a Salisbúria, vitoriosos por multidões que romperam as barreiras de arame para os saudar - irão começar a reunir as forças guerrilheiras nas zonas negociadas no acordo assinado em Londres. A ONU levantou as sanções económicas impostas, há 14 anos, contra a Rodésia racista, condenando simultaneamente os países que levantaram as sanções antes da decisão das Nações Unidas. Moçambique determinou o livre tráfego de pessoas e mercadorias com o futuro Zimbábwe, cuja independência está prevista para Março de 1980, após o acto eleitoral de Fevereiro.

Este simples enumerar dos últimos acontecimentos parece conduzir à optimista conclusão de que finalmente se encontrou na Rodésia o caminho da paz e da liberdade, condição de paz também para esta zona do continente africano. E alguns passos foram efectivamente dados. Passos, entretanto, cujo real sentido do futuro, só a batalha que agora se vai travar poderá definir de forma precisa: ou a continuação, sob novas formas, de uma política neocolonialista, a continuação do domínio do grande capital inglês, a continuação do domínio da minoria branca, que tem a parte de leão das

terras, as melhores do país, toda a grande indústria, e o poder político correspondente; ou a viragem na orientação socio-económica e política do país - uma política ao serviço do povo do Zimbábwe, a única que tornará sólidos e finalmente possíveis os caminhos da paz. É evidente que no acordo agora assinado em Londres estão empenhados forças e interesses antagónicos. O movimento de libertação maneja-lo-á como arma de luta numa nova fase do processo de libertação do seu povo; a Grã-Bretanha e os racistas pretenderão consolidar, sob formas mais adequadas, o domínio neocolonialista.

De um lado os interesses estratégicos, económicos e políticos da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, de outros países da NATO e da África do Sul - a possibilidade não só de deter as riquezas fundamentais do país como da exploração desenfreada do seu povo (os operários africanos ganharam em geral 11 vezes menos que os brancos). Do outro os interesses das massas trabalhadoras, das grandes massas negras oprimidas e exploradas do Zimbábwe - os que possibilitaram e alimentaram e com o seu apoio e os seus filhos as forças patrióticas, os que hoje manifestam nas cidades do país o seu regozijo pelo retorno dos combatentes pela independência. Entretanto, quase tudo está ainda por definir. Actualmente as eleições a realizar em Fevereiro ganham uma importância determinante. O Comité Central da União Nacional Africana do Zimbábwe (ZANU) esteve reunido em Moçambique para decidir se esta organização se apresenta isolada às eleições (em que os privilégios da minoria branca serão ainda mantidos, tendo garantidos 20 dos 100 lugares da Assembleia, apesar de representar apenas 3% da população) ou em aliança com a União Popular Africana do Zimbábwe (ZAPU). Reunidas em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia, as direcções da ZANU e da ZAPU debatem



Terá soado o fim para cenas repressivas como esta?

Calúnia e difamação na campanha imperialista contra a revolução afgã

O Afeganistão volta a ser objecto de uma campanha imperialista contra a revolução e as forças de esquerda no país. Derrubado o regime do presidente Amin, os novos dirigentes afgãos pediram o auxílio militar da União Soviética para defesa do Estado revolucionário contra um inimigo protegido e armado pelo exterior. Os ataques e as calúnias dos meios mais agressivos do imperialismo dirigem-se, através da revolução afgã, contra a política de paz e desarmamento dos países socialistas.

Segundo informações das mais diversas fontes, meios imperialistas americanos encabeçam uma campanha difamatória contra o Afeganistão, tentando desviar a atenção mundial das acções agressivas contra o Irão, onde personalidades e meios imperialistas procuram a todo o custo recuperar as posições que perderam com a queda do Xá.

Um comunicado do novo governo afgão recorda a legitimidade e dinheiro, bandos armados, organizados em território paquistanês, atacavam território afgão. Nas operações armadas contra a revolução afgã estão implicados os Estados Unidos, a China e o Paquistão.

Agentes da CIA e especialistas chineses em operações subversivas apoiavam os contra-revolucionários no Afeganistão. Dispondo de meios praticamente ilimitados, em géneros, armas, munições

que lhe assiste na defesa de um Estado soberano. No âmbito da carta da ONU, nenhuma potência pode privar o Afeganistão do direito de se defender, recorrendo ao auxílio externo que considerar necessário. O contingente militar soviético cuja presença só foi solicitada para ajudar na defesa daquele direito, permanecerá no Afeganistão enquanto for necessário e sairá do país logo que terminarem as incursões armadas e as provocações do exterior.

Continuam, entretanto, as manobras de ingerência nos assuntos internos afgãos com o objectivo de manter a famosa «cintura estratégica» do imperialismo americano nas proximidades fronteiriças

da União Soviética, designadamente através da influência da NATO e das forças ao seu serviço. Para esse efeito, a Administração americana fez deslocar à Europa um subsecretário de Estado. No Paquistão, era anunciado, entretanto, o reforço do armamento norte-americano. Esta jogada é de tal ordem, que obrigou o governo indiano a chamar para consultas o embaixador dos EUA na Índia. Quanto ao governo derrubado em Kabul, as novas autoridades afgãs revelaram a violenta repressão por ele conduzida e responsabilizaram-no pela morte de milhares de pessoas, entre elas centenas de dirigentes e militantes operários.

Tensão no Médio Oriente e no Irão

O Médio Oriente e o Irão constituem neste momento um dos pontos do mundo onde é mais acentuada a tensão e de que os profundos problemas, vindos à superfície, parece não terem - dadas as circunstâncias - a solução rápida, a resposta que se imporia. A evolução imediata da situação não se define. Fervilham potencialidades, tendências, a acção por vezes anárquica, por vezes organizada, dos povos, cuja luta entretanto se acentua e define de forma clara, a resistência das forças mais reacionárias, as suas opções, o peso da ingerência do imperialismo.

No Irão prossegue a expectativa, não só em relação ao desenlace imediato da situação criada com a ocupação da embaixada norte-americana e o possível julgamento dos reféns, como instrumentos da acção de provocação e espionagem da Casa Branca, mas em relação ao próprio futuro do país, onde aos reais problemas internos se soma a ingerência externa, por vezes camuflada, destinada a agudizar tais problemas.

A política seguida por Israel, cujo carácter agressivo se acentua ainda mais em vésperas do estabelecimento de relações diplomáticas com o Egipto (a concretizar em Fevereiro), constitui o factor fundamental do recrudescimento do perigo de conflitos armados na zona. O presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, declarou há poucos dias, na RFA, que «o Médio Oriente está na eminência de uma explosão», face à recusa sistemática de Tel-Aviv em encerrar a solução do problema

portos e bases aéreas da zona por forças norte-americanas. Por outro lado, nos últimos meses o Pentágono enviou para o Mar Árabe dois porta-aviões estacionados no Pacífico. Nestes últimos anos o Pentágono criou no Oceano Índico uma importante infra-estrutura militar, tendo como centro a Ilha Diego Garcia, particularmente destinada a intervenções no Médio Oriente.

Entretanto, e enquanto Washington se esforça por impor sanções económicas ao Irão através das Nações Unidas, onde conta com o apoio de governos aliados, nomeadamente o português, o conselho de segurança nacional norte-americano, Brzezinski, afirma que a crise nas relações com o Irão aponta para a «necessidade de reforçar os programas de defesa dos EUA e de desenvolver melhores relações com o Terceiro Mundo», relações que se ligariam a um fortalecimento da «segurança» dos EUA através de «programas de defesa e controlo de armamento».

Tomadas de posição esclarecedoras e que se coadunam perfeitamente com outras assumidas na ONU. Enquanto a Assembleia Geral das Nações Unidas confirma, uma vez mais, a condenação do sionismo, a «inadmissibilidade de hegemonia nas relações internacionais», de todo o tipo de pressão, de violência, de agressão directa ou indirecta e de ocupação, praticada por Israel, os EUA, Israel, o Canadá e a Austrália votam contra, e os 9 países da CEE jogam a abstenção. A situação que hoje se vive no

Crise do capitalismo vai agravar-se em 1980

O ano de 1980 inicia-se com as perspectivas do agravamento da crise geral do sistema capitalista. O facto do preço da onça de ouro ter ultrapassado, pela primeira vez na História, os 500 dólares, ou seja, cerca de 25 contos por 28 gramas, é um testemunho claro dessa crise. Crise que conta de imediato com factores de agravamento como o preço livre do petróleo em 1980, ou a situação política no Irão e no Médio Oriente, onde o forte espírito anti-imperialista de massas, que recentemente se tem vindo a manifestar de forma bem ampla, numa zona fundamental na produção petrolífera mundial, augura más perspectivas quanto ao seu fornecimento ao mundo capitalista, nas condições de privilégio a que de há muito este se habituou.

Porquê a crise energética? Porquê o peso dessa crise no equilíbrio geral do sistema capitalista? Esta crise eclodiu, nos países capitalistas desenvolvidos, em 1973, face à determinação dos produtores de petróleo de fazerem finalmente valer os seus direitos ou seja, usar uma importante riqueza própria em benefício dos seus países (aliás parcialmente - não só porque diversos governos dos países produtores mais não representam do que os interesses dos grandes magnatas, mas também porque os lucros das multinacionais do petróleo não param de crescer). Entretanto as importações americanas de petróleo continuaram a aumentar a ritmos superiores aos de 1973. Durante os anos 60 e 70, estas importações aumentaram mais de 4 vezes. Actualmente os EUA consomem cerca de um terço de todos os recursos energéticos mundiais, embora a sua população represente menos de 6 por cento do planeta. Em 1978 as importações americanas de petróleo cifram-se em 42 mil milhões de dólares e, para este ano, estão calculadas entre 55 e 60 milhões. As finanças dos EUA, já sobrecarregadas pelo enorme orçamento militar vão sofrer novo agravamento. O défice da balança do comércio exterior do ano passado atingiu o montante recorde de 28 mil milhões de dólares. Deste facto decorrem também as flutuações permanentes do dólar, atingindo o sistema monetário do mundo capitalista, e repercutindo-se na subida espectacular do ouro.

Os EUA têm consideráveis reservas petrolíferas. Reservas que não utilizam porque a economia capitalista acentua em grande medida na exploração dos países em vias de desenvolvimento. O processo da luta de libertação atinge irremediavelmente um sistema caduco, roído já por múltiplas contradições. Contradições que determinam, à partida, pobres perspectivas para o capitalismo no ano de 1980. De acordo com as previsões da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), os Estados Unidos e a Grã-Bretanha terão um crescimento negativo. Para o conjunto dos 24 países capitalista desenvolvidos que a integram, a OCDE prevê um crescimento de apenas 1 por cento (em 1979 foi de 3,25 por cento). Em todos os casos, sem excepção, as previsões são inferiores ao crescimento verificado em 1979. Os preços do petróleo e o agravamento da inflação agravarão ainda a situação para além das previsões, de acordo também com a análise da OCDE. Os índices de preços do consumo privado irão experimentar uma alta generalizada. Estas as perspectivas que o sistema capitalista oferece no início de mais um ano. Perspectivas que sem dúvida conduzirão ao agravamento das condições de vidas das massas trabalhadoras. Como também à acentuação generalizada da sua luta.

Terrorismo e recuperação capitalista na Turquia

Notícias recentes da Turquia informam sobre o prosseguimento da violência - mais cinco mortos nos últimos dias de Dezembro. O que não constitui sequer um recorde num país onde o terrorismo é moeda corrente. Nos 22 meses de governo do social-democrata Ecevit, registaram-se 2213 vítimas da violência política, por vezes assumindo formas de assassinato colectivo, como foi o caso do ataque contra um café, em 28 de Outubro, de que resultaram 6 mortos. Agora, com o Partido da Justiça (de direita), de Demirel no poder, o terrorismo continua. Uma política de cedências às forças de direita, uma política de facto permissiva em relação ao terrorismo, reabriu as portas a um governo afastado em 1978 pelo povo turco.

Com o apoio de dois partidos de extrema-direita, Demirel formou um governo minoritário anunciando um programa que prevê novas medidas antidemocráticas e promete «não deixar subsistir nenhuma dúvida quanto à orientação fundamental da política externa turca». Por outras palavras, pretende-se prosseguir, como no passado, uma política de dependência face às alianças económicas e militares dos países capitalistas desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos.

O sucesso eleitoral dos partidos de direita encorajou os meios capitalistas a reclamar de novo a limitação dos direitos democráticos e o reconhecimento de novos privilégios para o sector privado e o capital estrangeiro. A Confederação Turca do Patronato (TISK) pediu ao novo governo minoritário para criar novos cursos de segurança de Estado, para aplicar de forma estrita os artigos 141 e 142 do Código Penal Turco, que proíbem a propagação numa perspectiva do socialismo científico e a organização política numa base de classes, para encorajar o sector privado dando-lhe a prioridade, tomar medidas preventivas contra as greves, proibir ao funcionalismo público o direito de greve. A TISK sugeriu igualmente uma reorganização do quarto plano quinquenal da forma a que o Estado dê atenção prioritária ao sector privado. Reclama a liquidação de sector de Estado na economia, nos seus ramos mais importantes, a protecção do investimento privado, a entrada na CEE.

Aliás, o próprio programa de governo, Demirel é já bem claro: «Estamos determinados a continuar e a reforçar as nossas relações com as organizações económicas internacionais e com a CEE (...) Consideramos que é absolutamente necessário obter investimentos estrangeiros para favorecer o nosso desenvolvimento e que é necessário eliminar os obstáculos burocráticos que impedem os capitais estrangeiros de entrar no nosso país».

De facto, Demirel apresenta o programa da grande burguesia turca. O seu governo está encarregado de abrir caminho para o pleno controlo económico, político, ideológico e militar, pelo grande capital internacional, na Turquia, país particularmente importante do ponto de vista estratégico no Próximo Oriente e na região dos Balcãs.

O socialismo real na vanguarda do desenvolvimento social

Num momento em que a generalizada crise em todo o sistema capitalista assume também a forma de um crescimento económico negativo, surgem como particularmente significativos os resultados nos países da comunidade socialista, integrados no Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME). É particularmente significativo o que respeita à exportação recíproca de máquinas. As exportações de máquinas dos países socialistas aumentaram 40 vezes desde a formação do CAME, em 1949, até 1977. No período correspondente ao actual plano quinquenal - 1976/1980 - o seu valor ultrapassa os 90 biliões de rublos contra 52 biliões em 1971 e 1975. Nestes últimos anos a estrutura de exportação da indústria mecânica dos países socialistas alterou-se consideravelmente: subiu a participação dos ramos de ponta, os ramos que definem o progresso técnico. A exportação de computadores, de máquinas-ferramentas com comando numérico, de equipamentos para centrais nucleares e para a indústria química, assim como equipamentos de climatização, desenvolve-se aos ritmos mais rápidos. Entre 1970 e 1977 a exportação recíproca de material de informática cresceu 11 vezes. O volume de exportação, a montagem de equipamentos completos cresce de ano para ano: entre 1970 e 1977 aumentou 2,3 vezes. Em 30 anos, desje

Paz – condições de existência da humanidade

Pela primeira vez na História da Humanidade é possível não considerar a guerra como um mal inevitável, as relações baseadas na força como uma lei. A existência, o poder, a força de atracção da União Soviética e da comunidade socialista, a sua consequente política de paz, política inerente à própria essência do socialismo, são um obstáculo decisivo à política agressiva dos detentores do capital, uma base sólida na conquista da paz finalmente possível.

Simultaneamente – face à poderosa e sempre mais acentuada evolução da ciência e da técnica – a questão da paz e da guerra, sempre premente, sempre sentida pelos povos como um peso brutal, assume hoje um carácter vital, não já para a sobrevivência de um povo, de uma nação, de um grupo étnico, mas para a sobrevivência da Humanidade, para a sobrevivência da terra enquanto planeta habitável e vivo, núcleo de vida inteligente no cosmos.

Esta contradição da nossa época deixa linearmente claro que a sociedade de classes está historicamente condenada, é incompatível com um mundo onde se processa a ritmos cada vez mais rápidos a revolução técnico-científica. A sua sobrevivência põe em causa a própria sobrevivência da Humanidade. Fica igualmente claro que a luta pela paz assume hoje uma importância determinante, vital. É a tarefa central da nossa época. Tarefa em que se irmanam os mais vastos sectores das populações, em todo o mundo. Tarefa que se concretiza também em todas as grandes e pequenas lutas pela democracia, pela liberdade, contra o fascismo e o racismo, contra o peso da exploração capitalista, pela libertação nacional, pelo socialismo – que se concretiza nos progressos sistemáticos da comunidade socialista rumo ao comunismo.

O equilíbrio na Europa e as opções da NATO

Para «justificar» a sua política de «paz armada», as iniciativas conducentes a uma nova escalada na corrida aos armamentos, os Estados Unidos e os seus parceiros da NATO falam sistematicamente do «equilíbrio» da força militar como a razão das perigosíssimas medidas que tem vindo a tomar.

É verdade que o problema do equilíbrio é uma questão muito real. É verdade que sem esse equilíbrio a paz não é possível. Demonstram-no factos bem claros que é normal escamotear; o fim da guerra-fria, que o imperialismo maneja contra a União Soviética, contra a jovem comunidade socialista, contra as forças democráticas e progressistas dos países capitalistas, está intimamente ligado à divulgação da posse da bomba atómica pela União Soviética; o primeiro satélite artificial da Terra, lançado em

1957 pela União Soviética, foi um acontecimento mundial que, ao testemunhar o grande nível de desenvolvimento científico e o grande potencial industrial da URSS, demonstrava que a correlação mundial de forças tinha sofrido alterações irreversíveis e que o imperialismo não podia já pôr e dispor em política mundial. Factores de equilíbrio como estes, como os avanços na luta de libertação, como a vitória do Vietnam na sua luta heróica contra o imperialismo americano, abriram caminho para que na década de 70 fossem

possíveis alguns passos importantes no caminho da coexistência pacífica e que, em 1975, 37 países europeus, os Estados Unidos e o Canadá, assinassem em Helsínquia a Acta Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação Europeia.

O equilíbrio existe

Quando a NATO invoca a questão do «equilíbrio» não se refere, naturalmente, a um equilíbrio real – base da paz, hoje só possível em função do desarmamento – mas a um pretenso «equilíbrio», que justifique sempre novas armas, a negociação a partir de ilusórias posições de força. É isso que se está a passar actualmente. O repisado equilíbrio existe de facto. Os

sintomas do recurso a uma política de força são claros. Tal política corresponde à linha genericamente seguida pelos Estados Unidos e a NATO.

É exactamente porque esse equilíbrio existe que é possível – e será possível – a paz numa Europa sacrificada em conflitos bélicos sucessivos. É no formal reconhecimento desse equilíbrio que acentua a assinatura – de outra forma impensável – dos acordos SALT-2. O equilíbrio é, aliás, reconhecido pelas mais diversas personalidades e entidades responsáveis do mundo capitalista, sempre que não está directamente em causa a campanha propagandística destinada a «justificar» a nova corrida aos armamentos. Em Outubro de 1979 o chanceler Schmidt, da RFA, afirmou: «Criámos na Europa as condições de equilíbrio político e militar que a nossa segurança exige». Também em Outubro de 1979, o secretário de Estado norte-americano, Vance, afirmou mesmo: «os nossos aliados são mais fortes que o Pacto de Varsóvia».

Que aconteceu então, entretanto? Porque a tardia invocação da existência dos mísseis soviéticos «SS-20», detectados desde 1975, quando já em 1974 estavam em preparação os mísseis cuja implantação possível na Europa constitui uma grave ameaça à paz mundial?

O imperialismo apenas concretiza planos contra a paz de há muito em estudo. Tenta defender assim as suas posições abaladas por todo o mundo e também nos países capitalistas desenvolvidos, os fabulosos lucros dos negociantes da morte.

Armas apontadas contra a URSS

Os novos mísseis, a serem implantados em território europeu, conforme decisão da NATO, vêm somar-se a um impressionante arsenal já estacionado no Velho Continente. A NATO possui submarinos estratégicos equipados, cada um, com 16 mísseis «Poseidon», de 10 ogivas nucleares cada, e com um raio de acção de 4500 quilómetros, de que a precisão de tiro é equivalente à dos

A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Principais sistemas de armas novas criadas pelos EUA e a URSS desde 1945, segundo especialistas da NATO e de países neutrais.

ARMAS EM SERVIÇO	ANO DE ENTRADA	
	EUA	URSS
Bomba atómica	1946	1950
Bomba de Hidrogénio	1953	1954
Bombardeiro Estratégico	1953	1957
Missil de alcance médio	1953	1959
Armas nucleares tácticas	1955	1956
Missil Intercontinental	1955	1957
Submarino atómico	1956	1962
Missil lançável de submarino em imersão	1959	1968
Missil antimísseis	1960	1961
Missil intercontinental movido a combustível sólido	1962	1969
Missil de ogivas múltiplas (MRV)	1964	1972
Missil de ogivas múltiplas dirigíveis (MIRV)	1970	1975
Mísseis voadores, da nova geração (mísseis de cruzeiro)	1976	
Mísseis de ogivas múltiplas, portadores de outras ogivas dirigíveis (MARV)	1985	

«SS-20», como foi confirmado pelo relatório anual do Ministério de Defesa dos EUA. 1200 bases de lançamento para mísseis norte-americanos na RFA, Inglaterra e Espanha; mais de

Estados Unidos foram os primeiros a utilizar submarinos atómicos.

Em 1964, dirigiram mísseis intercontinentais de múltiplas cabeças contra a União Soviética. Em 1972 iniciaram

conflitos tiveram a participação dos EUA.

As novas armas

Oito mil armas nucleares norte-americanas estão armazenadas em cerca de 100 depósitos europeus. No mínimo duas mil podem alcançar o território soviético através dos mais diversos meios: mísseis «Pershing-1», aviões tácticos «Phantom», F-111 e outros, e aviões lançados de porta-aviões que navegam em águas europeias. Os peritos ocidentais pensam que estes meios bastariam para liquidar 20 por cento da indústria e população da União Soviética. Acresce que o Pentágono poderá triplicar as suas forças avançadas numa semana, graças a reforços enviados do Continente Americano. Por outro lado, grande parte do potencial nuclear norte-americano instalado na Europa Ocidental está de prevenção permanente, o que acentua o perigo da desencadear de um conflito nuclear.

É esta base explosiva que os EUA e a NATO querem ainda reforçar, agravando o perigo de uma guerra.

Os mísseis «Pershing-2» e «Cruzeiro» encurtam o tempo e as condições para atingir o objectivo e têm um maior raio de acção (de 2 500 quilómetros, o «Pershing-2»). O míssil «Cruzeiro» é uma espécie de avião a jacto não pilotado, que poderá vir a ser lançado do mar, da terra ou do ar. Tem como características fundamentais a precisão

e a difícil detecção. Pode voar a baixa altitude fugindo, assim, aos radares. Todas as informações necessárias ao voo são fornecidas à memória do computador a bordo, comparadas com o itinerário previsto, havendo a possibilidade de corrigir a trajectória em pleno voo, sempre que haja obstáculos.

Os perigos e as consequências de decisão da NATO

Os planos nucleares da NATO assestam um duro golpe na paz, contêm de facto uma forma de sabotagem do desenvolvimento e da cooperação. Aumentam a possibilidade de uma guerra nuclear.

Tornam inevitável uma nova corrida aos armamentos. Os países socialistas ver-se-ão obrigados a elevar a sua capacidade de defesa ao mesmo nível que a NATO. Aumentarão inevitavelmente os orçamentos militares, à custa da situação social das massas trabalhadoras.

Nos Estados da NATO, aumentará o poder e a influência da direita, dos grandes monopólios do armamento, dos verdadeiros inimigos do desenvolvimento e da democracia.

Estes os perigos da situação actual – perigos que a NATO cria e alimenta a coberto de uma falsa especulação sobre «desequilíbrio» militar – e que impõe uma luta urgente e persistente pela PAZ.



123 rampas e transportes britânicos e aproximadamente 70 franceses estão apontados para a União Soviética.

A política da NATO

É uma constante da política da NATO a obtenção – nos nossos dias ilusória – da superioridade militar.

A corrida aos armamentos, iniciada imediatamente a seguir ao fim da guerra, foi sempre impulsionada pelos Estados Unidos e a NATO. Foram os Estados Unidos os primeiros a produzir a bomba atómica e os únicos a lançá-la, em 1945, contra seres humanos.

Foram os Estados Unidos, como maior potência da NATO, que produziram, em 1953, os primeiros mísseis de médio alcance, implantando-os mais tarde em território da Europa ocidental. Em 1956, os

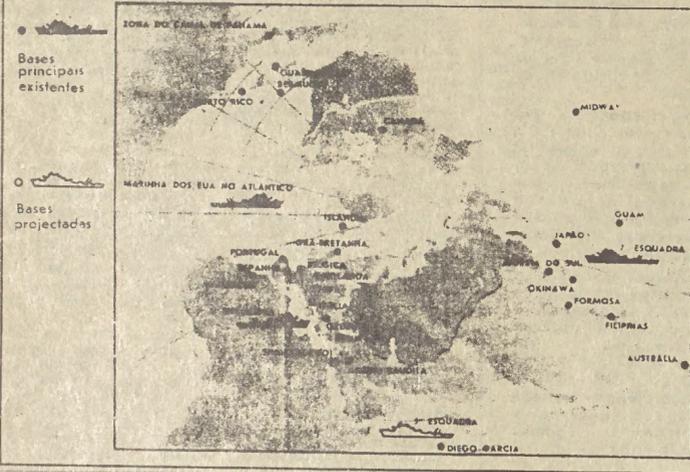
GRANDEZA DOS CUSTOS MILITARES COMPARADA COM O VALOR DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

- 9 escolas = um caça F-14
- 1 central hidroeléctrica = um porta-aviões
- 36 apartamentos = um tanque «Leopard 2»
- 28 jardins de infância = exercícios de um batalhão blindado
- Educação de 16 milhões de crianças por ano = um submarino atómico «Trident»
- 5 hospitais = um míssil «MX»

ESTRATÉGIA DO PENTÁGONO

Em 1933, as tropas norte-americanas encontravam-se apenas em três países estrangeiros. Em 1949, quando foi criado o bloco do Atlântico Norte, já estavam em 39 países e actualmente estão aquarteladas em mais de 110. Um em cada quatro militares norte-americanos encontra-se, neste momento, no estrangeiro.

TROPAS DOS EUA NO ESTRANGEIRO
2500 bases e outras instalações com 500 000 efectivos e 12 000 ogivas nucleares



Política de paz do socialismo

A política de paz do socialismo – uma característica e uma necessidade inerente ao próprio sistema – é confirmada e traduz-se pela orientação sistematicamente seguida em política internacional, e que teve o seu primeiro exemplo no decreto da paz, o primeiro decreto da nascente República bolchevique. Muitos outros passos foram dados depois disso.

Na Conferência de Génova, em 1922, o primeiro encontro internacional em que participou uma delegação soviética, Moscovo propôs uma redução universal dos armamentos e dos exércitos e medidas com vista à reconstrução da economia mundial fortemente atingida pela guerra. Até 1923, os efectivos do Exército Vermelho foram reduzidos de 5 milhões e 300 mil soldados para 610 mil.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o governo soviético reforçou as iniciativas em prol do desarmamento, tendo nos anos 50 e 60 avançado cerca de 10 propostas de redução das despesas militares. Todas foram recusadas pelos países capitalistas, que «fundamentaram»

a sua posição com o clássico «argumento» de uma «ameaça comunista» e dificuldades quanto ao controlo da observância dessas propostas. Mesmo assim, na segunda metade da década de 50, as Forças Armadas soviéticas foram reduzidas em mais de 2 milhões de soldados, tendo sido igualmente reduzidos os armamentos e as despesas militares. Em Dezembro de 1963, o governo soviético anunciou uma redução unilateral das verbas destinadas à defesa. É verdade que no exercício de 1964-1965, também o orçamento militar dos EUA foi reduzido. Mas a trégua foi de curta duração. O Pentágono empenhou-se logo a seguir a fundo na guerra contra o povo

vietnamita e os outros povos da Indochina, provocando um aumento vertical nas despesas militares.

Durante os últimos 8 anos a URSS não aumentou as suas despesas com a defesa. Há seis anos submeteu à Assembleia Geral das Nações Unidas um documento propondo a redução dos membros permanentes do Conselho de Segurança em 10 por cento e a utilização de parte das verbas assim economizadas na ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Todas estas propostas foram recusadas de facto. A realidade actual é que, enquanto os gastos com armamentos são de 93 dólares per capita na União Soviética, nos Estados Unidos atingem já os 391 dólares per capita.

As novas propostas de Berlim

A 6 de Outubro, em Berlim, por ocasião do 30.º aniversário da República Democrática Alemã, Leonid Brejnev divulgou a nova

iniciativa de paz soviética, imediatamente apoiada pela RDA e pelo Pacto de Varsóvia.

Quais são os pontos fundamentais desta proposta?

● A União Soviética está disposta a reduzir o número de armas nucleares de médio alcance, nas suas regiões ocidentais; na condição, naturalmente, de que a Europa Ocidental não estacione no seu território novas armas deste tipo;

● A União Soviética reafirma que jamais empregará armas nucleares contra os Estados que renunciem à sua produção, compra e implantação no seu território;

● A União Soviética resolveu reduzir, unilateralmente, os efectivos das tropas soviéticas na Europa Central. 20 000 militares e 1000 tanques serão retirados da RDA nos próximos 12 meses;

● A União Soviética está disposta a negociar novas medidas de confiança no âmbito militar, de acordo com o determinado na Acta Final de Helsínquia;

● A União Soviética propõe a realização de uma conferência europeia sobre desarmamento militar;

● A União Soviética está disposta a negociar sobre novas limitações de armas intercontinentais e de outro tipo, logo que entre em vigor o SALT-2.

Em 6 de Novembro de 1979, a União Soviética reforçou estas iniciativas com novas propostas:

● Início imediato de negociações entre os Estados membros do Tratado de Varsóvia e da NATO;

● Estabelecimento de um acordo entre os Estados do Tratado de Varsóvia e os da NATO, de renúncia mútua a utilizar em primeiro lugar armas nucleares e não nucleares.

Uma base concreta e realista para o prosseguimento do processo de desarmamento, que a decisão da NATO, ao aprovar a implantação na Europa de novos mísseis, põe em causa, fechando as portas da negociação e abrindo as de uma nova corrida aos armamentos.